

v.1(2017)



EMPÍRICABR
Revista Brasileira de Gestão, Negócios e Tecnologia da Informação



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande do Norte

ISSN - 2447-178X



EMPÍRICA BR
Revista Brasileira de Gestão, Negócios e Tecnologia da Informação

v.I(2017)

1ª Edição

Capa

Walter Oliveira do Nascimento

Diagramação

Igor Silva de Lima

Editores

Lúcia de Fátima Lúcio Gomes da Costa

Organização

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte

Sumário

03 EDITORIAL

04 LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS DE MULHERES NO BRASIL NA DÉCADA 2003-2013

19 POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO RN NA PERSPECTIVA DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

39 ANÁLISE DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

56 COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO: O POLO INDUSTRIAL DE GOIANINHA E A UTILIZAÇÃO DE GÁS NATURAL

67 IMPORTÂNCIA DE INCUBADORAS DE EMPRESAS EM AMBIENTE ACADÊMICO: UM ESTUDO DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS DISCENTES

79 COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DOCENTES E SERVIDORES DO IFRN-CAMPUS NOVA CRUZ

Editorial

Caros leitores,

É com satisfação que apresentamos o primeiro volume de 2017 da Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação - EmpíricaBR. Nesta edição, são apresentados seis artigos. O primeiro deles tem o título: “Lei Maria da Penha: um estudo dos índices de homicídios de mulheres no Brasil na década 2003-2013” e discute aspectos relativos às políticas públicas de gênero. Ainda sobre políticas públicas, o segundo título “Política pública de reforma agrária: um estudo de caso no RN na perspectiva da função social da terra” trata sobre as questões de reforma agrária. O terceiro título: “Análise do processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro” discorre sobre aspectos de recursos estratégicos para nossa economia. Na mesma perspectiva, o artigo “Comércio internacional e desenvolvimento socioeconômico: o polo industrial de Goianinha e a utilização de gás natural” aborda fatores estratégicos no conceito de “clusters”. Sobre empreendedorismo foi estudado o papel das incubadoras, por meio do texto “Importância de incubadoras de empresas em ambiente acadêmico: um estudo do perfil empreendedor dos discentes”. Por último, o texto: “Comprometimento organizacional: um estudo comparativo entre docentes e servidores do IFRN-Campus Nova Cruz” traz um estudo de caso sobre a temática de comprometimento organizacional.

Assim, fazemos o convite à leitura desses textos que apresentam contribuições importantes sobre aspectos estratégicos do empreendedorismo e negócios e na gestão pública.

Boa leitura.

Lúcia de Fátima Lúcio Gomes da Costa

LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS DE MULHERES NO BRASIL NA DÉCADA 2003-2013

C. P. C. CALADO, K. C. S. D. FERREIRA, J. P. MEDEIROS, R. CAROLINO

karlachristina2010@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os índices de homicídios de mulheres, no Brasil, após a implementação da Lei Maria da Penha, partindo da análise de indicadores considerados determinantes para esse estudo. Para obtenção dos indicadores, recorreu-se ao levantamento de dados secundários, por entender-se que é o tipo de pesquisa mais adequado para obtenção de informações substanciais e oficiais, bem como mais apropriado ao cronograma para produção deste trabalho. Dessa maneira, todos os indicadores utilizados são apresentados no Mapa da Violência 2015, com abrangência temporal 2003/2013. Assim, optou-se por realizar uma análise quantitativa e um estudo predominantemente descritivo dos indicadores levantados, os quais permitiram concluir que apenas a análise dos índices de homicídios de mulheres não é suficiente para avaliar a efetividade da Lei Maria da Penha, mas foi satisfatória para afirmar que a Lei impactou a velocidade com que os homicídios aumentaram. Afinal, o aumento do número de homicídios de mulheres pós implementação da Lei Maria da Pena, se deu lentamente em relação aos anos anteriores à sua criação. Por fim, percebeu-se que a implementação da Lei 11.340/2006 foi um dos pontos importantes para o enfrentamento da violência contra a mulher, no Brasil. Enfrentamento que deve ser feito diariamente, pela sociedade, pela justiça, e, principalmente, pelas mulheres violentadas através da denúncia.

Palavras-Chaves: Violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, Políticas Públicas, Enfrentamento à violência.

ABSTRACT

This study analyzes women's homicide rates in Brazil, after the implementation of the Maria da Penha Law, based on the considered crucial indicators of analysis for this study. To obtain the indicators, we used the collection of secondary data, to understand that is the kind of research best suited to achieving substantial and official information as well as more appropriate to the schedule for the production of this work. Thus, all the indicators used are presented in the 2015 Violence Map, with temporal coverage 2003/2013. Thus, it was decided to conduct a quantitative analysis and a largely descriptive study of the indicators raised, which showed that only the analysis of female homicide rates is not sufficient to assess the effectiveness of the Maria da Penha Law, but was satisfactory for stating that the law affected the speed with which the killings increased. After all, the increase in the number of female homicide after implementation of the Maria da Pena Law, took place slowly over the years prior to its creation. Finally, it was noted that the implementation of Law 11.340 / 2006 was one of the important points for addressing violence against women, in Brazil. Confronting that should be done daily, society, justice, and especially the women raped by the complaint.

Keywords: Violence against women, Maria da Penha Law, Public Policy, Confronting violence.

INTRODUÇÃO

Nas circunstâncias atuais, discorrer sobre a violência contra as mulheres é fundamental, uma vez que, diariamente, são noticiados casos dos mais variados tipos de agressões contra mulheres no Brasil. Assim, faz-se necessário considerar, além da dimensão de gênero, a construção social, política e cultural da (s) masculinidade (s) e da (s) feminilidade (s), bem como as relações que se estabelecem entre homens e mulheres. Entende-se que, a violência contra a mulher dá-se no nível relacional e societal e, por isso, é preciso que haja mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento e um reconhecimento das dimensões de raça/etnia, de geração e de classe, evitando o agravamento dessa situação.

Etimologicamente a palavra violência, segundo Marcondes Filho (2001), vem tanto do latim violentia, que significa abuso de força, como de violare, cujo sentido é o de transgredir o respeito devido a uma pessoa. Para Minayo (1994), a violência é um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial e seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade.

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi implementada com a intenção de criar “mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8o do art. 226 da Constituição Federal”(BRASIL, 2006, s/p.), dentre outras determinações. Nessa perspectiva, objetiva-se, neste trabalho, analisar os índices de homicídios de mulheres, no Brasil, após a implementação da Lei Maria da Penha, partindo da análise de alguns indicadores considerados ideais para esta verificação. Dessa forma, optou-se por realizar uma análise quantitativa e um estudo predominantemente descritivo dos indicadores levantados no Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.

Considera-se significativa a realização desse estudo para que sejam percebidas as causas e consequências que envolvem a violência contra a mulher no Brasil, bem como observadas a formulação e a implementação de políticas públicas de enfrentamento, tornando este trabalho um relevante subsídio para ampliar o conhecimento dessa temática. Verificar os índices de homicídios de mulheres, após a implementação da Lei Maria da Penha, possibilitará inferir se os agentes da lei estão cumprindo com o papel a que ela se propõe, tal como realizar uma previsão a longo prazo de sua efetividade.

Na sequência, apresenta-se o aporte teórico deste trabalho, onde discorre-se sobre a evolução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, no Brasil, e sobre a Lei nº 11.340/2006. Segue-se realizando as análises e discussões dos indicadores levantados em banco de dados secundários. Por fim, são expostas as considerações às quais chegou-se a partir das discussões.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

No Brasil, a violência é um fenômeno reconhecidamente presente na vida de milhões de mulheres e, por muito tempo, foi um tabu para a sociedade. Para Marcondes Filho (2001), a violência contra a mulher é herdeira de uma cultura com raízes em uma sociedade escravocrata, construída a partir de um modelo colonizador que aqui se instalou.

Fazendo uma rápida observação histórica sobre os direitos adquiridos pelas mulheres antes da Constituição de 1988, a partir de Strey (2000): em 1916, foi criado o Código Civil Brasileiro, patriarcal e paternalista, no qual constava que a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização do seu marido. Em 1934, em meio ao governo provisório de Getúlio Vargas, uma nova constituição assegurou o voto da mulher. O trabalho feminino foi regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas somente em 1941. Durante a ditadura Vargas, os movimentos feministas foram reprimidos e, somente em 1962, o Código Civil Brasileiro sofreu alterações, permitindo que mulheres casadas pudessem trabalhar sem a autorização de seus maridos. Desde as décadas de 1970-1980, a violência contra a mulher tem recebido crescente atenção e mobilização dos sujeitos do sexo feminino.

A Constituição Federal de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro, de 2002, que substituiu o Código Civil, ainda de 1916, consolidaram alguns direitos femininos já existentes na sociedade. Contudo, Strey (2000) afirma que as mulheres ainda desconhecem seus direitos, apesar das conquistas de vários direitos civis e políticos adquiridos nas últimas décadas.

Na visão de Saliba e Saliba (2006), a violência contra a mulher, além de histórica, é também produto de um fenômeno cultural da sociedade moderna. Para os autores, a lógica desses processos culturais não se dilui com leis penais punitivas.

Com o início da redemocratização no país, as mulheres começaram a reivindicar mudanças no cenário de desigualdades sociais referentes às questões de saúde da mulher, sexualidade e violência doméstica. Na mesma época, o movimento das mulheres fortalece o movimento feminista, uma vez que é comum a preocupação com a função da mulher na sociedade frente às situações de poder e das atividades culturalmente associadas ao homem. Para Lima (2010, p. 81)

é imperioso destacar a importância dos movimentos sociais, em especial o feminista e de mulheres, que, ao pressionarem o Estado por políticas públicas em prol desse segmento, fizeram com que fosse dada visibilidade ao fenômeno social da “violência de gênero contra a mulher”.

Assim, seria dissonante debater sobre violência contra a mulher sem discorrer sobre feminismo e sua militância, visto que todas as políticas públicas nacionais de enfrentamento à violência contra a mulher são decorrentes das inúmeras reivindicações das mulheres na luta pela garantia dos seus direitos.

Primeiramente, considera-se o conceito de políticas públicas proposto por Secchi (2014, p. 2), o qual afirma que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Considerando que a violência contra a mulher é um problema público, a partir da premissa de uma condição atual que difere da conjuntura ideal para a realidade pública, convém observar as políticas públicas propostas e ações para resolução dessa situação-problema tão constante na sociedade brasileira.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, assume como conceito de enfrentamento a implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. Dessa forma,

O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres, que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. (BRASIL, 2011, p. 25)

Em um panorama sobre as políticas públicas nacionais de enfrentamento à violência contra a mulher, tem-se como marco inicial, no Brasil, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – ou Convenção de Belém do Pará – aprovada em 1995, pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA. Esse tratado é considerado de suma importância, pois, em seu artigo 1º, conceitua a violência de gênero contra a mulher como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Observa-se que, ainda que seja um tratado reconhecidamente sobre os direitos humanos das mulheres, pode ser considerado limitado e superficial ao reconhecer violência contra a mulher apenas em caso de “ação ou conduta baseada no gênero”.

Em 1985, através da Lei nº 7.353, foi institucionalizado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vinculado, originalmente, ao Ministério da Justiça, e criadas as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), fruto das reivindicações dos Movimentos Feminista para a efetivação dos acordos internacionais estabelecidos na Convenção de Belém do Pará e na CEDAW.

Um avanço considerável nas políticas públicas para as mulheres foi a elaboração, por parte do Ministério da Saúde, da Norma Técnica 7 para prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual, em 1998. No período de 1985 a 2002, a criação de DEAMs e de Casas-Abrigo foi o principal eixo da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase estava na segurança pública e na assistência social. Esse foco constituiu também a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, sob gerência da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM), criada em 2002 e vinculada ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2011).

Em 1º de janeiro de 2003, foi criada, através da Medida Provisória 103, tomada pelo então presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM). À SPM foram diretamente vinculadas às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e as questões de gênero, sendo um órgão nacional responsável pelo planejamento, implementação, coordenação, assessoramento, articulação de políticas, fiscalização, dentre outras que tange a esfera das políticas para as mulheres.

A partir da SPM, em junho de 2004, foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Nessa ocasião, foram definidos os pressupostos, princípios e diretrizes que nortearam a formulação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e foi assumida pelo Estado a responsabilidade de implementar políticas públicas para as mulheres, objetivando construir a igualdade e a equidade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia, gerações, orientação sexual e deficiências.

Ampliando os instrumentos de enfrentamento a violência, foi criada, em 2005, a Central de Atendimento à Mulher (ligue 180), com funcionamento 24 horas por dia, por meio de ligação gratuita, sigilo absoluto e identificação opcional. A Central deve fornecer todas as informações sobre os direitos legais das mulheres e dar as devidas orientações para que a vítima fique em segurança. É considerada, também, a porta principal de acesso aos serviços que integram a Rede Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e base de dados privilegiada para a formulação das políticas do governo federal nessa área.

À continuação, foi realizada a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), de 17 a 20 de agosto de 2007, coordenada pelo CNDM e SPM, com o objetivo de analisar e avaliar o I PNPM. Nesta Conferência foi elaborado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), apresentado no ano de 2008, pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) Nilcéa Freire, configurando-se como mecanismo norteador de políticas para mulheres. Sobre as políticas públicas, Brasil (2011, p. 17) afirma que

A importância do desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres é efetivamente consolidada quando do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007. O Pacto Nacional foi parte da Agenda Social do Governo Federal e consiste numa estratégia de integração entre governo federal, estadual e municipal no tocante às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e de descentralização das políticas públicas referentes à temática, por meio de um acordo federativo, que tem por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática.

No ano de 2007 entrou em vigor, também, o Observatório de Monitoramento da Implementação e da Aplicação da Lei Maria da Penha, tendo suas ações de caráter independente, em todo o território brasileiro, objetivando desenvolver um conjunto de ações que visam acompanhar a implementação da Lei Maria da Penha e identificar avanços e dificuldades para a sua efetiva aplicabilidade, produzindo

informações para os movimentos de mulheres e para os órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No atual cenário político, reivindicações históricas, como a igualdade de direitos e o enfrentamento massivo à violência contra as mulheres, ganham força e concretude, visto que são constantes nas mídias as notícias de homicídios e estupros. Por outro lado, em um contexto mais amplo, as políticas públicas para as mulheres são propostas ora indicando um campo de atividade, ora um propósito político, efetivando programas de ação com resultados específicos.

De acordo com Farah (2004) os programas desenvolvidos visando o enfrentamento da violência contra a mulher são estruturados visando a atenção integral às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, abrangendo assistência jurídica, social e psicológica. Dessa maneira, a maioria dos programas inclui atendimento na área de saúde e na área de educação, com ênfase na capacitação das mulheres atendidas, visando à sua reinserção social.

Em março de 2015, a partir da Lei nº 13.104, houve alteração do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e do art. 10 da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluí-lo no rol dos crimes hediondos. De acordo com a Lei, considera-se crime de feminicídio os homicídios de mulheres por razões da condição de sexo feminino. Nessa perspectiva, vale observar o conceito no “§ 2º - A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Na prática, os casos de homicídios motivados por essas razões passam a ser vistos como qualificadores do crime. Com essa alteração, o criminoso recebe um tratamento mais severo por parte da justiça, uma vez que os crimes hediondos são aqueles considerados de extrema gravidade, sendo inafiançáveis e não permitindo redução de pena.

A atual Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres propõe o programa Política para as Mulheres: promoção da autonomia e enfrentamento à violência, o qual apresenta oito objetivos, iniciativas e ações que abrangem a liberdade/ independência econômica, igualdade de direitos, investimento, fomento, avaliação e melhorias das políticas públicas contemporâneas e dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, o fortalecimento e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a promoção do acesso à justiça, por meio da implementação de Segurança Cidadã, e o pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Por fim, apresentar-se-á o objetivo, as características e as diretrizes que envolvem a implementação da Lei Maria da Penha, conhecida como marco dentre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

LEI nº 11.340/2006: LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha foi um marco imprescindível na luta contra a violência das mulheres e também pela efetivação dos seus direitos fundamentais. Sua promulgação, em 2006, foi o resultado de lutas incessantes tanto dentro como fora do país, através, principalmente, dos movimentos feministas.

A implementação da Lei Maria da Penha teve como objetivo criar mecanismos que possibilitassem a coibição e a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, baseando-se na constituição, a partir do inciso 8º do art. 226, e em tratados internacionais. Tendo como diretrizes a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e o estabelecimento das medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. A Lei é bem abrangente no que se refere à assistência a todas as mulheres, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, idade, religião, além de qualquer outro critério que possa ser usado como forma de discriminação, pois todas elas possuem seus direitos fundamentais inerentes a pessoa humana assegurados. E é de responsabilidade do poder público desenvolver políticas que visem proteger esses direitos.

Quanto às medidas de prevenção que regem essa Lei, constam: integração do Poder Público, Ministério Público e Defensoria Pública, associados às demais áreas relacionadas como, saúde, educação, assistência social, etc.; promoção de estudos e pesquisas periódicos relacionados com o tema dessa Lei, para avaliar os resultados das medidas que foram estabelecidas; em relação aos meios de comunicação deve ser averiguado e proibido qualquer estímulo a papéis estereotipados de violência doméstica e familiar contra a mulher; será implementado um atendimento policial especializado para as mulheres, com ênfase na Delegacia de Atendimento à Mulher; promoção e realização de campanhas educativas de prevenção de violência contra a mulher, dirigida ao âmbito da escola e da sociedade como um todo, incluindo essa mesma lei e os instrumentos de proteção dos direitos da mulher; promoção de convênios e outros instrumentos de parcerias entre órgãos governamentais e não governamentais com o objetivo de criação de programas para o combate da violência doméstica e familiar contra a mulher; contínua capacitação de todos os profissionais envolvidos no processo de prevenção e, proteção da mulher em situação de violência doméstica ou familiar, focados nas questões de gênero, etnia ou raça; difusão de programas educacionais que propaguem valores éticos de respeito a pessoa humana com a mesma perspectiva do item anterior; implementação, nos currículos escolares, com os conteúdos de direitos humanos e equidade de gênero, raça ou etnia.

No que tange a assistência da mulher em situação de violência doméstica e familiar, a Lei esclarece que esta deve ser realizada de forma articulada com todos os órgãos envolvidos, de acordo com seus princípios e diretrizes. O juiz será o responsável para colocar a ofendida no cadastro dos programas assistenciais do governo em todas as suas esferas. Além de garantir prioridade de remoção no caso de ser servidora pública, integrante da administração direta ou indireta, incluindo também manutenção do vínculo trabalhista por até seis meses, caso seja necessário afastamento do local de trabalho. Garantindo também acesso aos serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis e da síndrome da imunodeficiência adquirida e outros procedimentos médicos necessários em situação de violência sexual. Em relação ao flagrante ou a ameaça de violência doméstica ou familiar, a autoridade policial deve tomar as medidas protetivas cabíveis no momento de forma a garantir a proteção policial e, comunicar, logo em seguida, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Isso inclui, quando se fizer necessário, levar a vítima ao posto de saúde ou Instituto Médico Legal; fornecer transporte, proteção para retirada de pertences ou do local da ocorrência ou do domicílio familiar; informar a vítima seus direitos legais. Apesar de todas essas medidas, Garcia (2013, p. 8) afirma que

A ineficiência na aplicação das medidas de proteção, a falta de recursos materiais e humanos, além da fragmentação da rede de atenção e o movimento de setores conservadores da sociedade para enfraquecer a LMP. Ademais, a ausência de punição ou a aplicação de medidas punitivas leves, assim como a demora do Judiciário em julgar os assassinos de mulheres, podem gerar uma sensação de impunidade, de modo que os agressores não se sintam inibidos a realizar ações violentas.

Em relação aos procedimentos legais, faz-se necessário lavrar o boletim de ocorrência da vítima, ouvir o agressor e as testemunhas, colher todas as provas existentes, e dentro do prazo de 48 horas avisar ao juiz responsável o pedido da vítima, para fornecimento de medidas protetivas de urgência. Entre essas medidas, caberá, em qualquer momento do processo, a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz de ofício. A vítima deverá ser notificada dos atos do processo relativos ao seu agressor, constando juntamente a entrada e a saída do mesmo da prisão. E das medidas protetivas de urgência aplicadas diretamente ao agressor estão, suspensão ou restrição do porte de arma; afastamento do lar, domicílio ou local de convivência da vítima. Sendo incluída a proibição de certas condutas, tais como: aproximação ou contato com a vítima, seus familiares, e das testemunhas, com limite mínimo de distância; frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima; restrição ou suspensão de visitação aos dependentes menores (depois do parecer da equipe multidisciplinar) e prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Sobre a aplicação de penas, segundo o artigo alterado 129, inciso 9º “Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos”. E para finalizar no artigo 45 desta Lei, o juiz ainda pode determinar que o agressor compareça obrigatoriamente a programas de recuperação e reeducação (BRASIL, 2010).

No que consta o retorno da vítima ao seu lar, o juiz é que determinará a recondução da vítima e seus dependentes ao programa oficial ou comunitário de proteção; de volta ao domicílio depois do afastamento do agressor, e a separação de corpos.

É determinado que a mulher em situação de violência doméstica ou familiar esteja desde o princípio do processo com o advogado presente, e, caso não possua condições financeiras, que seja encaminhada a defensoria pública. É vedada a aplicação de penas como cestas básicas ou pagamento isolado de multa em casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher. Entretanto, Garcia (2013, p. 8) esclarece que “há estudos que sugerem a existência de danos potenciais, uma vez que a adoção de medidas que desagradam aos agressores pode aumentar a ocorrência de violência futura”.

METODOLOGIA

Este artigo tem como tema a violência contra a mulher. A partir desse tema amplo, refletiu-se e questionou-se: como se apresentam os indicadores de homicídios de mulheres, no Brasil, após a implementação da Lei nº. 11.340/2006?

Para contestar essa problemática, Tozoni-Reis (2009) afirma a necessidade da criação de hipóteses, que são nada mais que respostas provisórias ao problema de pesquisa, ou seja, possibilidades, ainda imaginárias, de solução do problema a ser investigado. Assim, para este artigo, tem-se como hipótese: os indicadores de homicídios de mulheres, no Brasil, após a implementação da Lei nº. 11.340/2006 estão mais baixos que anterior à Lei; o maior índice de violência contra a mulher é de violência doméstica; e há efetividade da Lei Maria da Penha.

Após a definição das hipóteses, foi realizada a pesquisa sobre o tema, utilizando como expressões-chave: “violência contra a mulher”, “indicadores de violência contra a mulher no Brasil”, “violência contra a mulher no Brasil” e “Lei Maria da Penha”, foram localizados sites, artigos e relatórios publicados em ambiente web, em sites governamentais como da SPM, a homepage Compromisso e Atitude, e Observatório de Gênero, além dos mapas da violência já elaborados pela FLACSO Brasil, sob coordenação de Julio Jacobo Waiselfiz. O contato com esse material permitiu o acesso ao Mapa da Violência de 2015, o qual foi a base de dados utilizada neste levantamento e possibilitou o cruzamento e a análise das informações obtidas para este trabalho.

Nessa perspectiva, optou-se por realizar uma análise quantitativa e um estudo, predominantemente, descritivo dos indicadores levantados em uma amostra temporal considerada apropriada para uma avaliação da implementação da Lei nº 11.340/2006. A análise quantitativa, para Marconi e Lakatos (2003), inserir-se no método estatístico, que significa reduzir a termos quantitativos e a manipulação estatística os fenômenos sociológicos, políticos, econômicos, etc., permitindo a comprovação das relações dos fenômenos entre si, obtendo generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

Assim, objetiva-se analisar os índices de homicídios de mulheres após a implementação da Lei Maria da Penha, partindo da análise dos seguintes indicadores: distribuição da porcentagem de homicídios por sexo e idade simples, evolução da taxa de homicídios de mulheres brancas e negras, homicídios de mulheres no Brasil, na abrangência temporal de 2003 a 2013, porcentagem dos meios utilizados em homicídios, por sexo, em 2013, e porcentagem dos locais de agressão, por sexo.

Para obtenção dos indicadores, recorreu-se ao levantamento de dados secundários por ser considerado o tipo de pesquisa mais adequado para obtenção de informações substanciais e oficiais, bem como mais apropriado ao cronograma para produção deste trabalho, uma vez que, de acordo com Gil (2008), dentre as principais vantagens dos levantamentos estão: conhecimento direto da realidade; economia e rapidez; e quantificação. Sobre essa última vantagem, Gil (2008, p. 56) afirma que

Os dados obtidos mediante levantamentos podem ser agrupados em tabelas, possibilitando a sua análise estatística. As variáveis em estudo podem ser codificadas, permitindo o uso de correlações e outros procedimentos estatísticos. À medida que os levantamentos se valem de amostras probabilísticas, torna-se possível até mesmo conhecer a margem de erro dos resultados obtidos.

Dessa maneira, os gráficos utilizados para análise a seguir foram produzidos pelos autores deste artigo a partir dos dados apresentados no Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil, elaborado pela FLACSO Brasil, sob coordenação de Julio Jacobo Waiselfiz, com abrangência temporal 2003/2013.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

A análise que segue reflete sobre os seguintes indicadores: distribuição da taxa de homicídios por sexo e idade, em 2013; evolução das taxas de homicídios de mulheres brancas e negras, de 2003 a 2013; taxa de homicídios de mulheres (por 100 mil), por região, de 2003 a 2013; meios utilizados (%) nos homicídios, classificado por sexo, ocorrido em 2013; local de agressão (%) por sexo, dados de 2013. É importante esclarecer, que o Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil apresenta os dados mais recentes encontrados para essa análise. Por essa razão, os períodos observados em cada indicador são os mesmos expressos pelo Mapa.

Inicia-se esta análise apresentando o gráfico de distribuição da taxa de homicídios por sexo e idade, no Brasil, em 2013.



Figura 1: Distribuição da (%) de homicídios por sexo e idade. 2013.

Fonte: Mapa da violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Considera-se necessário iniciar apresentando esses dados para confirmar a importância deste estudo frente à luta diária das mulheres brasileiras por menos violência. Observa-se, na Figura 1, que os índices de homicídios de pessoas do sexo feminino nas faixas etárias de 0 a 16 anos e de 30 a 80 anos, no ano de 2013, foi maior ou igual aos índices de homicídios de homens, nessas mesmas faixas etárias. O que permite afirmar que, independente da motivação do crime e de seu executor, a vulnerabilidade física e emocional feminina nessas idades, juntamente à deficiência na segurança pública brasileira, transforma essas mulheres em vítimas mais acessíveis que os homens.

Por essa razão, órgãos como a SPM e a Central de Atendimento à Mulher (ligue 180) possuem papel fundamental no enfrentamento e apoio às mulheres vítimas de violência, uma vez que estes instrumentos devem funcionar para a prevenção de homicídio dessas mulheres.

À sequência, é apontada a evolução das taxas de homicídios de mulheres brancas e negras, no período de 2003 a 2013.

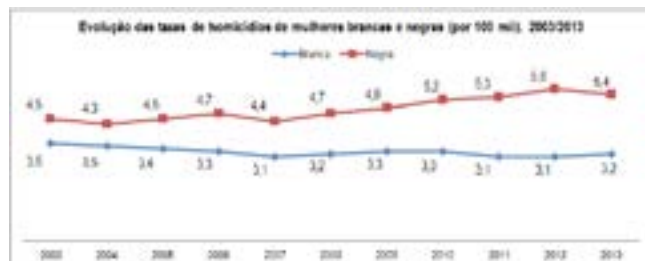


Figura 2: Evolução das Taxas de homicídios Brancas e negras (por 100 mil) 2003/2013.

Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.

Observa-se que a década 2003/2013 apresentou considerável aumento de assassinatos de mulheres negras em todo Brasil, saltando de 4,5, em 2003, para 5,4, em 2013. Em contraposição, houve recuo nos homicídios envolvendo mulheres brancas, que caiu de 3,6 para 3,2 no citado período de tempo. Os índices também apontam que houve um crescimento de homicídios de mulheres negras mesmo após a implementação da Lei Maria da Penha, em 2006, e estabilidade nos índices de assassinatos de mulheres brancas.

Verificando os índices de homicídios de mulheres da Figura 2, utilizando a cor da pele como característica, acredita-se que essa diferença se dê, possivelmente, pela relação estabelecida entre racismo e sexismo, expondo uma realidade de violência num país racista e historicamente machista, como confirma Marcondes Filho (2001). Essa combinação, não surpreendente, faz com que seja necessária uma reflexão sobre a atuação e implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como a postura das campanhas preventivas e instrutivas para denúncias de violência, pois se acredita que alguns casos de homicídios possam ser consequências de outros tipos de violência anteriores aos crimes. Cerqueira (2015), por exemplo, apresenta três fases que podem ser identificadas no ciclo de violência contra a mulher: a construção da tensão no relacionamento, quando acontecem incidentes menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objeto e violência psicológica, entre outros; a fase crítica, em que os incidentes mais graves ocorrem, como espancamentos, estupro e eventualmente homicídios; e, por fim, a terceira fase seria marcada pelo arrependimento, juras de paixão e promessas de regeneração. Nessa direção, acredita-se que o fator “homicídio” também pode ser agregado, como oposto, à essa terceira fase, caso não ocorra na fase crítica.

Dessa forma, pode-se assinalar que a Lei Maria da Penha causou, de fato, um impacto na diminuição da ascensão dessa mortandade, porém, incisivamente, nas mulheres brancas, pois a diminuição e estabilidade são consideráveis. Exatamente o oposto ocorreu com os índices de homicídios de mulheres negras, que se elevaram. Acredita-se que uma das circunstâncias que colaboram para esse aumento nos índices de homicídios de mulheres negras seria o fato do sistema de apoio e proteção das mulheres, ou seja, os diversos órgãos que atuam na implementação da Lei Maria da Penha, não estarem, em sua maioria, localizados na comunidade onde estas mulheres estariam mais suscetíveis a sofrerem violência, isto é, na periferia das cidades; ou mesmo não estarem completos e estruturados o suficiente para dar o apoio que as vítimas necessitam.

Ademais, recorda-se a assertiva de Garcia (2013), mencionada no referencial teórico, ao relacionar a morosidade da justiça em liberar a autorização de medida protetiva em casos de denúncias de violência e a demanda de atendimento, fatos que mantêm a mulher exposta ao risco e permitem que o homicídio seja cometido.

Em sequência, é importante verificar o gráfico de homicídios de mulheres nos âmbitos regionais do Brasil, entre 2003 e 2013. Optou-se por apresentar os dados regionais, em detrimento do total no Brasil, por considerar importante a comparação dos indicadores entre as regiões brasileiras, as quais são caracterizadas por diferentes aspectos culturais, sociais e econômicos.

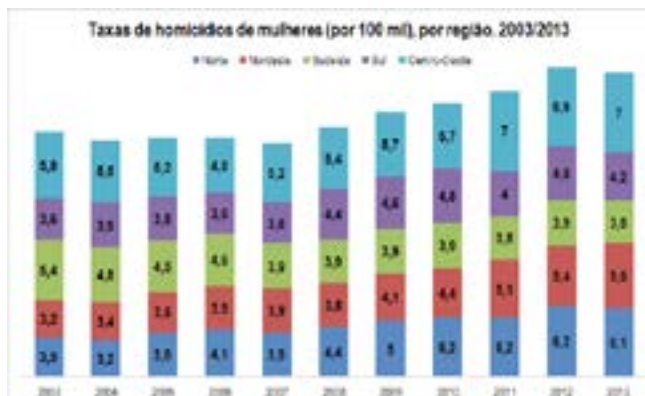


Figura 3: Taxa de homicídios de mulheres (por 100 mil), por região, 2003/2013.

Fonte: Mapa da Violência 2015; Homicídio de mulheres no Brasil.

Destaca-se que, no período de 10 anos, apresentado na Figura 3, há uma disparidade entre os índices de homicídios de mulheres que se deduzia para cada uma das cinco regiões brasileiras. Observando a Figura 3, percebe-se que a região Nordeste se apresentava, até 2013, como a terceira região com os maiores índices de homicídios de mulheres do Brasil, perdendo apenas para a região Centro-oeste, em primeiro, e a região Norte, em segundo lugar. Acredita-se que esse valor é razoável, considerando que a região Nordeste é a que possui maior número de estados federativos do país. Assim, imagina-se que a Lei Maria da Penha não esteja sendo efetiva, o suficiente, para fazer reduzir a taxa de homicídios de mulheres no Brasil, quando se observa as informações midiáticas sobre as regiões Nordeste, Sudeste e Sul que possuem índices inferiores comparados aos das regiões Centro-Oeste e Norte, por exemplo, que possuem menos atenção midiática quando o assunto é violência contra a mulher, porém apresentam elevados indicadores.

Deve-se considerar, também, que esses dados são insuficientes para sustentar tal afirmação, sobretudo em vista das especificidades regionais e diferenças socioeconômicas que existem no Brasil. Nesse caso, imagina-se que, se não houvesse a Lei Maria da Penha, o aumento da taxa de homicídio de mulheres seria ainda maior do que o observado nos dados.

Mesmo com todas essas considerações, Cerqueira (2015) observa que essa Lei pode haver afetado o comportamento de agressores e vítimas por três meios: aumento da pena para o agressor; aumento do empoderamento e das condições de segurança para que a vítima possa denunciar; e aperfeiçoamento dos mecanismos jurídicos, os quais permitem um atendimento mais efetivo dos casos envolvendo violência doméstica por parte do sistema de justiça criminal.

Compreendendo que a Lei Maria da Penha é instituída em âmbito nacional, necessita-se aclarar que os seus efeitos se dão de forma heterogênea, uma vez que nos locais onde a sociedade e o poder público não se mobilizaram para implantar delegacias de mulheres, juzizados especiais, casas de abrigo e etc., é razoável inferir que a crença da população não tenha mudado substancialmente no que se refere ao aumento da probabilidade de punição.

Com relação aos meios pelos quais ocorreram os homicídios, o Mapa da Violência 2015 apresenta uma análise entre assassinatos de homens e de mulheres por estrangulamento/sufocação, arma de fogo, cortante/penetrante, objeto contundente e outros, apenas no ano de 2013.

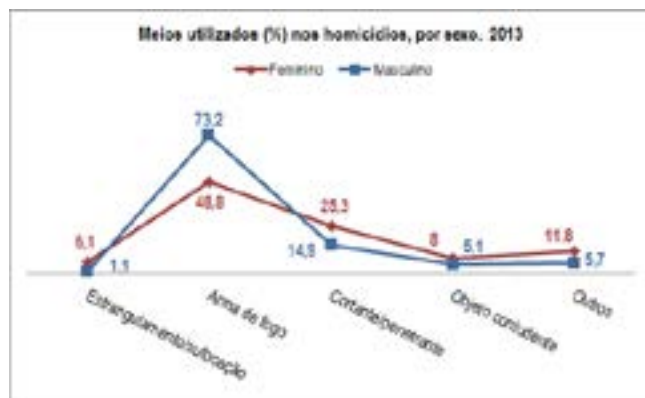


Figura 4: Meios utilizados (%) nos homicídios, por sexo, 2013.

Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.

Analisa-se que, com exceção da utilização de arma de fogo, os índices dos homicídios de mulheres são mais elevados que o de homicídios de homens em todos os outros meios que utilizam objetos e que necessitam de aproximação física com a vítima. Esse fato corrobora a constatação inicial exposta na análise da Figura 1, sobre a segurança sentida pelo agressor a partir da vulnerabilidade feminina em relação à força masculina, e do respeito expresso aos homens, os quais tendem a serem mortos, em grande parte, por arma de fogo. Esse é mais um aspecto que deve ser considerado para reforçar as políticas públicas de proteção às mulheres, devido a sua vulnerabilidade em um país que ainda sofre com elevados índices de morte por sexismo.

Por fim, analisam-se os locais onde, em geral, ocorrem as agressões, partindo, também, do cruzamento de agressões sofridas por homens e mulheres. Para o parâmetro foram designados como locais: estabelecimento de saúde, domicílio, via pública, outros e local ignorado.



Figura 5: Local de agressão (%) por sexo).

Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.

Confirma-se, a partir da Figura 5, a tendência de altos índices de violência doméstica, visto que o percentual de agressões em domicílio mostra-se como segundo local onde mais ocorre a violência contra a mulher. Partindo dessa premissa, pode-se deduzir que a vítima possui algum tipo de proximidade ou familiaridade com seu agressor, podendo este ser o cônjuge, o filho, o pai, um vizinho, ou qualquer pessoa que conviva no ambiente familiar. Considerando o contexto que a violência doméstica ocorre em ciclos e que muitas vezes se repetem, os homicídios cometidos por indivíduos que possuem familiaridade com a vítima, podem se dar, não como um ato premeditado para tirar a vida do cônjuge, mas como resultante de uma crise, em que uma agressão resultou inesperadamente na morte do outro, como sugere Cerqueira (2015) sobre as três fases do ciclo de violência exposto na análise da Figura 2.

Assim, compreendendo as situações de conflito interpessoal que tendem a se aproximar mais dos eventos associados às questões de gênero, entende-se que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher são estruturadas visando a atenção integral a mulheres vítimas de violência doméstica, pois são estas que, prioritariamente, necessitam ser incentivadas a denunciar qualquer tipo de violência sofrida e que, geralmente, resistem por mais tempo, devido à relação emocional que tem com o agressor.

Finalmente, as estatísticas da Figura 5 mostram a magnitude do problema enfrentado pelos órgãos responsáveis da Lei Maria da Penha, uma vez que, apesar dos homens sofrerem agressão em maior porcentagem em via pública, o percentual do sexo feminino também tem seu índice mais elevado neste local. Esse dado confirma que, mesmo após a implementação da Lei, que designa como crime a violência contra as mulheres, essa ocorre no âmbito da comunidade e não há expressão de intimidação ou evitamento por consequências que a Lei Maria da Penha venha a ocasionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora, no Brasil, sejam constantemente noticiados inúmeros casos de violência contra mulheres, não foram encontradas estatísticas sistemáticas, oficiais e específicas de ocorrências que apontem, quantitativamente, homicídios derivados da violência de gênero.

Assim, apesar da abrangência taxonômica dos dados utilizados, a análise realizada nesse estudo permitiu responder às hipóteses iniciais que estimularam essa pesquisa. Dessa maneira, percebeu-se que os indicadores de homicídios de mulheres, no Brasil, após a implementação da Lei nº. 11.340/2006, aumentaram em relação aos dados anteriores à Lei, bem como aumentaram os índices de homicídios de mulheres negras. Acreditava-se que o maior índice de violência contra a mulher seria de violência doméstica, porém os indicadores apresentaram esse meio em segundo lugar, atrás das agressões praticadas em vias públicas. Por fim, considera-se que apenas a análise dos índices de homicídios de mulheres não é suficiente para avaliar a efetividade da Lei Maria da Penha, mas foi satisfatória para afirmar que a Lei impactou a velocidade com que os homicídios aumentaram. Afinal, o aumento do número de homicídios de mulheres pós implementação da Lei Maria da Pena, se deu lentamente em relação aos anos anteriores à sua criação.

Além disso, a taxa de variação de homicídios de mulheres teve um aumento, se comparada aos homicídios de homens. Curiosamente e não surpreendentemente, verificou-se um aumento de homicídios de mulheres negras, contrapondo o recuo de homicídios de mulheres brancas, no período de 2003 a 2013. Destaca-se, também, nesse mesmo período de 10 anos, que há uma disparidade entre os índices de homicídios de mulheres nas regiões brasileiras, apresentando a região Nordeste como a terceira, dentre os maiores índices. A análise feita em relação aos meios utilizados para a prática do homicídio contra as mulheres demonstra que a arma de fogo e os objetos cortantes ou penetrantes são os recursos mais utilizados. Finalmente, quanto à localidade de agressão, mostrou-se a tendência de altos índices de violência doméstica, visto que o percentual de agressões em domicílio aparece como segundo local onde mais ocorre violência contra a mulher.

Dessa maneira, esse trabalho considera que os resultados dos indicadores caracterizam os homicídios de mulheres, no Brasil, como práticas demonstrativas de superioridade do (a) assassino (a) frente à vulnerabilidade física e emocional feminina, juntamente à deficiência na segurança pública brasileira e à insegurança sentida pela agredida para denunciar o agressor – em caso de agressão seguida de homicídio –, transformando as mulheres em vítimas mais suscetíveis.

Deve-se, ainda, compreender que a Lei Maria da Penha é instituída nacionalmente, e, por isso, seus efeitos se dão de forma heterogênea. É nessa perspectiva que se ressalta a importância dos serviços de saúde, justiça e segurança pública, para que haja um fortalecimento de suas ações em conjunto, visando conseguirem executar satisfatoriamente suas funções de prevenção e proteção às mulheres que sofrem violência. Dessa maneira, faz-se necessário, também, estabelecer uma articulação entre os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e demais ministérios, possibilitando a implementação de políticas públicas transversais que visem à equidade entre homens e mulheres.

Destaque-se, sobretudo, a necessidade de um planejamento de políticas públicas transversais, o qual deverá funcionar com a total participação da sociedade civil. Realizando um trabalho progressivo e contínuo, de avaliação e monitoramento dos programas existentes, e de conscientização, divulgado e incentivado através de campanhas, com articulação dos programas de forma permanente e contínua.

Entre essas articulações, a educação tem um destaque, por demonstrar ser fundamental no processo amplo de transformação da cultura patriarcal. A educação, desde o ensino fundamental até o universitário, não pode ficar isolada desse processo. Dessa forma, a Lei Maria da Penha não estará limitada ao objetivo de criar mecanismos que possibilitem a coibição e a prevenção da violência doméstica e familiar, mas uma iniciativa abrangente a toda sociedade.

É possível imaginar que, se não houvesse a Lei Maria da Penha, o índice de homicídio de mulheres seria ainda maior, apesar das nuances que merecem ser estudadas. Vale ressaltar a importância da implementação desta Lei, a qual se acredita ter afetado o comportamento de agressores e vítimas, aumentando o empoderamento das mulheres e as condições de segurança para que a vítima possa denunciar.

Portanto, diante dos limites temporais impostos para produção deste trabalho, percebe-se a necessidade de novos estudos sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Sugere-se, aos órgãos responsáveis pelas pesquisas, uma taxonomia mais descritiva para auxiliar em medições mais realistas nas produções futuras.

Outra limitação, ainda referente aos dados, pode ser descrita em dois pontos: a falta de atualizações dos dados, pois foram encontrados disponíveis apenas dados até 2013. E, em segundo, o acesso limitado a alguns dados, como é o caso do Sistema de Informação de Mortalidade - SIM, que solicita liberação através de senha de acesso, ou seja, não está disponibilizado para toda população que tenha interesse pelo tema.

No que diz respeito aos aspectos relevantes para este trabalho, ressalta-se a forte questão cultural brasileira, que leva à banalização da violência contra a mulher, que, por muitas vezes, as instituições que possuem a responsabilidade de acolher, proteger e fornecer o suporte a essas mulheres vítimas de violência, ainda se encontram atreladas a velhas práticas que reproduzem preconceitos, como o de responsabilização das vítimas, por exemplo.

Apesar de suas limitações, esse estudo desempenha um papel relevante para o fortalecimento da luta das mulheres para o enfrentamento de uma cultura que possui fortes resquícios patriarcais e racistas, permitindo que tais mulheres possuam cada vez mais, meios de prevenção, combate e proteção à violência. Dessa forma, percebeu-se que a implementação da Lei 11.340/2006 foi um dos pontos importantes para o enfrentamento da violência contra a mulher, no Brasil. Enfrentamento que deve ser feito diariamente, pela sociedade, pela justiça, e, principalmente, pelas mulheres violentadas através da denúncia.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. da S.. Política social pública de enfrentamento a violência contra a mulher: uma tentativa de garantia dos direitos humanos das mulheres. São Luis: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/POLITICA_SOCIAL_PUBLICA_DE_ENFRENTAMENTO_A_VIOLENCIA_CONTRA_A_MULHER.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2016.

BRASIL. Lei 11.340/2006. Brasília. 2010.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2011.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2013.

BRASIL. Política para as mulheres: promoção da autonomia e enfrentamento à violência. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2016.

FARAH, M. F. S.. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 47-71. 2004.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

LIMA, M. G. de. Lei Maria da Penha em Natal / RN: limites e possibilidades no combate à violência de gênero contra a mulher. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/17895>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

9. MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. São Paulo: Perspectiva. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8573.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2016.

10. MARCONI, M. de A.. LAKATOS, E. M.. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas. 2003.

11. MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Artigo original: *Ciênc. Saúde coletiva*, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7127.pdf>>. Acesso em 21 maio de 2016.

12. GARCIA, P. L.; FREITAS, S. R. L.; HOFELMANN, A. D. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 2013.

13. CERQUEIRA, D.; MATOS, M.; MARTINS, A. P. A.; JUNIOR, P. J. Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea, Brasília, 2015.

14. SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

15. MINAYO, M. C. de. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Rio de Janeiro: *Cad. Saúde Pública*. 1994. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acesso em 21 de maio de 2016.

SALIBA, M. G.; SALIBA, M. G. Violência doméstica e familiar. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1146, 21 ago. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8824>>. Acesso em 20 maio 2016.

STREY, M. N. Será o século XXI o século das mulheres? In: STREY, M.N., MATTOS, F., FENSTERSEIFER, G. & WERBA, G.C. (Eds.) Construções e perspectivas em gênero. (pp.9-18). São Leopoldo: Unisinos. 2000.

TOZONI-REIS, M. F. de C.. Metodologia da Pesquisa. Curitiba: IESDE Brasil S.A.. 2009.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília. 2015. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 17/maio/2016.

**POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO NO RN NA PERSPECTIVA DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA**

F. F. SILVA, M. F. F. S. TACCONI

marli.taconi@ufrn.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar se a função social da terra na política pública da reforma agrária é satisfatória nos projetos dos assentamentos Mulungu, Santa Maria, Pedro Ezequiel de Araújo, Bonfim e Progresso. De forma específica verificar o nível de utilização das terras concedidas, identificar o percentual de famílias que produzem e/ou utilizam o solo, identificar o Grau de Utilização das Terras (GUT) e analisar se as áreas concedidas tornam as famílias autossuficientes. A metodologia utilizada foi exploratória e descritiva, do tipo estudo de caso e com uma abordagem quantitativa. As análises dos resultados foram obtidas a partir da pesquisa de dados extraídos de formulários devidamente preenchidos por equipe técnica multidisciplinar, realizadas com os beneficiários da reforma agrária, bem como estudos documentais. Estes estudos apontam que os solos concedidos estão sendo subutilizados, além disso, foi constatado que o tamanho dos lotes é insuficiente para produzir renda de forma adequada a uma família, pois, com a pressão pela demanda da terra, o INCRA cria novos minifúndios, contrariando uma de suas premissas legais, uma vez que essa autarquia deveria contribuir para a extinção deste tipo de fração rural. Conclui-se que são necessários estudos complementares que reforcem as informações levantadas neste trabalho e/ou que seja proposta uma nova fórmula de implementação da reforma agrária na região semiárida do Rio Grande do Norte.

Palavras-Chaves: Reforma agrária, Uso da terra, Grau de Utilização das Terras, Semiárido.

ABSTRACT

This study aims to assess whether the social function of land in the public policy of land reform is satisfactory, the project settlements Mulungu, Santa Maria, Pedro Ezequiel de Araújo, Bonfim and Progresso. Specifically check the level of use of land granted, identify the percentage of families that produce and/or use the ground, identify the Degree of Use of Land (GUT) and analyze the areas granted make the self-sufficient families. The methodology used was exploratory and descriptive, the case study type and a quantitative approach. The analyzes of the results were obtained from the extracted forms data research duly completed by a multidisciplinary technical team, carried out with the beneficiaries of agrarian reform as well as documentary studies. These studies show that is being underutilized the granted land, in addition, it was found that the size of the lots are insufficient to produce income properly to a family, because with the pressure to demand land, INCRA creates new smallholdings, against one of its legal assumptions because such authority should contribute to the extinction of that had rural fraction. It is concluded that further studies are needed to strengthen the information gathered in this work and / or there is a proposed new land reform implementation of formula in the semiarid region of Rio Grande do Norte.

Keywords: Agrarian reform, Land use, Degree of Use of Land, Semiarid.

INTRODUÇÃO

A questão agrária acompanha a história brasileira, marcando a base da organização da nossa sociedade, mas permanece distante de ser resolvida apesar dos diferentes movimentos sociais que aconteceram ao longo desse tempo. Essa questão é sempre complexa porque envolve as relações que se estabelecem dentro do movimento social, com o desenvolvimento de práticas emancipatórias e a construção de uma nova sociedade (FIGUEIREDO, 2009).

Além dessa complexidade, Com o novo cenário de cobrança da sociedade brasileira sobre a gestão pública, torna-se necessário que a utilização dos recursos financeiros seja realizada de forma eficiente, eficaz e efetiva. Assim, surge a necessidade de se avaliar as políticas públicas e os programas e projetos que são implementados com o objetivo de verificar de modo contínuo e amplo os indicadores de eficiência.

Nessa perspectiva, faz-se necessário também compreender como vivem as famílias que compõem os Projetos de Assentamentos (PA's) do estado do Rio Grande do Norte, implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com relação à produção, produtividade, utilização das áreas desapropriadas e condições de vida das famílias beneficiadas.

Devido à má distribuição de terras no Brasil, desde o século XVI, com a criação das capitânicas hereditárias, há uma grande quantidade de mão de obra no campo, tendo em vista que, até meados do século XX, a maior parcela da população brasileira vivia predominantemente no meio rural. Surge, então, a necessidade de que haja uma melhor distribuição das terras, considerando-se, para tanto, uma melhor utilização deste recurso natural, melhor aproveitamento da mão de obra existente, gerando empregos no campo e evitando o êxodo rural e, conseqüentemente, uma melhor ocupação do território brasileiro (CARVALHO, 2015).

Segundo o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), a reforma agrária foi concebida com a ideia de que a terra cumprisse sua função social e econômica, noção que é confirmada pela Constituição Federal de 1988, a qual, de modo resumido, conceitua a terra como meio para a produção de alimentos e geração de empregos no campo. Todavia, para estímulo a esta função, a terra deverá ser utilizada de forma racional.

Com o objetivo de identificar como ocorre a racionalidade no uso da terra e quais os fatores que implicam no sucesso ou insucesso do seu uso, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu art. 6º, traz o seguinte texto:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel (BRASIL, 1993).

Este trecho traz uma síntese de um dos principais indicadores para que seja realizada a desapropriação dos imóveis rurais para fins de reforma agrária no Brasil, que é o Grau de Utilização da Terra (GUT).

Nessa perspectiva é importante desenvolver diversos processos investigativos que promovam a compreensão sobre a qualidade de vida das famílias assentadas e o uso racional do solo por parte dessas famílias, para que se possa identificar se a utilização dos recursos públicos está repercutindo no alcance da boa qualidade de vida desses grupos familiares e, em contrapartida, na geração de renda, emprego e produção de alimentos para a sociedade.

Como a demanda é grande em relação à disponibilidade de lotes disponíveis para as famílias interessadas em participar da reforma agrária, realiza-se um processo de seleção das famílias para comporem tais áreas, de acordo com critérios definidos pela Norma de Execução SD/INCRA nº 45, de 25 de agosto de 2005, quando da implantação dos Projetos de Assentamentos.

O problema é que não se sabe, ao darem a concessão de uso das terras, se essas realmente serão exploradas de forma racional e economicamente viável, de modo que venham a produzir subsídios para o sustento das famílias que lá se instalam e trazer benefícios ao país com o aumento da taxa de ocupação da mão de obra ativa, o aumento do emprego rural e da oferta de produtos agrícolas.

Assegurar que os assentamentos tenham uma verdadeira viabilidade econômica é uma questão importante e que implica em uma política de localização dos projetos que favoreça as áreas mais próximas dos centros urbanos, em detrimento de áreas afastadas com pouca infraestrutura, reduzindo dessa forma os danos ambientais dos assentamentos (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Compreender a racionalidade do uso da terra é importante para que a política pública da reforma agrária possa atender aos anseios do público beneficiário e verificar a eficiência dos gastos públicos com essa política, levando-se em consideração os benefícios que poderá proporcionar à população em geral.

Com base no exposto, a presente pesquisa focou em alguns assentamentos na região semiárida do estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente, nos municípios de Ipanguaçu (PA Santa Maria e Pedro Ezequiel de Araújo), Afonso Bezerra (PA Progresso), Angicos (PA Bonfim) e Pendências (PA Mulungu). Esses municípios se localizam entre as mesorregiões Oeste e Central potiguar.

Tendo em vista a eficiência com os gastos públicos referentes à aquisição de imóveis rurais no país, para identificar a real necessidade por terras para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), surge então a seguinte indagação: a função social da terra, na política pública da reforma agrária, é satisfatória nos projetos de assentamentos? Sendo assim, o objetivo geral deste artigo é avaliar se a função social da terra, na política pública da reforma agrária, é satisfatória nos projetos de assentamentos de Mulungu, Santa Maria, Pedro Ezequiel de Araújo, Bonfim e Progresso. De forma específica, espera-se verificar o nível de utilização das terras concedidas; identificar o percentual de famílias que produzem e/ou utilizam o solo; identificar o Grau de Utilização das Terras (GUT); e analisar se as áreas concedidas tornam as famílias autossuficientes.

POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA

A política pública para atendimento da reforma agrária no Brasil surge formalmente através do Estatuto da Terra, através da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Depois dessa, diversas foram as leis, planos, programas, normativos e órgãos que trataram e tratam da matéria. Entre esses planos, pode-se citar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em outubro de 1985, que foi criado através do Decreto nº 91.766 e, mais tarde, a fim de aperfeiçoar a reforma agrária, foi lançado, em novembro de 2003, o Plano Nacional de Reforma Agrária II, que tem o objetivo de tornar-se mais transparente no que tange aos gastos públicos e mais eficiente.

A necessidade de incentivar a exploração racional da terra é uma constatação bastante antiga. Em 1946, tornou-se imperativo constitucional “promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos”. Em 1962, o Brasil subscreveu a “Carta de Punta del Este”, reconhecendo expressamente a necessidade de realizar em seu território a Reforma Agrária (BRASIL, 1985).

Diversos foram os fatores de pressão social para que houvesse a institucionalização da reforma agrária no país, a qual surge da necessidade de distribuição de terras para que o solo brasileiro possa atender a sua função social.

A esse respeito, o Estatuto da Terra (art. 2º, §1º) explicita que a propriedade rural desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (BRASIL, 1985).

As questões referentes à má distribuição de terras no Brasil datam de 1534, com a instituição das capitâneas hereditárias que dividiram o território brasileiro, naquela época, em 15 faixas, pelo então Rei de Portugal D. João III, que soube do achado dos espanhóis em minérios valiosos no continente americano e queriam avançar na colonização do território para evitar ou diminuir as invasões estrangeiras (FREITAS, 2015).

Os capitães donatários recebiam do Rei de Portugal a Carta de Doação e o Foral da Capitania Hereditária. O primeiro documento servia para que cada capitão pudesse ocupar as terras sem que as pudessem vender ou repassar, sendo o repasse possível apenas aos seus descendentes. O segundo documento era um conjunto de direitos e deveres que os capitães deveriam seguir e/ou realizar junto a cada capitania.

Já o Foral determinava o conjunto específico de direitos e obrigações que o capitão donatário teria em suas mãos. Ele poderia fundar vilas, doar sesmarias (lotes de terra não cultivados), exercer funções judiciárias e militares, cobrar tributos e realizar a escravização de um número fixo de indígenas. Com relação às atividades econômicas, ele poderia ter uma parte dos lucros, desde que isso não ferisse os direitos de arrecadação da Coroa Portuguesa (SOUSA, 2015).

Nesse contexto, através das sesmarias doadas pelos capitães donatários, iniciaram-se as primeiras propriedades brasileiras, entre elas, as rurais.

A questão inicial era ocupar as terras, que eram bem extensas e havia pouca estrutura ao longo de todo o território, fato que dificultava a sua colonização. Com o passar dos séculos, a imigração, a expansão das fazendas produtoras de cana-de-açúcar, tabaco, cacau, algodão, café, a pecuária bovina, a extração mineral, o tráfico de escravos, assim como sua abolição e muitos outros fatores fizeram com que houvesse concorrência no uso e na ocupação das terras, formando uma mão de obra ociosa no campo por falta da distribuição adequada destas áreas (RIBEIRO, 1995).

Havendo, portanto, a necessidade de atender aos anseios da população que precisava de terra para trabalhar, os governos brasileiros tentaram amenizar as pressões do campo a fim de: diminuir o êxodo rural de uma mão de obra de pouca valia nos centros urbanos, o que contribuía para o aumento desordenado dos principais centros; aumentar a oferta de emprego e alimento; contribuir com a melhoria da renda e das condições de vida da população de forma geral, tendo em vista que os aspectos negativos ou positivos no campo afetavam a vida da população urbana também (ALVES, 2006). Surge, então, a Lei 4.504, o Estatuto da Terra, que cria o marco legal para a instituição da reforma agrária no país.

INSTRUMENTOS E REGRAS PARA A REFORMA AGRÁRIA

Diversos foram os elos legais da política pública do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os quais estão descritos a seguir.

Estatuto da Terra de 1964

Este é o marco legal que trata do uso da terra e sua função social, a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, também conhecida como Estatuto da Terra, através da qual a reforma agrária passa a tornar-se viável, sendo o primeiro passo de muitos que foram percorridos até os dias atuais, de forma legalizada, no Brasil.

Mesmo o país estando sob o regime militar, devido às pressões marcadas pelas lutas camponesas pelo direito ao uso da terra, o Estatuto da Terra foi o marco legal que criou a possibilidade de redistribuição da terra baseada no seu uso e produtividade, possibilitando, assim, que trabalhadores que não possuísem os meios de comprar sua propriedade pudessem, através do apoio do governo, ter acesso a este meio de produção de alimento, emprego e renda.

Todas as demais leis e normativos que serão mencionados a seguir terão como alicerce a Lei 4.504/1964. A finalidade desses instrumentos é normatizar ou regulamentar algo que não foi possível através da lei de 1964.

Lei nº 5.868/1972

O INCRA promove a formação de minifúndios embasados em uma outra forma de divisão do imóvel rural, concebida pela Lei 5.868/1972, que traz em seu bojo a definição de fração mínima de parcelamento.

Art. 8º Para fins de transmissão, a qualquer título, na forma do Art. 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento fixado no § 1º deste artigo, prevalecendo a de menor área.

§ 1º A fração mínima de parcelamento será:

- a) o módulo correspondente à exploração hortigranjeira das respectivas zonas típicas, para os municípios das capitais dos estados;*
- b) o módulo correspondente às culturas permanentes para os demais municípios situados nas zonas típicas A, B e C;*
- c) o módulo correspondente à pecuária para os demais municípios situados na zona típica D (BRASIL, 1972).*

Para a compreensão do que são as zonas típicas A, B, C e D, referidas no item “b” e “c” do trecho citado acima, eis as devidas definições retiradas da Instrução Especial/INCRA/Nº05-a, de 06 de junho de 1973:

- a) Zona Típica “A”, englobando zonas homogêneas com potencial demográfico médio superior a 100.000 (cem mil) habitantes/quilômetro;*
- b) Zona Típica “B”, englobando zonas homogêneas com potencial demográfico médio entre 60.000 (sessenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes/quilômetro;*
- c) Zona Típica “C”, englobando zonas homogêneas com potencial demográfico médio entre 30.000 (trinta mil) e 60.000 (sessenta mil) habitantes/quilômetro; e*

d) Zona Típica “D”, englobando as demais zonas homogêneas (INCRA, 1973)

Deste modo, uma breve constatação torna-se possível: nos casos em que haja uma maior densidade demográfica, há uma predisposição para que sejam desmembradas ou loteadas áreas menores que o módulo fiscal. Este desmembramento, é dado pela fração mínima de parcelamento, que também é um dado definido de acordo com cada município, com base nas informações da Instrução Especial.

Com base nessa legislação específica, o INCRA tenta minimizar a demanda por terra pelos acampados ainda “sem terra”. Porém, é importante tentar compreender se esta forma de atendimento do plano não prejudica seus beneficiários, tendo em vista que o módulo fiscal não foi ou não está sendo atendido, podendo interferir nas condições mínimas de viabilidade econômica. Isso pode ser verificado pela característica da região, visto que, segundo o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), o estado do Rio Grande do Norte possui 92,97% de sua área em região semiárida e historicamente sofre com secas rotineiras, que diminuem a possibilidade de produção agropecuária, somada à deficiência hídrica que impossibilita ou dificulta a produção por meio de técnicas de irrigação (INSA, 2015).

Instrução Especial Incra nº 20, de 28 de maio de 1980

Esta instrução trata de definir o tamanho do módulo fiscal em hectares(ha) para cada município do Brasil. É também relevante, antes de se verificar a correta distribuição de terras realizadas pelo INCRA aos beneficiários do PNRA, entender um pouco sobre como são conceituados os imóveis rurais quanto ao seu tamanho, neste caso, os módulos rurais e fiscais. Segundo o Estatuto da Terra, em seu art. 4º, propriedade rural e módulo rural são:

II - “Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros;

III - “Módulo Rural”, a área fixada nos termos do inciso anterior (BRASIL, 1964).

Outro meio de diferenciação entre os conceitos dos módulos está disponível no site do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, como podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1 – Módulo Rural X Módulo Fiscal

	MÓDULO RURAL	MÓDULO FISCAL
Finalidade	Determinar o enquadramento sindical rural	Determinar a classificação dos imóveis rurais em minifúndio, pequena, média e grande propriedade
Como é obtido	O número de módulos rurais do imóvel é obtido pelo somatório do número de módulos calculado para cada tipo de exploração mais o número de módulos calculado para a área agricultável mas não explorada do imóvel	O número de módulos fiscais é obtido dividindo-se a área total do imóvel rural pelo módulo fiscal do município
Onde é encontrado	No certificado de cadastro de imóvel rural emitido pelo INCRA com base em dados fornecidos pelo produtor rural na declaração cadastral	No certificado de cadastro de imóvel rural emitido pelo INCRA

Fonte: FAESC (2015).

Para o INCRA, módulo fiscal pode ser definido da seguinte maneira:

O módulo fiscal representa uma unidade de medida instituída pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para indicação da extensão mínima das propriedades rurais consideradas áreas produtivas economicamente viáveis, o que depende do município em que cada uma está localizada (LANDAU et al., 2012, p. 5).

Portanto, o módulo fiscal tem o princípio de ser economicamente viável, mas isso varia de acordo com os municípios devido aos mais diversos fatores, como: aspectos climáticos, relevo, cultura local de produção, solo, condições locais sobre a comercialização agrícola, tais como logística, proximidade do mercado consumidor, organização dos produtores, entre outros.

Como o tamanho depende principalmente da disponibilidade de condições de produção, dinâmica de mercado, infraestrutura instalada, disponibilidade tecnológica e de aspectos naturais, como água e solo, municípios com maior acesso a essas condições demandam o uso de uma área menor para a obtenção de rentabilidade a partir das atividades ali desenvolvidas, apresentando tamanho do módulo fiscal menor. Já municípios com maior carência dessas condições apresentam módulos fiscais de maior dimensão (LANDAU et. al., 2012, p. 15).

Tendo em vista a grande diversidade dos fatores antes elencadas e das características diversas é possível compreender a variação do valor dos módulos fiscais nos municípios brasileiros. Os módulos fiscais foram instituídos pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, cujos hectares variam de 05 a 110 ha, o que ficou estabelecido pela Instrução Especial nº 20, de 1980.

No entanto, é relevante perceber que se trata de uma legislação relativamente antiga, por isso, uma nova foi elaborada e trata da convenção do módulo fiscal para os municípios que foram posteriormente criados. Essa nova legislação foi definida através das Instruções Especiais nº 541, de 1997 (INCRA, 1997), e nº 3, de 2005 (INCRA, 2005), para municípios instalados em 1997 e 2005, respectivamente. Vale salientar que as modificações trazidas nesse novo instrumento legal só se referem aos novos municípios, não trazendo modificações para os municípios que já haviam sido convenionados na Instrução Especial nº 20.

A questão da extinção dos minifúndios, como descreve o Estatuto da Terra, tem fundamento na viabilidade econômica do imóvel. Neste sentido, Neto (1997) traz a seguinte colocação: “O minifúndio não atende ao princípio da função social da terra por não ter condições de consumir a força de trabalho familiar. Portanto, não garante a subsistência e nem o progresso do agricultor e de sua família. É tão nocivo quanto o latifúndio” (NETO, 1997, p. 55). Com a quantidade inadequada de terra para a produção, o agricultor irá depender sempre de outras formas de renda para manter a sustentabilidade de sua família, tendo em vista que o imóvel a ele concedido não possui condições suficientes de promover produção e, conseqüentemente, de gerar renda.

Lei nº 8.629/1993

A classificação fundiária brasileira é dada a partir do módulo fiscal através da Instrução Especial nº 20, de 1980, em relação a sua extensão. Com respeito ao tamanho das propriedades rurais, foi instituído, a partir da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu art. 4º, que as propriedades fossem classificadas segundo seu tamanho em relação ao número de módulos, como:

- *minifúndios: com tamanho de até um módulo fiscal;*
- *pequenas propriedades: com área entre um e quatro módulos fiscais;*
- *médias propriedades: com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais e*
- *grandes propriedades: com área maior do que 15 módulos fiscais (LANDAU et. al., 2015, p. 08)*

Essa Lei também traz os indicadores que definem atualmente os índices de uso e produtividade das propriedades rurais para que estas sejam consideradas produtivas e cumpram sua função social.

Neste cerne, a Lei nº 8.629/1993 regulamenta como e qual propriedade pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, após a Constituição de 1988, trazendo como conceito de imóvel rural o seguinte:

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

I- Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial (BRASIL, 1993).

Mais adiante no mesmo artigo em seu parágrafo único, a Lei ainda define qual o tamanho mínimo para que a propriedade possa ser desapropriada:

Parágrafo único. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural (BRASIL, 1993).

Logo adiante, em seu art. 6º, a Lei argumenta sobre qual o critério utilizado para a desapropriação de imóvel rural, a qual se baseia mais precisamente no Grau de Utilização da Terra (GUT) e no Grau de Eficiência na Exploração (GEE) de imóveis rurais brasileiros:

Art. 6º - Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento) (BRASIL, 1993).

Os índices de produtividade, referentes ao GUT citados no art. 6º da Lei 8.629/1993, estão descritos e normatizados através da Instrução Normativa nº 11 do INCRA, de 04 de abril de 2003, que foi publicada no Diário Oficial da União nº 74, de 16 de abril de 2003, seção 1, página 101. Tais índices serão levados em consideração no momento da avaliação do GUT dos projetos de assentamento objetos deste trabalho.

Também é fundamental citar que em seu art. 9º, essa Lei cita critérios que devem ser atendidos pela propriedade rural, a fim de se atingir sua função social que, em síntese, descreve sobre: os graus de utilização da terra; o respeito à legislação ambiental quanto ao uso racional dos recursos naturais; a não manutenção de trabalho escravo ou forma similar de não observância aos direitos dos trabalhadores; e, por fim, mas não menos importante, que a exploração da terra não prejudique o ambiente, favorecendo o bem-estar de quem viva ou trabalhe na propriedade, assim como da comunidade onde se localiza. Portanto, é importante ressaltar que a função social da terra não é só de produzir alimentos, mas também de propiciar um ambiente justo para todos que convivem e usufruem desse bem.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza aplicada, pois visa o conhecimento para diversas utilidades da área afim, como a avaliação de políticas públicas. Quanto à abordagem do problema, este estudo se apresenta de forma quantitativa, tendo em vista que serão expressos em números os resultados, o que irá gerar as análises a partir destes.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é delineada como exploratória e descritiva, uma vez que, como aponta Gil (1991), possui a finalidade de harmonizar maior intimidade com o problema a fim de deixá-lo mais evidente e de descrever as particularidades de certa população e/ou consignar relações entre as variáveis.

Para a obtenção dos dados, o procedimento utilizado foi a análise documental, com o uso das informações contidas nos formulários denominados Diagnósticos do Programa Brasil Sem Miséria, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Tais diagnósticos foram aplicados por equipes multidisciplinares de técnicos contratados junto ao INCRA para prestarem serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e foram coletados no mês de julho de 2014.

A pesquisa foi fundamentada em alguns assentamentos na região semiárida do estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente nos municípios de Ipanguaçu (PA Santa Maria e Pedro Ezequiel de Araújo), Afonso Bezerra (PA Progresso), Angicos (PA Bonfim) e Pendências (PA Mulungu), que são municípios que fazem parte das microrregiões do Vale do Açu e Angicos. É importante destacar que os municípios que compõem a pesquisa possuem os seguintes tamanhos dos módulos fiscais: Afonso Bezerra – 60 hectares; Alto do Rodrigues – 65 hectares; Angicos – 60 hectares; Ipanguaçu – 55 hectares; Pendências – 65 hectares. Porém, a fração mínima de parcelamento para estes municípios é de quatro hectares apenas (INCRA, 1980).

Para esta pesquisa foram coletadas informações de uma amostra relativa, tendo como média 30,86% do número de famílias de todos os PA, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativos da amostra

PA's	Nº de Famílias	Quant. da amostra	%
Bonfim	45	14	31,11
Mulungu	32	10	31,25
Pedro Ezequiel	528	160	30,30
Progresso	80	25	31,25
Santa Maria	204	62	30,39
TOTAL	889	271	30,48

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Como se pode observar, a amostra média foi de 30,48%, considerando-se todos os PA's nos quais foram realizadas a pesquisa, sendo o número mínimo de 30,30% da população em cada PA.

O diagnóstico foi aplicado através da realização de entrevistas com as famílias assentadas feitas pelas equipes citadas, formadas por técnicos de diversas áreas, mais predominantemente das ciências agrárias e sociais, que atuam nestes PA's através do Contrato CRT-RN 6.000/14 entre o Incra/RN/SR-19 e o Centro de Estudos e Assessoria Aplicados ao Desenvolvimento (CEAAD).

As informações foram coletadas de acordo com os formulários Diagnósticos do Programa Brasil Sem Miséria, que foram inseridos no Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e são acessíveis a qualquer cidadão, necessitando apenas de um cadastro na plataforma do SIATER/MDA.

Cabe ressaltar que foram objeto de investigação para esta pesquisa, dentre as muitas perguntas constantes no formulário, as informações sobre os itens 2, 10 e 11, que se referem respectivamente a: informações da família assentada; atividades extrativistas e comercialização; e produção e comercialização; além dos dados gerais do que é produzido nos PA's e dados sobre a ocupação das áreas.

Outros levantamentos de dados foram realizados junto ao INCRA, assim, foram pesquisados os Laudos de Vistoria do Imóvel, a Portaria de Criação do Assentamento, o Auto de Imissão de Posse, Mapas Cartográficos e Relação de Beneficiários, documentos contidos nos autos dos processos de criação dos PA's, nos quais foram coletados dados como tamanho, distribuição, data de criação, número de beneficiários, entre outras informações que estão descritas nesta pesquisa.

RESULTADOS DA PESQUISA

As famílias que compõem a pesquisa já se encontram instaladas nos respectivos PA's há mais de oito anos, possuem casas e receberam os créditos iniciais advindos do INCRA, cuja finalidade é fornecer condições mínimas ao início da produção nas áreas de assentamento.

Com relação à população dos PA's pesquisados, a amostragem compõe mais que 30%, sendo a população composta por 889 famílias assentadas. A amostra realizada foi desenvolvida nos projetos de assentamentos Mulungu, Santa Maria, Pedro Ezequiel de Araújo, Bonfim e Progresso, perfazendo 271 famílias, valor que corresponde a 30,48% do total de famílias assentadas nestes PA's. Quanto à força de trabalho de cada família, identificou-se uma média de 3,56 pessoas por família.

Utilização das áreas concedidas nos PA's

Na pesquisa, verificou-se que a utilização das áreas que as famílias detêm a concessão estão sendo subutilizadas, porque, do total de 4.576,68 hectares disponíveis para as 271 famílias, apenas 2.018,36 ha (44,1%) estão sendo ocupados/utilizados por 112 famílias, de acordo com as informações levantadas nos formulários aplicados. Essas informações foram convergidas utilizando-se a Instrução Normativa nº 11, de 04 de abril de 2003, isso quando a área ocupada ainda não havia sido discriminada em hectares.

O dado global não separa quem usa de forma adequada a terra e quem não faz o uso apropriado. A tabela 2, a seguir, foi elaborada para identificar quem atualmente alcança os índices almejados para uma utilização satisfatória:

Tabela 2 – Uso dos solos pelos beneficiários

USO DO SOLO	Nº de famílias que utiliza a área concedida	% das famílias	Área utilizada (ha)	% da área utilizada
Uso acima de 100%	28	10,33%	1733,48	85,89%
Uso entre 80% a 100%	02	0,74%	32,11	1,59%
Uso abaixo dos 80% > 0	82	30,26%	252,77	12,52%
TOTAL	112	41,33%	2.018,36	100,0%

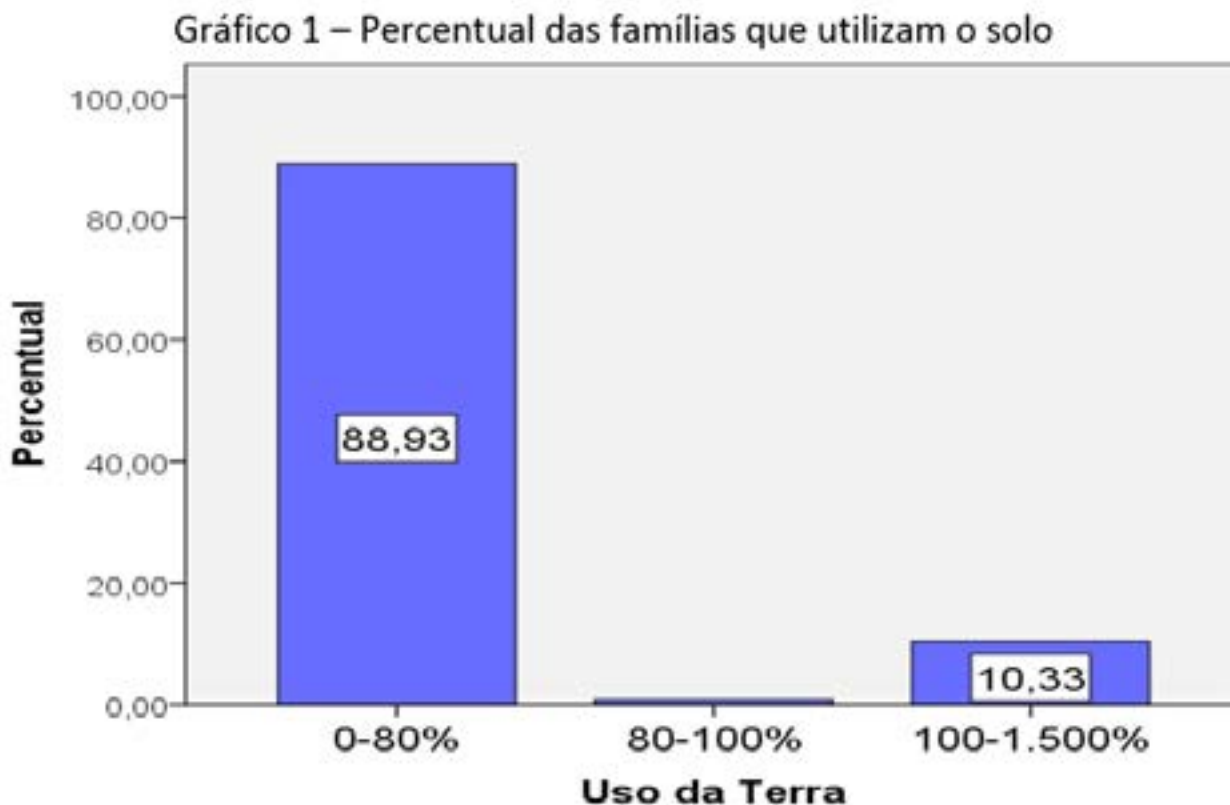
Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Como discutido anteriormente, a Lei nº 8.629/1993 traz em seu art. 6º, parágrafo primeiro, a informação de que pelo menos 80% da área útil do imóvel deve estar sendo explorada. Por isso, a tabela 2 foi elaborada para identificar quem utiliza abaixo de 80%, de 80% a 100% e acima de 100% do solo.

Ao serem comparados os dados da tabela 2 com a informação sobre a ocupação da terra, parece bastante proporcional que 41,33% das famílias utilizem 44,1% da área concedida, se não fosse o fato de que apenas 10,33% das famílias utilizam uma área maior do que a que lhes foi concedida, estas detêm o uso de 85,89% da área total utilizada, que é de 2.018,36 ha, apresentando, assim, discrepâncias no seu uso. Dessa forma, das 271 famílias assentadas da amostra, apenas duas famílias fazem o uso apropriado das terras que lhes foram concedidas. O que representa menos de 1% das famílias. Este dado faz emergir a necessidade de maiores discussões sobre o uso da terra nas políticas de reforma agrária brasileira.

Identificando o percentual de famílias que produzem e/ou utilizam o solo

As informações que foram coletadas sobre este item mostram um volume interessante de famílias que não ocupam racionalmente os lotes que lhes foram concedidos pelo INCRA. De acordo com o gráfico 1, pode-se observar o quanto é expressivo este volume.



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

De acordo com os dados levantados e demonstrados no gráfico 1, constata-se que apenas 0,74% da amostra ocupa regularmente a sua área, em contrapartida, quase 89% da amostra não ocupa de forma racional os lotes, infringindo o art. 6º, § 1º da Lei nº 8.629/1993. Um outro dado intrigante é que cerca de 10,33% da amostra é composta por famílias que ocupam mais do que os 100% da área a que lhes foram destinadas.

Isso ocorre principalmente quando se trata de criações extensivas de animais como bovinos, ovinos e caprinos, que são soltos nas áreas do assentamento e se alimentam em áreas que ainda não foram cercadas de lotes não ocupados.

Grau de utilização das áreas concedidas

Quanto ao Grau de Utilização das Terras, este é um dos dados mais importantes analisados, pois é um dos principais elementos que fundamenta a desapropriação dos imóveis rurais para transformá-los em Projetos de Assentamentos. O GUT é fornecido através de leis e normativos específicos que, além de outros aspectos, também servem como referência/indicadores para se avaliar o quanto as propriedades rurais brasileiras e, neste caso, os PAs pesquisados estão utilizando/ocupando suas áreas.

Portanto, observa-se que, para estas famílias (que utilizam >100%), é muito mais interessante que outras famílias não utilizem de fato suas áreas, o que lhes possibilita a expansão de suas criações. Uma forma mais detalhada de como ocorre a ocupação dos lotes pelas famílias pesquisadas pode ser observada na tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Quanto ao Grau de Utilização da Terra (GUT) por família

Faixas do GUT	Absoluto	Percentual	Número de famílias	GUT - detalhado	Percentual
GRUPO QUE UTILIZA DE 0,0% a 80%	241	88,93%	159	Não utilizam	58,67%
			27	Utilizam até 10% da área concedida	9,96%
			28	Utilizam de 10% a 20% da área concedida	10,33%
			10	Utilizam de 20% a 30% da área concedida	3,69%
			10	Utilizam de 30% a 40% da área concedida	3,69%
			2	Utilizam de 40% a 50% da área concedida	0,74%
			2	Utilizam de 50% a 60% da área concedida	0,74%
			1	Utilizam de 60% a 70% da área concedida	0,37%
			2	Utilizam de 70% a 80% da área concedida	0,74%
GRUPO QUE UTILIZA DE 80% A 100%	2	0,74%	0	Utilizam de 80% a 90% da área concedida	0,00%
			2	Utilizam de 90% a 100% da área concedida	0,74%
GRUPO QUE UTILIZA DE 100% a 1.500%	28	10,33%	11	Utilizam de 100% a 200% da área concedida	4,06%
			4	Utilizam de 200% a 300% da área concedida	1,48%
			2	Utilizam de 300% a 400% da área concedida	0,74%
			1	Utilizam de 400% a 500% da área concedida	0,37%
			9	Utilizam de 500% a 1000% da área concedida	3,32%
			1	Utilizam de 1000% a 1500% da área concedida	0,37%
TOTAL	271	100,00%	271		100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Os dados da tabela 3 são desdobramentos mais detalhados das informações contidas no gráfico 1, o qual permite-se realizar algumas análises. O dado de maior vulto na tabela 3 foi a constatação de que 159 famílias, 59% da amostra, não produzem ou ocupam qualquer espaço que lhes tenha sido concedido com o objetivo da produção agropecuária, cuja finalidade é prover o sustento dessas famílias a partir da renda de produtos agrícolas.

As possíveis observações oriundas da análise dessas informações podem ocorrer por dois principais condicionantes:

a) A pesquisa pode não ter levantado dados fidedignos, pois, como se trata de declarações colhidas com os próprios assentados, sem que os mesmos necessitem comprovar a sua veracidade, há a possibilidade destas famílias, devido ao receio de perderem vantagens ou benefícios sociais, terem omitido informações que pudessem elevar seu nível de produção e renda por acharem que tais informações pudessem prejudicá-los;

b) A reforma agrária não está atendendo ao seu público-alvo. Neste caso, é possível que com a dificuldade de acesso às políticas públicas na busca por moradias, muitas das famílias ocupam e se beneficiam da reforma agrária pelo simples fato de terem acesso a uma “casa” nos projetos de assentamentos, além do acesso a crédito, sem que essas famílias tenham aptidão para a produção agrícola.

Nesses casos, como sugestão para futuras pesquisas, cabe um melhor levantamento sobre qual ou quais os motivos de maior relevância sustentam a problemática aqui apresentada e uma revisão sobre quais os rumos que serão dados a esta política de tamanha valia para a geração de emprego e renda na zona rural. E ainda, se for o caso, um enfoque na questão: por qual política pública a população anseia, haja vista que a distribuição de casas populares consome muito menos recursos públicos que a aquisição de terras, cada vez mais escassas e caras neste país.

Grau de utilização das áreas concedidas

Para a identificação da capacidade produtiva dos lotes distribuídos pela reforma agrária na região pesquisada, utilizou-se o tamanho das áreas e a sua capacidade de produção agropecuária.

A tabela 4 mostra que os lotes possuem áreas bastante limitadas, o que reduz a possibilidade de produção agropecuária suficiente para render divisas que tornem as famílias autossuficientes, principalmente por se tratar de regiões semiáridas.

Tabela 4 – Tamanho dos lotes em relação aos módulos fiscais

PA	Famílias da amostra	Área dos lotes da amostra	Área média/lote	Município	Módulo Fiscal em ha	% Lote versus Módulo Fiscal
Bonfim	14	189,20	13,51	Angicos	60	22,52%
Mulungu	10	160,36	16,04	Pendências	65	24,67%
Pedro Ezequiel	160	2.853,33	17,83	Ipanguaçu	55	32,42%
Progresso	25	363,77	14,55	Afonso Bezerra	60	24,25%
Santa Maria	62	1.010,03	16,29	Ipanguaçu	55	29,62%
TOTAL	271	4.576,68	16,89			

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Na tabela 4, observa-se a área média destinada às famílias de cada PA e a área dos lotes distribuídos pelo INCRA no estado do Rio Grande do Norte comparadas aos módulos fiscais de cada município nos quais os PA's estão inseridos.

De acordo com os dados das áreas pesquisadas, os lotes dos beneficiários variam de 22,52% a 32,42% do tamanho de um módulo fiscal, ou seja, o órgão que tinha como obrigação extinguir os minifúndios do país, de acordo com o Estatuto da Terra, na realidade, cria novos.

Com relação à grande diferença entre o tamanho dos lotes e o módulo fiscal da região, há uma incongruência no sentido de que o mesmo órgão que possui a premissa de defender as informações técnicas que se baseiam na Instrução Normativa nº 11/2003, a qual norteia a produção média dos imóveis rurais, realize a distribuição de áreas muito aquém do que seria o mínimo necessário à sobrevivência das famílias beneficiadas. Logo, é pertinente o questionamento sobre qual seria o tamanho ideal dos lotes para que as famílias pudessem suprir suas necessidades e retirar de tal área o seu sustento.

Deve-se analisar, portanto, que a maioria das famílias não detêm conhecimentos necessários para responder a estas questões, e que, sem uma avaliação técnica, elas tenderão a produzir sem saber ao certo se irão gerar o suficiente para prover o seu sustento.

É importante que tais medidas sejam reavaliadas, pois as quantidades de terras que são distribuídas pela reforma agrária, em alguns casos, constatados nesta pesquisa, chega a 1/4 de um módulo fiscal, ou seja, não possuem uma área mínima para que as famílias “beneficiadas” possam produzir o suficiente para a obtenção de uma renda digna.

A Instrução Normativa nº 11/2003 apresenta, em uma de suas tabelas, informações técnicas que visam demonstrar a capacidade produtiva das áreas e a classificação das zonas pecuárias, o que pode ser visualizado na tabela 5.

Tabela 5 – Dados da Instrução Normativa nº 11/2003
ÍNDICES DE RENDIMENTOS MÍNIMOS PARA PECUÁRIA

ZONA PECUÁRIA	ÍNDICE DE LOTAÇÃO Unidades animais/ha
1	0,60
2	0,46
3	0,33
4	0,16
5	0,10

Fonte: INCRA (2003).

Para uma melhor compreensão do que a zona pecuária representa na realidade dos PA's pesquisados, a tabela 6 apresenta as informações das zonas pecuárias de cada município nos quais os PA's estão inseridos.

Tabela 6 – Zona pecuária por município

Municípios	Zona Pecuária	PA's
Afonso Bezerra	5	Progresso
Angicos	5	Bonfim
Ipangaçu	4	Santa Maria
Ipangaçu, Afonso Bezerra e Angicos	4 ou 5	Pedro Ezequiel de Araújo
Pendências	4	Mulungu

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

É importante ressaltar que as áreas pesquisadas têm predominância como áreas de zona pecuária nº 5, uma vez que a variação tem base nas informações das áreas do município como um todo. Como os municípios de Ipanguaçu e Pendências possuem áreas banhadas pelo Rio Piranhas/Assu, as áreas totais desses municípios sofrem influência dos setores que margeiam o rio, portanto, produzem mais que o restante das outras áreas. Como nenhum outro dos PAs pesquisados possui área nesses setores privilegiados em termos de umidade, logo, conclui-se tal predominância.

Considerando-se as informações expostas nas tabelas anteriores, além das demais informações técnicas da Instrução Normativa nº 11/2003, é possível fazer um cálculo simples para identificar que com a média da área dos lotes que são concedidos aos beneficiários da reforma agrária nestes assentamentos, cada lote consegue ter sua plenitude de utilização com apenas duas matrizes bovinas, ou seja, duas vacas.

Cálculo:

Dados:

Área média dos lotes = 16,89ha;

Zona pecuária = 5, ou seja, cada hectare produz 0,1 Unidade Animal (U.A.)

Índice de Lotação, dada em U.A. de uma matriz bovina (vaca) = 0,83

Então:

$16,89 \text{ ha} \times 0,1 \text{ U.A.} = 1,689 \text{ U.A.}$

$1,689 \text{ U.A.} / 0,83 = 2,03 \text{ matrizes bovinas em cada lote.}$

No que diz respeito à produção de bovinos, é difícil sustentar uma família com a renda produzida por apenas duas matrizes bovinas. Isso é preocupante, pois, no momento da distribuição das terras para as famílias assentadas, pela inexperiência de muitos dos chamados “sem terras” ou pela falta de conhecimento técnico produtivo, algumas famílias não conseguem perceber o quanto as áreas são pequenas para a produção agropecuária. De modo que os assentados procuram antes produzir e só depois dos resultados do seu trabalho, limitado por um lote pequeno, frustram-se por não terem conseguido a tão almejada sustentabilidade do ponto de vista econômico. O que gera um passivo de responsabilidade para o Estado por não ter resolvido o problema da geração de renda para estas famílias. Nessa mesma direção, Mourad (2010, p. 161) descreve que “os assentamentos atenuam o problema de acesso à terra, mas não, necessariamente, resolvem questões relativas à produção. Uma das reivindicações dos movimentos sociais é que o Estado dê condições mínimas para o desenvolvimento da agricultura dos assentamentos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o objetivo de avaliar se a função social da terra na política pública da reforma agrária é satisfatória nos projetos de assentamentos Mulungu, Santa Maria, Pedro Ezequiel de Araújo, Bonfim e Progresso, conclui-se que a política pública não atende a um grande número de famílias que ainda se encontram “sem-terra” neste país. Isso ocorre tanto nos acampamentos como para muitos dos agricultores que não conseguem uma área para produzir e prover seu sustento no meio rural. Por outro lado, os números confirmam que há um grande número de pessoas que foram beneficiadas, no entanto, não produzem ou não utilizam a área concedida de forma racional, fazendo com que a função social da terra nas áreas de assentamentos esteja aquém do esperado.

Durante a pesquisa, foi possível perceber que boa parte do público beneficiário da reforma agrária não se configura como agricultores, visto que exercem outras profissões para o provimento da sua sustentabilidade e utilizam os assentamentos apenas como moradia. Tal informação sugere que a política de reforma agrária está sendo desviada para atender à necessidade ou deficiência de outra questão da política pública que seria a da habitação.

Os minifúndios criados pelo INCRA tendem a ser prejudiciais à sobrevivência e à sustentabilidade das famílias atendidas pelo PNRA, pois as famílias que dependem apenas da terra para produzir seu sustento, se forem utilizadas apenas as áreas que lhes foram destinadas, o lote tende a não ser suficiente para produzir a renda necessária ao suprimento das famílias, tendo em vista o tamanho da parcela rural que receberam. Algumas destas áreas não conseguem sustentar dois bovinos adultos ou 20 ovinos ou caprinos adultos. Com esta quantidade de animais, costuma não ser possível a produção de renda anual para suprir minimamente a necessidade familiar. Sendo assim, as famílias precisam recorrer a rendas advindas de programas sociais como Bolsa Família e outros. Logo, a esperança de uma vida melhor no campo tende a ser frustrada se os indivíduos não possuem o recurso necessário para produzirem o suficiente para se alimentar.

Alguns dos motivos que podem levar a maior parcela das famílias assentadas a não estar produzindo nas áreas concedidas podem ser identificados como questões econômicas, sociais, de gestão ou climáticas.

Com relação às questões econômicas, há famílias com baixa capacidade financeira nas quais quem está com pouca capacidade de investimento não possui condições para investir na agricultura. No caso das famílias que possuem alta capacidade financeira, estas não veem na agricultura um meio de contribuir com sua renda, pois possivelmente possuem rendas advindas de atividades não agrícolas.

Em relação às questões sociais, estas possuem um caráter mais amplo e sugere uma análise de alguns fatores:

- a) A falta de aptidão para trabalhar na agropecuária, uma vez que o ramo agropecuário é composto, em boa parte, de trabalho árduo em meio à insalubridade do campo, como exposição ao sol forte, utilização de ferramentas pesadas, isso tudo demanda sempre muito esforço e traz pouco retorno financeiro;
- b) A falta de empregos no meio rural e a dificuldade dessas famílias na inserção do mercado de trabalho urbano – pela inexistência de educação de qualidade disponível a todos – causa uma forte pressão como busca de sua subsistência em áreas de assentamentos;
- c) A busca por moradia e não pela terra, similar ao que acontece aos casos anteriores, a falta de oportunidade de trabalho, a baixa renda das famílias, além da criação de famílias com baixa capacidade de sustento, faz com que estas famílias busquem áreas de assentamentos apenas pela existência de moradias, não levando em consideração que elas deveriam cumprir com a função social da terra para que foram beneficiadas.

Outra questão é a falta de senso empreendedor. Muitos desses “agricultores”, na realidade, foram “operários rurais”, tendo em vista que durante toda a sua vida trabalharam para agricultores ou empresas agrícolas, empregos nos quais havia sempre alguém que lhes dava ordens e pagava pelos seus serviços. Desse modo, ao chegarem nos projetos de assentamentos, estes novos agricultores não possuem juízo empreendedor necessário para buscar produzir sem a existência de um “chefe” para coordenar as atividades. Eles não conseguem tomar atitude ou não possuem conhecimento suficiente para conseguir empreender no trabalho de forma autônoma, não conseguem contabilizar e gerir seus empreendimentos rurais para produzir na agropecuária.

Por fim e não menos importante, as questões climáticas como um dos aspectos de forte influência para a baixa ou nenhuma produção encontrada na maior parte das famílias beneficiadas. Sem a existência de uma regularidade pluviométrica nos últimos três anos, este fator tem dizimado as criações e plantações no interior do estado assim como na região pesquisada, dificultando a produção, fazendo com que as famílias que se arriscam a plantar ou criar nestas condições acumulem prejuízos quanto ao investimento realizado. Salvo algumas poucas famílias que, apesar de toda a intempérie, ainda conseguem manter um mínimo de produção às custas de muito investimento e trabalho, porém, com pouco retorno financeiro.

Dessa forma, a política pública não pode ser considerada satisfatória, pois a exigência legal define os critérios adequados para um assentamento rural, além de parâmetros técnicos e infraestrutura, diferentes dos que são realmente implementados.

São muitos os desafios da reforma agrária brasileira, pois os recursos são escassos para atender a toda demanda existente nos PA's e as famílias que ainda não foram ajudadas pela política pública.

É importante haver a compreensão, o questionamento e a avaliação constante das políticas públicas implantadas para que essas possam atender com eficiência, eficácia e afetividade, e assim, poderem alcançar uma maior quantidade de pessoas com menos, economizando recursos que possam ser utilizados em outras políticas ou que possam ampliar o atendimento das já existentes. Por isso mesmo, a sociedade e os executores do PNRA, devem ser mais vigilantes quanto à aplicação de tais recursos, buscando utilizar os conhecimentos produzidos na Nova Gestão Pública como meio de melhorar o uso de todos os recursos e ferramentas atuais em prol de uma sociedade mais justa.

Com relação aos dados levantados, cabe ressaltar que as informações são oriundas de autodeclarações (não comprovadas, passíveis de super ou subdimensionamento). Como a coleta dos dados foi feita apenas através de um formulário com as informações declaradas pelos assentados de cada família, não é possível afirmar que todas as informações sejam precisas, tendo em vista que muitas famílias creem que ao informar as suas rendas reais e que possuem mais do que elas mesmas acham necessário à sua sobrevivência, logo poderiam perder algumas vantagens ou benefícios sociais que recebem.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Eliseu (Ed.). Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 184 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=265338>>. Acesso em: 01 mar. 2016.
2. BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o plano nacional de reforma agrária - PNRA, e, da outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=106707&norma=129768>>. Acesso em: 03 jan. 2015.
3. _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jan. 2014.
4. _____. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 26 nov. 2015.

5. _____. Lei no 5.868, de 12 de dezembro de 1972. Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5868.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.
6. _____. Lei N° 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.
7. _____. Lei N° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.
8. _____. Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). 1985. Disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
9. CARVALHO, Leandro. Colonização do Brasil. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
10. FAESC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. Módulo Rural X Módulo Fiscal. Disponível em: <<http://www.senar.com.br/portal/faesc/conteudo.php?sec=136>>. Acesso em: 26 jan. 2015.
11. FIGUEIREDO, Gislayne Cristina. Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. Tese (Doutorado em Psicologia). 397 f. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP. Ribeirão Preto, 2009.
12. FREITAS, Eduardo de. Questão agrária no Brasil. [201-?]. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/questao-agraria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
13. GIL, A. C. Técnicas de pesquisa em economia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
14. INCRA. Instrução Especial/INCRA/n°05-A, de 06 de junho de 1973. Dispõe sobre normas, classificações, questionários e tabelas relativas à implantação do Sistema Nacional de Cadastro Rural e a Tributação previstas no Decreto n°72.106, de 18 de abril de 1973 e no Decreto 55.891, de 31 de março de 1965. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/ie5a_060673.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

15. _____. Instrução Especial/INCRA/nº 20, de 28 de maio de 1980. Estabelece o módulo fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº84.685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/129-instrucao-especial-n-20-28051980>>. Acesso em: 03 set. 2015.

16. _____. Instrução Especial/INCRA Nº541, de 26 de agosto de 1997. Estabelece o módulo fiscal para os Municípios constantes da tabela anexa. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/ie51_260897.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

17. _____. Instrução Especial INCRA/nº 03, de 11 de abril de 2005. Estabelece o módulo fiscal para os Municípios constantes da tabela anexa. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/ie03_2005.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

18. _____. Instrução Normativa Nº 11, de 4 de abril de 2003. Estabelece diretrizes para fixação do módulo fiscal de cada Município de que trata o Decreto n.º 84.685, de 6 de maio de 1980, bem como os procedimentos para cálculo dos Graus de Utilização da Terra -GUT e de eficiência na exploração GEE, observadas as disposições constantes da Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. BRASIL, Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN11_040403.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2015.

19. _____. Norma de Execução Nº 45, de 25 de agosto de 2005. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária., Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/atos-internos/normas/ne_45_250805.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

20. _____. Processo de desapropriação nº 21630.000587/95-54: Laudo de vistoria, mapas e demais peças técnicas. Natal: SR-19, 1995.

21. _____. Processo de desapropriação nº 54330.002242/99-75: Laudo de vistoria, mapas e demais peças técnicas. Natal: SR-19, 1999.

22. _____. Processo de desapropriação nº 54330.001189/00-64: Laudo de vistoria, mapas e demais peças técnicas. Natal: SR-19, 2000a.

23. _____. Processo de desapropriação nº 54330.002325/00-14: Laudo de vistoria, mapas e demais peças técnicas. Natal: SR-19, 2000b.

24. _____. Processo de desapropriação nº 54330.001641/2005-91: Laudo de vistoria, mapas e demais peças técnicas. Natal: SR-19, 2005.

25. INSA - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro: extensão territorial. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=93>. Acesso em: 01 nov. 2015.
26. LANDAU, Elena Charlotte; CRUZ, Roberta Kelly da; HIRSCH, André; PIMENTA, Fernando Martins; GUIMARÃES, Daniel Pereira. Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.
27. LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun., 2010.
28. MOURAD, Camila Benatti. Efeito da Regulação sobre sistemas agroindustriais de produção de biodiesel. Dissertação (Mestrado em Administração). 230 f. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2010.
29. NETO, Sulaiman Miguel. Questão agrária: doutrina, legislação e jurisprudência. Campinas: Bookseller, 1997.
30. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
31. SIATER - Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão. Disponível em: <<http://siater.mda.gov.br/sys/siater/public/listagem/page/6>>. Acesso em: 07 jul. 2014.
32. SOUSA, Rainer. Capitâneas hereditárias. [201-?]. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/capitanias-hereditarias.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

ANÁLISE DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

L. C. B. GUERRA, S. C. A. SILVA

lenin.cavalcanti@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de reestruturação e a expansão do setor elétrico brasileiro entre os anos de 1995 a 2014, evidenciando os principais desafios para o crescimento continuado do setor elétrico nacional. Para tanto, utilizou como procedimento metodológico o método das narrativas para construção das relações entre os eventos ocorridos no período em análise, a partir da análise de documentos do Ministério das Minas e Energia, como o Balanço Energético Nacional (BEN), e pesquisas acadêmicas cujo objeto foi o setor elétrico, como as de Castro et al (2013), Costellini e Holanda (2014) e Bajay (2015). Em linhas gerais, foi observado que os principais desafios para o setor elétrico durante o período foi a questão regulatória, que passou e continua em processo de ajustes e planejamento de longo prazo. Por fim, pode-se concluir que os modelos implantados no processo de reestruturação do setor elétrico nacional alcançaram resultados significativos e de avanço ao segmento elétrico, todavia faz-se necessária continuidade do planejamento mudanças. Alguns pontos positivos contribuíram para o crescimento do setor elétrico, sobretudo a abertura para atuação privada, implantação dos ambientes de contratação regulada e contratação livre, além da implantação em longo prazo para minimizar as incertezas que ainda existem no setor e ampliar a expansão e segurança energética no país.

Palavras-Chaves: políticas públicas, setor elétrico, narrativa.

ABSTRACT

This article analyzes the process of restructuring and expansion of the Brazilian electricity sector between 1995 and 2014, highlighting the main challenges for the continuous growth of the national electricity sector. For this, was used as methodological procedure narrative method for the construction of relations between events under analysis, based on the analysis of documents of the Ministry of Mines and Energy, such as the National Energy Balance (BEN), and academic researches about electric sector, such as Castro and others (2013), Costellini and Holanda (2014) and Bajay (2015). In general terms, it was noted that the main challenges for the electric sector during the period to a regulatory problem, which has passed and continues in the process of adjustments and long-term planning. Finally, it can be concluded that the models implemented and not the restructuring process of the national electric sector have achieved significant results and advance to the electric segment, however it is done. Some good points contribute to the growth of the electricity sector, the opening up to private operation, the implementation of regulated contracting and free contracting environments, as well as the long-term implementation to minimize the uncertainties that no sector still exists and to enlarge energy security.

Keywords: policies, electricity sector, narrative.

INTRODUÇÃO

A energia elétrica é um importante componente para a atividade econômica, sendo insumo de vários setores da economia, como a indústria, serviços, telecomunicação, etc, além de ser essencial para a organização social. Observa-se que a cada dia os planejamentos energéticos dos países na promoção da estrutura e segurança da oferta de energia elétrica tem sido incrementados, de forma a atender a demanda crescente de firmas e consumidores por eletricidade.

Ademais, a energia tem sido um tema presente internacionalmente devido à questão do desenvolvimento sustentável e da eficiência na utilização dos recursos disponíveis no planeta. No Brasil o setor elétrico é regulado pelo Governo Federal, que desde o ano de 2004 lançou as bases de um novo modelo institucional e regulatório para o setor.

Em termos institucionais, esse novo modelo definiu a criação de uma entidade responsável por estudos relacionados ao planejamento energético, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), um órgão com a função de avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e uma instituição para celebrar os contratos de comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Além destes órgãos destaca-se a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), agência reguladora independente que visa preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos agentes, protegendo os interesses dos consumidores em relação aos custos da energia, e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entidade de direito privado, sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, responsável por coordenar e controlar a operação das instalações de geração e de transmissão do SIN.

Frente a essa estrutura institucional, é importante que o Governo articule e implante ações que desenvolvam esse setor. Goldemberg e Moreira (2005) afirmam a necessidade de haver políticas que proporcionem condições especiais de mão de obra, tecnologias e equipamentos para o desenvolvimento do setor energético. Estes autores enfatizam a imprescindível participação do setor público para esse alcance, visto destacarem a necessidade de políticas públicas para administrar o conjunto de vantagens e riscos, além de eficiente alocação financeira de recursos, tendo em vista que existe uma alta participação da iniciativa privada na produção de energia nacional.

Percebe-se que no Brasil, as iniciativas, por meio de reformas estruturais e políticas, promoveram no decorrer dos últimos anos maior confiabilidade e segurança a matriz elétrica brasileira. O país teve em sua base histórica de geração de energia a dependência pela fonte hidráulica, contudo a matriz de energia elétrica do país passou por diversificação reduzindo essa participação das fontes hídricas e tornando a matriz de geração elétrica mais dinâmica e segura. No ano de 2005, a participação da fonte hidráulica representava 74,6% da matriz de geração, já no ano de 2014 reduziu-se para 65,2%, com a inserção, no mesmo período, de novas fontes renováveis. É importante nesse segmento o planejamento para garantir a expansão e sustentabilidade da matriz, uma vez que a segurança energética também é componente basilar para a atração de investimentos e, por conseguinte do desenvolvimento.

Diante disso, o atual trabalho tem por objetivo analisar o processo de reestruturação e expansão do setor elétrico brasileiro entre os anos de 1995 a 2014. Com vistas a alcançar tal objetivo, adota-se quatro eixos de objetivos específicos, a saber: i) descrever o processo de reestruturação do setor elétrico no que tange as ações, medidas e marcos regulatórios; ii) formular relações entre os eventos do processo de reestruturação do setor elétrico ocorridos nos anos de 1995 até 2004, no ano de 2004, e os anos seguintes até 2014; iii) levantar dados da evolução e diversificação da matriz elétrica nacional; iv) construir o cenário elétrico para o período em análise. Através dos objetivos apresentados, pretende-se constatar se as estratégias do setor público nos últimos anos têm sido eficientes para assegurar a expansão contínua do setor elétrico.

Dessa forma, o tema proposto para estudo apresenta relevância na medida em que se apresenta a dinâmica do setor elétrico brasileiro, com as políticas e estratégias adotadas para o crescimento e desenvolvimento do setor de energia elétrica, sendo esse um relevante insumo para diversas atividades econômicas e para o bem-estar social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Administração Pública

A administração pública historicamente se caracterizou por uma evolução de preponderância entre os modelos patrimonialista, burocrática e gerencial. No Brasil, o modelo patrimonialista foi adotado até meados da década de 1930, quando emergiu o modelo burocrático, mas devido inadequações tal modelo sofreu algumas tentativas de reformas ao longo dos anos. A partir da década de 1990, com a redefinição no papel do Estado, foi sendo consolidada no país uma administração mais voltada para o modelo gerencial, onde a eficiência, eficácia e efetividade das ações do Estado passaram a ser mais eminentemente buscadas.

Segundo Klering et al (2010), o modelo patrimonialista tinha como características predominantes uma indefinição entre o que seria de interesse público e de interesse privado por parte dos gestores, além da prática bastante marcada do nepotismo e da corrupção. Os autores em tela frisam que diante da necessidade de se garantir a defesa da sociedade mediante o poder soberano do patrimonialismo, contrapondo-se a esse com a separação do que é público e privado, o modelo burocrático passou a ser adotado no país na década de 1930, onde aspectos como controle de processos e decisões, hierarquias e formalismos passaram a ser incorporados na administração pública.

Já no que tange a administração gerencial, ela surge como uma necessidade de flexibilizar o modelo burocrático que apresentava várias disfunções quanto ao controle do Estado. Diversas tentativas de melhoras foram realizadas, seja por meio da criação, ou até mesmo extinção, de órgãos públicos ou pela composição de novas estruturas que tinham por objetivo reduzir, mas não anular, a rigidez burocrática. (KLERING et al, 2010).

Quanto às características do modelo gerencial, Dagnino (2012) chama a atenção para as técnicas de gestão que o mesmo dissemina, uma dessas técnicas seria o planejamento estratégico governamental, que visa a eficiência e eficácia da gestão. No Brasil as iniciativas de implantação do planejamento estratégico foram realizadas em diversos segmentos, a utilização dessa ferramenta, seja no curto ou no longo prazo, possibilita ao setor público do país uma gestão compromissada com a eficiência de serviços ao longo do tempo.

Planejamento Estratégico Governamental e Políticas Públicas

Segundo Toni (2014), o Planejamento Estratégico Governamental (PEG) expande o conceito das teorias de planejamento que partem da análise da eficiência e eficácia, visto que além de maximizar esses conceitos na gestão, o PEG também se caracteriza por sendo um processo político participativo que se configura em um projeto estratégico para a sociedade.

No Brasil, alguns fatores promoveram execuções de ações de planejamento estratégico governamental como, por exemplo, o avanço do crescimento e desenvolvimento econômico que condicionou, e condiciona, a exigência de medidas de planejamento. Além disso, a atuação e implementação de ações e de políticas públicas em setores estratégicos como os de produção e serviços também promovem esse desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2006)

Concernente às políticas públicas, é basilar compreender a conceituação e dinâmica de atuação das mesmas na gestão pública. Teixeira (2002) conceitua o termo como sendo “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.” (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Assim, as políticas públicas se configuram como um conjunto de formulação de propostas ou de decisões e ações que são tomadas em resposta às demandas de uma determinada área, como saúde, educação ou infraestrutura. De acordo com Teixeira (2002), podem ser decididas de forma discricionária por organizações públicas ou ainda pela combinação de esforços com a sociedade.

Rua (2012) alerta para a necessidade de diferenciar o conceito de política pública com o de decisão política, a primeira comumente representa além da decisão, pois as políticas públicas requerem a existência de várias ações que sejam selecionadas de forma estratégica para que adiante subsidiem implementações de ações das decisões tomadas, ao contrário da decisão política que apenas corresponde a uma escolha a ser feita diante de diversas alternativas.

No que tange às ações, políticas públicas, planejamento e regulação específicos do setor elétrico, tema do atual estudo, é relevante observar as relações existentes entre estes aspectos apontados anteriormente na gestão do setor elétrico. Sobretudo pelo fato de que no Brasil esse setor passou por diversas reestruturações na busca por sustentabilidade, e para isso medidas de planejamento e políticas públicas foram implantadas no decorrer dos anos. Nesse tocante, alguns autores analisaram a condução desse processo no transcorrer das estruturas implementadas no segmento, verificando a maneira como ocorreu essa dinâmica.

Chiganer et al (2015) pontuaram que o Brasil desde a década de 1990 tem reformulado o setor energético, inserindo mudanças importantes como a abertura para a participação do setor privado nos investimentos de expansão, além da criação de agências reguladoras balanceando os interesses das empresas e do consumidor final e implementação de políticas públicas que assegurem o crescimento consolidado desse setor.

Kessler (2006) realizou uma leitura do setor elétrico brasileiro identificando suas transformações e organização. O autor chama a atenção para a regulação econômica baseada em subsídios para tornar o mercado de energia elétrica atrativo à iniciativa privada, além das incertezas regulatórias que surgiram após o projeto RE-SEB. Enfatiza que tais medidas não alcançaram as metas estabelecidas na tentativa de reestruturação, que seria o aumento da eficiência e qualidade do serviço, além da modicidade tarifária.

Concomitante, Correia et al (2006) buscaram analisar os ambientes comerciais e institucionais do Brasil após processos de reestruturação do setor elétrico. Os autores frisam que embora tenha alcançado avanços, o modelo institucional para a indústria elétrica nacional necessita de ajustes para mitigar as incertezas, que segundo eles ainda existem no setor, sobretudo pela regulação não apenas do segmento elétrico como de outros setores que com ele se relacionam.

Diante disso, percebe-se que alguns estudos trazem a temática da análise dos termos em que se deram as medidas de mudanças na estrutura do mercado de atuação da indústria elétrica. Em certo ponto tais estudos apontam que alguns objetivos traçados na elaboração dessas alterações institucionais e/ ou estruturais, não foram totalmente alcançados. É importante ainda estabelecer relações de impacto na expansão do setor de acordo com os diferentes períodos e suas nuances, além de verificar aspectos como o planejamento e decorrências das alterações da regulação elétrica.

Nesse tocante, Bajay (2015), que investigou o papel do planejamento no setor energético brasileiro, apontou que apenas a partir de 2001, após crise que culminou o racionamento de energia elétrica, o planejamento nesse segmento se tornou mais robusto, com a percepção de que para garantir a expansão e operação do sistema era necessário pensar em ações de longo prazo. O autor chama a atenção para desafios do setor que demanda a continuidade futura e permanente das ações de planejamento adotadas pelo governo nos últimos anos.

Percebe-se que tais desafios apontados permanecem atuais, como descrito por Costellini e Holanda (2014): há obstáculos ainda presentes e merecem ações de planejamento para que sejam sanadas as dificuldades. As autoras em seu trabalho descrevem os impactos que a regulação após 2004 trouxe para as concessionárias de energia elétrica, ocasionando sérios problemas nos fluxos de caixas de algumas empresas.

Dessa forma, constata-se que essa temática permanece relevante de análise atualmente, acrescentando as alterações que surgiram no segmento no decorrer dos últimos anos, bem como os impactos que tais trouxeram sobre a expansão do setor elétrico.

METODOLOGIA

Com intuito de analisar o processo de reestruturação do setor elétrico, bem como sua expansão no período em análise, utiliza-se como metodologia pesquisa qualitativa do tipo descritiva, fazendo uso do método das narrativas analíticas e do método documental com uso de dados secundários.

Para a análise do processo de reestruturação do setor elétrico, se optou por analisar os dados pelo método das narrativas analíticas, por esse viabilizar formulação dos distintos eventos que compõem a experiência em estudo, além de proporcionar a possibilidade de constituir relações entre os eventos que serão relatados, e de permitir a construção de questões passíveis de investigação. (GUERRA, 2015)

Ou seja, tal método permite a descrição de fatos históricos relevantes para explicar eventos importantes ocorridos no segmento do setor elétrico. Segundo Guerra (2015), os eventos são elementos que fazem parte do relato que se propõe a descrever. Assim, a partir dessa análise pode-se sistematizar e evidenciar os principais fatos e eventos ocorridos durante o processo de reestruturação do setor elétrico.

Ademais, nessa construção existe entre os eventos o episódio, que de acordo com Gottems (2010, p. 64), também pode ser denominado de evento central e é representado pelo “conjunto de eventos diretamente e intimamente relacionado ao processo de interesse substancial”.

Diante disso, o atual estudo adotará como fluxo de eventos, para se construir e analisar a relação estabelecida entre os eventos no processo de reestruturação do setor elétrico, conforme demonstração da Figura 1.



Figura 1: Estrutura do método de análise.
 Fonte: Adaptado de Guerra(2015).

No que tange a análise da expansão do setor elétrico no período de 1995 a 2014, utilizou-se a análise documental com utilização de dados secundários, a partir de relatórios da Empresa de Pesquisa Energética, Operador Nacional do Sistema Elétrico, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, e do Balanço Energético Nacional (BEN), todos vinculados ao Ministério de Minas e Energia, além de pesquisas acadêmicas cujo objeto foi o setor elétrico, como as de Srour (2005), Kessler (2006), Castro e Bueno (2007) Silva (2011), Castro et al (2013), Costellini e Holanda (2014) e Bajay (2015), com o objetivo de mapear variáveis que possam indicar a evolução do setor, entre elas: participação das fontes renováveis na matriz elétrica e indicadores de oferta e consumo de energia.

REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: PRINCIPAIS EVENTOS, AÇÕES E POLÍTICAS

Em linhas gerais, até meados da década de 1950 o setor elétrico brasileiro contava com a participação de empresas privadas, que diante da incapacidade de recursos ou apreensão pelo risco de retorno do investimento na área energética provocou acentuada redução da qualidade do serviço elétrico nacional. Diante disso, foram adotadas diversas medidas e criados vários e órgãos culminando em uma elevada participação do Estado no setor; essa etapa, marcada por forte estatização, perdurou até década de 1990 quando o país enfrentou grave crise energética. Após reestruturação do setor elétrico, o mesmo passou a contar novamente com atuação de agentes privados, além do regime competitivo de mercado onde o Estado assumiu a posição de regulador. (SILVA, 2011)

Durante o período de estatização do setor elétrico, onde o setor público era responsável pela expansão do sistema de geração, transmissão e distribuição, “as empresas do Governo Federal produziam cerca de 60% da geração do país e as dos Governos Estaduais faziam a distribuição, sendo algumas delas também geradoras de energia”. (CHIGANER et al, 2015, p. 04) .

Essa participação do Estado no setor elétrico foi expressamente reduzida ao longo dos anos, devido algumas transformações de magnitude estrutural, institucional e legal. Basicamente, para este estudo será considerado para análise os modelos do setor elétrico após a estatização em meados da década de 1950. Sendo assim, consideram-se três modelos distintos, sendo o primeiro anterior a 1995, o segundo momento até o ano de 2003 e o terceiro e atual modelo a partir de 2004, esse contexto será apresentado nas seções a seguir.

4.1 Eventos anteriores: das privatizações de 1995 ao racionamento de energia de 2001

Na década de 1980, o Brasil passou por uma fase de fraco desempenho econômico comparado às décadas anteriores. O país enfrentou dificuldades arcando com uma crise econômica, queda da atividade industrial, retração das importações, alta inflação, instabilidade monetária, e escassez de recursos públicos para investimento. (OLIVEIRA, 2012)

Nesse cenário, as empresas estatais eram responsáveis pela formulação de políticas setoriais, além de que produziam e comercializavam bens e proporcionavam serviços públicos e de infraestrutura. A regulação do setor elétrico, por exemplo, era conduzida de maneira simples pelo Conselho Nacional do Petróleo e pelo Departamento de Águas e Energia.

Além disso, o financiamento era através de recursos públicos, as empresas predominantemente estatais, sem existência de competição e formado por empresas verticalizadas, consumidores cativos, mercado regulado, tarifas reguladas em todos os segmentos, planejamento determinativo pelo Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos - GCPS, contratação 100% a mercado, e sobras/déficits do balanço energético eram rateados entre compradores. (CCEE, 2015)

Diante desse contexto e do momento econômico nacional, o setor elétrico enfrentou momento de estagnação atingindo ápice da crise na década de 1990. De acordo com Silva (2011), tal fato se deu, entre outros fatores, devido à crise econômica e pela insuficiente capacidade de investimento do setor público para as expansões necessárias.

Concomitante, no ano de 1995 foi criada a Lei 8987/95, que previa a concessão e permissão da prestação de serviços públicos abrindo essas atividades à participação da iniciativa privada que fazia parte do Programa Nacional de Desestatização – PND. A aderência por parte do Governo brasileiro ao programa de permissão da atuação da iniciativa privada na prestação dos serviços públicos, permitiu que algumas áreas contassem com maior investimento. No que tange o setor elétrico, o programa de privatizações foi um passo inicial em direção a necessidade de reestruturar o setor. (CHIGANER et al, 2015)

As primeiras empresas elétricas foram privatizadas no ano de 1995, contudo apenas em 1996 foi implantada por meio da Lei 9.427 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão regulador que fiscalizaria as etapas de geração, transmissão, distribuição e comercialização do setor elétrico. A falha nesse processo, segundo Chiganer et al (2015), foi de os órgãos fiscalizadores só terem sido criados após início das primeiras privatizações, quando os mesmos deveriam já estar consolidados para acompanhar todo o processo.

Concernente a Agência Nacional de Energia Elétrica, além de fiscalizar as etapas mencionadas, também tem por responsabilidade as licitações das concessões e celebração de contratos de concessão do setor, promovendo ainda a introdução de competição na exploração do serviço de energia elétrica mantendo a qualidade do mesmo, e assim “proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade”. (ANEEL, 2015)

Da mesma maneira que a implantação da Aneel se deu de maneira lenta, a instituição de um órgão que tivesse autonomia para coordenar e reduzir falhas de mercado e regularizar o mercado atacadista do setor também foi tardio. Apenas no ano de 1998 o Ministério de Minas e Energia (MME) decretou as características comerciais do setor elétrico nacional, definindo assim os predicados e papel do órgão responsável por coordenar o setor, o Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro (ONS). (CORREIA et al, 2006)

O mesmo foi instituído pela Lei 9.648/98, tem por responsabilidade “coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica”. O mesmo se configura como órgão estratégico para o setor, pois sua atuação de forma sistêmica proporciona gestão dos recursos energéticos do país. O ONS se tornou o responsável para promover a segurança no suprimento de energia, bem como a otimização econômica da operação do setor. (ONS, 2015)

O Operador Nacional do Sistema Elétrico, foi criado a partir o projeto formulado para reestruturar o setor, que contou com a consultoria Coopers & Lybrand contratada pelo Brasil para elaborar “proposta de um modelo estrutural que redefinisse o papel do Estado e reorganizasse o conjunto de empresas que formavam o setor elétrico brasileiro”. A partir disso, foi originado o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RE-SEB), a Coopers & Lybrand definiu o arcabouço conceitual e institucional do modelo a ser implantado pelo Projeto RE-SEB. (KESSLER, 2006, p. 63)

De acordo com Kessler (2006), o Projeto RE-SEB apresentava como modelo para o setor elétrico nacional semelhanças ao modelo internacional da época, onde o segmento pudesse ter uma organização industrial com existência de mercado competitivo em substituição ao modelo monopolista que predominava.

O novo modelo proposto pelo RE-SEB pretendia:

Garantir a retomada dos investimentos necessários à infraestrutura do setor [...], criar as condições para a atração do capital privado, introduzir a competição e a busca pela eficiência operacional e administrativa das empresas, criar estrutura institucional que seria responsável pelo controle operacional do sistema e da gestão das empresas concessionárias (agência reguladora). (KESSLER, 2006, p. 83 e 84)

Em síntese, as principais mudanças desse novo modelo adotado pelo Brasil comparado ao anterior, de acordo com o CCEE (2015), foram: 1) o modelo passou a ser de livre mercado; 2) o financiamento passou a contar com participação de recursos da iniciativa privada; 3) criação do Produtor Independente de Energia (PIE); 4) empresas divididas por atividade de geração e transmissão, distribuição e comercialização; 5) abertura e ênfase na privatização das empresas; 6) competição na geração e comercialização; 7) consumidores livres e cativos; 8) preços livremente negociados na geração

e comercialização; 9) mercado livre; 10) planejamento indicativo pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); 11) contratação 85% do mercado até agosto/2003 e 95% mercado até dez/2004; 12) sobras/déficits do balanço energético liquidados no MAE.

Com essa nova estrutura, esperava-se que a esfera de atuação elétrica se consolidaria. Contudo, em poucos anos após inserção da iniciativa privada no mercado de energia o setor passou por nova crise, desta feita alcançando seu auge na redução da oferta de energia, provocando no país o programa de racionamento no ano de 2001.

A versão oficial divulgada referente aos motivos que ocasionaram o racionamento energético apresentou como fatores condicionantes a não conclusão da transição do antigo para o novo modelo setorial, somando-se a isso o período de estiagem que provocou baixa nos reservatórios, sendo que a hidráulica era a principal fonte de geração elétrica no país.

No entanto, Srour (2005) aponta que especialistas da área entraram em discordância dessa justificativa do governo, apresentando dados que demonstram a elevação da demanda acima da oferta de energia, representando assim a falta de investimento na geração e transmissão de energia como fatores principais do racionamento.

Diante do exposto, pode-se concluir que o setor elétrico no Brasil evoluiu a partir do implemento de mudanças de reestruturações. Até início da década de 2000 as mudanças visavam a elevação da eficiência por meio da livre competição e capital privado; no entanto, o setor enfrentou nova crise, culminando na necessidade de novas medidas para reestruturar o setor elétrico nacional.

Eventos relacionados: criação da EPE e PROINFA

Diante das dificuldades enfrentadas pelo modelo RE-SEB, apresentadas anteriormente, uma nova tentativa de reestruturação do setor elétrico foi organizada. O novo modelo tem por marco a Lei 10.848/04 no ano de 2004, concomitante a essa articulação de estruturar um novo modelo para o setor elétrico, alguns eventos relevantes ocorreram.

Seguindo o método das narrativas, Guerra (2015) apresenta os eventos relacionados como sendo aqueles que ocorrem no mesmo período que o evento central e de alguma forma são influenciados por ele. Assim, são apresentados agora os dois principais eventos relacionados, sendo a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Com a implantação do novo marco regulatório de 2004, os decretos seguidos deste abrangeram a regulação da comercialização de energia e criação de estratégia de planejamento de longo prazo para o setor. No novo modelo do setor elétrico, entrou em pauta a necessidade de se realizar avaliação permanente da segurança de suprimento de energia e de planejamento energético para o longo prazo. Diante disso, foram criados o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico foi instituído no ano de 2004, e tem por objetivo “acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletro energético em todo o território nacional”. Para isso, o Comitê acompanha o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação o setor energético. Além disso, realiza avaliação das condições de abastecimento e análise periódica da segurança do abastecimento e atendimento ao mercado energético. (MME, 2015)

Referente ao planejamento executado no segmento elétrico, no modelo antigo, anterior ao RE-SEB, o planejamento era centralizado e indicativo, tinha por características a existência de subsistemas regionais interligados, instalação de grandes reservatórios de regularização plurianual, operação coordenada

pela Eletrobrás, estruturação do planejamento setorial centralizado e pesados investimentos estatais. Com a reforma da década de 1990 e a implantação do modelo RE-SEB, o planejamento passou a ser indicativo apenas na geração e determinativo na transmissão, a responsabilidade estava sob o Ministério de Minas e Energia por meio do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos. (CORREIA et al, 2006)

Apenas no novo modelo de 2004 o planejamento estratégico de longo prazo entrou na pauta das discussões de incremento ao setor elétrico: o planejamento passou a ser determinativo e setorial integrado e centralizado pelo Estado através da Empresa de Pesquisa Energética que foi criada para ter a responsabilidade de planejamento centralizado, executando estudos e planejamento planos setoriais para expansão do setor energético. A EPE apresenta por finalidade “prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras”. (EPE, 2015)

A criação da EPE pode ser considerada um grande avanço para o segmento, pois apesar de o setor elétrico ser tido como estratégico para economia, uma vez que é insumo da atividade econômica e do bem estar social, ainda não havia sido implementado no país um órgão que centralizasse o planejamento em longo prazo, e por essa via tornar o ambiente desse segmento mais sólido quanto ao futuro, diante disso são perceptíveis as contribuições que a EPE tem trazido para o setor elétrico nacional.

No que tange o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), o mesmo se configura como um importante incentivo para a promoção do setor energético nacional, na busca da diversificação da matriz elétrica por fontes renováveis, sobretudo a biomassa e eólica, para complementar a geração convencional de eletricidade. Foi criado em 2002, pela publicação da Lei Federal Nº. 10.438 sendo revisada e ajustada através da Lei Nº. 10.762 em 2003 e finalmente regulamentada através do Decreto Nº 5.025 de 2004.

Para tanto, o Programa contou com apoio do BNDES, Banco do Brasil, BNB, Banco da Amazônia, ADENE (Agência para Energia), Caixa Econômica Federal, ELETROBRÁS. A ELETROBRÁS como responsável pela contratação dos projetos selecionados pelo Programa pelo prazo de 20 anos e a administração da Conta PROINFA. Esta última é constituída pelos custos da energia gerada, os custos administrativos, financeiros e encargos tributários, a mesma é regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). (EPE, 2015).

Embora o Proinfa tenha apresentado alguns problemas de conjuntura executiva, ainda assim representou um passo importante para a busca da diversificação da matriz elétrica brasileira, onde foi alcançado resultados considerados para a promoção do crescimento com sustentabilidade, principalmente devido inserção da fonte eólica na matriz de geração elétrica.

Evento central: marco regulatório de 2004

Conforme apresentação anterior, o novo modelo do setor elétrico foi implantado em 2004 a partir da Lei 10.848. De maneira a compreender a diferenças entre esse e os modelos do setor elétrico descritos anteriormente, na sequência será realizada análise das principais medidas implementadas por leis e decretos até o modelo de 2004. Para melhor entendimento o período de estatização anterior a 1995 será denominado de antigo modelo do setor elétrico; o período de 1995 a 2003 será chamado de modelo RE-SEB, e o período a partir de 2004 de novo modelo.

O financiamento do setor elétrico no antigo modelo era de responsabilidade do setor público, ou seja, cabia ao Estado o investimento na expansão da oferta de maneira a atender a demanda por eletricidade. Após o RE-SEB ocorreu a inserção de capital privado nesse segmento em uma tentativa

de dinamizar os investimentos do setor por meio da iniciativa privada, mas a atividade elétrica passou a contar também com financiamento através do Banco Nacional do Desenvolvimento. (BNDES, 2015)

Atualmente o BNDES conta com linhas de financiamento destinadas a determinadas atividades e segmentos econômicos. No que tange a área de infraestrutura do setor elétrico, os financiamentos do banco são direcionados a projetos que visam a expansão e/ ou aprimoramento e modernização da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O apoio também é estendido para iniciativas de utilização das fontes renováveis, além de projetos que buscam promover a eficiência energética. (BNDES, 2015)

Ademais, Correia et al (2006), aponta a relevância dos programas de crédito realizados pelo BNDES em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME), que visa o financiamento de “novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica que conta com juros abaixo dos valores de mercado, amortização mais alongada e exigência de capital próprio de apenas 30%”. (CORREIA et al, 2006, p. 623)

Além disso, o autor em tela descreve também o surgimento de outros instrumentos de investimentos que foram desenvolvidos utilizando-se das opções disponíveis no mercado de capitais, como sendo fundos de investimentos e emissão de debêntures, dinamizando ainda mais a disponibilidade de crédito para investimento na expansão do segmento por via de capital privado.

Outro aspecto relevante que evoluiu com as reformas e novos modelos do setor foi a reversão do processo de verticalização das empresas, chamado de desverticalização — no antigo modelo as empresas eram verticalizadas, ou seja, a mesma empresa era responsável pela geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia, por essa razão a existência predominante de monopólio estatal.

Ao contrário, no modelo RE-SEB as empresas do segmento elétrico passaram por um processo de desverticalização, onde as mesmas tiveram suas atuações divididas por atividade, sendo geração/transmissão, distribuição e comercialização. Com o novo modelo de 2004, a desverticalização foi mantida, acrescentando duas novas divisões, as empresas de importação e exportação, além disso as atividades de geração e transmissão também foram segregadas.

No que tange a natureza das empresas, no antigo modelo elas eram predominantemente estatais, ou seja, a gestão do setor elétrico era centralizada no setor público, a quem cabia a responsabilidade de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia. Além disso, como já mencionado, o segmento se caracterizava como monopólio estatal.

Enquanto que no modelo RE-SEB houve uma abertura para atuação da iniciativa privada, assim se buscou a competição onde era preciso e passou-se a regular apenas onde fosse necessário. Diante disso a ênfase maior das empresas privatizadas era a competição no ramo de geração e comercialização. No novo modelo de 2004, a coexistência entre empresas estatais e privadas foi preservada, mantendo a competição nos ramos referidos anteriormente e a posição de regulador do Estado sobre os setores de transmissão e distribuição, considerados monopólios naturais. (KESSLER, 2006)

A comercialização no modelo antigo abrangia apenas consumidores cativos, que são aqueles que adquirem energia de concessionárias específicas, e por essa via absorvem custos de possíveis erros de planejamento e gerenciamento dessa geração centralizada, por essa via assumem parte de custos na diferença de energia que foi programada e a de fato gerada. (BAJAY, 2015)

A novidade na comercialização trazida pelo RE-SEB foi a implantação do Mercado Atacadista de Eletricidade (MAE), onde a energia passou a ser comercializada por consumidores livres, que é aquele que tem a opção de fornecedores para comprar energia, observando a legislação aplicável. No entanto, para compra de energia para curto prazo a exclusividade de comercialização era de consumidores cativos. (BAJAY, 2015).

No novo modelo algumas adaptações foram implantadas, em substituição ao MAE foi criado a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para gerenciamento da comercialização, além disso foi dada continuidade aos consumidores do tipo cativo e livre e novas regras também foram aplicadas. Para regular essas regras tarifárias, tipos de consumidores e contratos, foi desenvolvido um novo tipo de comercialização: ambiente livre e regulado.

O novo modelo adotou duas esferas de comercialização, o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O primeiro, ACL, tem a participação dos setores de geração, comercialização, consumidores livres e cativos. Já no ACR, participam os setores de geração, distribuição e comercialização. No entanto, as comercializadoras têm as negociações restringidas aos leilões de energia existentes para ajuste ou modalidade A-1 (contratos de 5 a 15 anos).

A contratação de energia pode-se dar por livre negociação entre os compradores e vendedores no ACL. Já no ACR a contratação se dar através de leilões de energia promovidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e os contratos são regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disso são espelhados os tipos de contratos, que no primeiro ambiente pode ser acordado entre as partes que negociam a compra/ venda de energia, e já no segundo ambiente o contrato obrigatoriamente deve ser regulado pela ANEEL. (CCEE, 2015)

Além disso, de acordo com o ambiente no qual a comercialização é realizada, os preços das tarifas sofrem variação, pois, no ACL, onde a comercialização é livre, o preço também é livremente negociado, existindo assim a competitividade, enquanto que no ACR, os preços são estabelecidos e contratados através de leilões e licitações pela menor tarifa.

Os leilões de compra de energia elétrica consistem na contratação da energia destinada à cobertura do consumo existente e também futuro, a demanda de energia elétrica é estabelecida por distribuidores. Cabe frisar que os leilões de reserva têm como objetivo contratar energia adicional ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando “aumentar a garantia de suprimento e reduzir custos operacionais do SIN. Sua demanda é determinada pelo poder concedente, responsável pela segurança energética do sistema”. (EPE e MME, 2009, p. 15)

Ademais, chama-se a atenção para o fato de que a estratégia do leilão de energia diminui o risco do empresário na medida em que realiza contrato em longo prazo, garantindo tempo para retorno de capital.

Acrescenta-se também a adaptação do mercado de curto prazo, trazido inicialmente pelo projeto RE-SEB, “nesse mercado se realiza os ajustes entre os volumes contratados e os volumes medidos de energia”. Além disso, a obrigatoriedade na contratação no modelo RE-SEB era de contratar 85% e depois 95% do mercado estabelecido em resoluções da ANEEL - no novo modelo passou a ser de totalidade da demanda por parte das distribuidoras e dos consumidores livres do mercado estabelecido em lei e detalhada em Decreto. (CCEE, 2015).

Nesse contexto, torna-se básico conhecer como o setor elétrico se comportou diante das mudanças implementadas até o novo modelo de 2004. Na Figura 2 é apresentado dados da matriz de geração elétrica e a relação entre o consumo e oferta, ambos os dados são expressos em Gwh.

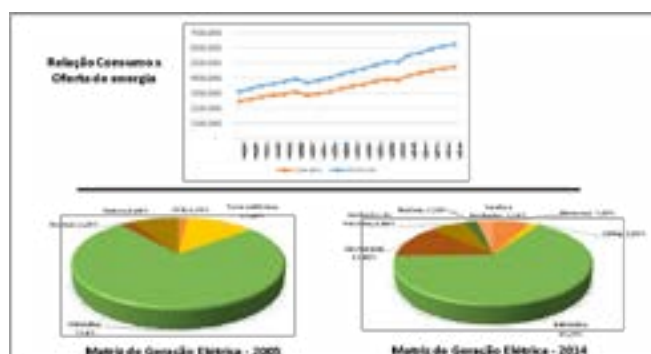


Figura 2: Relação consumo x oferta e Matriz de Geração Elétrica (Gwh)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da EPE (2015) e BEN (2015).

Na Figura 2, o gráfico estilo em linhas descreve a relação entre o consumo sobre a oferta de eletricidade no Brasil. Observa-se a partir dele que de 2004 em diante o hiato entre consumo e oferta cresceu, ou seja, o sistema elétrico nacional aumentou sua capacidade de atender a demanda. Essa relação, entre 1995 a 2014, corresponde a 122% de elevação no spread entre a capacidade da oferta em corresponder a demanda.

Um ponto importante que se deve considerar nessa análise foi a diversificação da matriz elétrica no mesmo período. Nos gráficos em formato pizza é possível visualizar essa diversificação, onde se verifica uma redução da participação da fonte hidráulica, que no ano de 2005 contava com 74,6% da matriz e passou para 65,2% no ano de 2014. Já no que tange as novas fontes alternativas de energia, como biomassa e eólica, que não compunham a matriz em 2004, passaram a responderem em 2014 por 7,3% e 2% respectivamente. Fato importante que contribuiu para essa inserção das fontes de biomassa e eólica foi o Programa Proinfa, que lançou incentivos à produção elétrica a partir dessas fontes.

Diante disso, nota-se que a partir do ano de 2004 as condições proporcionadas para a expansão do setor elétrico condicionaram a uma maior segurança na oferta de energia elétrica no país, além de um ambiente regulatório mais sólido e confiável. Por essa via, a expansão e investimentos nesse segmento condicionam possibilidades de crescimento do sistema.

Por fim, é notável que as modificações e inserções no novo modelo proposto para o setor elétrico no ano de 2004, tornou o segmento capaz de equilibrar a coexistência entre os capitais público e privado, promovendo ainda um ambiente competitivo. Essas medidas proporcionaram outras implementações relevantes nos anos posteriores que serão apresentadas adiante.

Eventos posteriores:

Início dos leilões de energia renovável em 2007 a medida provisória 579 de 2012

Conforme apresentado anteriormente, as reformas no ambiente de comercialização de energia elétrica e as novas regras estabelecidas no Ambiente de Contratação regulada (ACR) promoveram a implementação de leilões para a compra de energia no curto e longo prazo. O primeiro leilão foi realizado no ano de 2005, segundo a EPE (2015) foram contratados 49 empreendimentos de geração elétrica, sendo 20 novos empreendimentos entre termelétricas e hidrelétricas, todas com o prazo de até cinco anos para iniciar as operações, ou seja, início da produção de energia para o ano de 2010, o valor financeiro do leilão foi de R\$ 68,4 bilhões.

Nos anos de 2006 mais dois leilões de compra de energia foram realizados, ambos negociaram usinas do tipo termelétrica e hidrelétrica e o prazo para o início das operações foi de três e cinco anos, configurados como sendo empreendimento A-3 e A-5 respectivamente. O primeiro leilão neste ano negociou R\$ 45,6 bilhões e o ano para operar sendo 2009, e o outro um valor financeiro de R\$ 27,75 bilhões e a entrada em operação programada para 2011. Esse segundo leilão representou a contratação de 99,6% da demanda de energia projetada para todo o ano de 2011. (EPE, 2015)

Apesar disso, alguns autores alertam que mesmo diante dos esforços de contratação de novos empreendimentos geradores de energia elétrica a demanda por eletricidade poderia atingir nos anos seguintes marcas superiores a oferta. Em sua tese, Castro e Bueno (2007) pontuam a atenção de dois pontos, o primo e o segundo. Segundo eles, primo seria a elevação da demanda provinda pelo crescimento estimulado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e segundo como sendo um possível desequilíbrio entre elevação expressiva da demanda da indústria por gás natural e a insuficiente produção. Essa sendo também fonte de geração elétrica nas usinas termoelétricas.

Em atenção à necessidade de diversificação da matriz elétrica nacional, foi iniciado no país incentivo à produção de energia elétrica por outras fontes, sobretudo as renováveis. Assim sendo, no ano de 2007 foi realizado o primeiro leilão de “energia limpa”, cuja fontes era as pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e termoelétricas por biomassa com uso do bagaço da cana de açúcar e criadouros avícolas. Nesse leilão, o volume negociado foi de R\$ 4,189 bilhões e o total de 638,64 MW de energia proveniente de novas usinas, sendo, 511,9 MW de biomassa (bagaço cana de açúcar), 30 MW biomassa (criadouros avícolas) e 96,74 MW de pequenas centrais hidrelétricas. O prazo para iniciar a produção da energia contratada foi o ano de 2010. (EPE, 2015)

Após início dos leilões de energia por fontes renováveis em 2007, outras fontes passaram a ser inclusas na oferta, como a fonte eólica, essa possuindo grande potencial instalado nas regiões sul e nordeste do Brasil. Contudo, faz-se necessário ressaltar que embora o acréscimo de MW por fontes renováveis na matriz elétrica brasileira, além de representar estratégia de longo prazo, e segurança energética para o país na medida em que reduz dependência das hidrelétricas, a conclusão desses empreendimentos enfrentou, e ainda enfrenta, grandes obstáculos, sobretudo nas linhas de transmissões que ligam a geração ao Sistema Interligado Nacional (SIN), a responsabilidade da viabilização das linhas de transmissão é do setor público federal.

Ainda assim, é salutar frisar que a matriz elétrica brasileira alcançou alguma redução na dependência das hidrelétricas entre os anos de 2004 a 2014, período regulado pelo novo modelo do setor elétrico. No ano de 2005 a fonte hidráulica representava cerca de 74,6% da matriz elétrica nacional, já no ano de 2014 essa participação caiu para 65,20%. No mesmo período, as fontes renováveis de biomassa e eólica elevaram 7,4% e 2,0% respectivamente. (BEN, 2015)

Durante esse período apresentado da diversificação da matriz elétrica, o mesmo foi marcado também pela quantidade de decretos e medidas provisórias implementadas no setor elétrico. Entre os anos de 2004 a início de 2015 foram 36 medidas de regulação. A que trouxe maior impacto ao setor foi a MP 579 de 2012, essa medida teve por objetivo repassar redução tarifária ao consumidor final. Essa modicidade tarifária seria proveniente da desoneração de certos encargos do setor, renovações de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia e o aporte acima de 3 bilhões na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) provenientes do Tesouro Nacional. (COSTELLINI E HOLLANDA, 2014)

Alguns pontos negativos sobre as empresas de geração e transmissão foram mais evidentes. O fato de renovar as concessões sobre a antecipação dos vencimentos dos contratos previstos inicialmente para 2015 até 2017, condicionou no preço da energia uma redução de aproximadamente R\$ 95,00/MWh para R\$ 30,00/MWh. Em situação semelhante, as concessionárias de transmissão passariam a ser remuneradas por uma tarifa que contemplaria apenas custos de operação e manutenção, ocasionando efeito negativo no fluxo de caixa dessas empresas. (CASTRO et al, 2013)

O impacto no fluxo de caixa sofrido por parte das empresas ocasionou inclusive redução dos preços de seus ativos no mercado de capitais, sobretudo as estatais Eletrobrás, Cesp e Cemig. Costellini e Hollanda (2014), ponderam ainda que a crise no setor elétrico nos anos de 2013 e 2014 em alguma medida sofreu reflexos da MP 579, tal crise configurou-se na situação do fluxo de caixa das distribuidoras concessionárias, que contou com o apoio financeiro do tesouro nacional. As autoras em tela alertam para as questões conjunturais já existentes no segmento que intensificaram a crise de 2013 e 2014, e destacam a necessidade do planejamento estratégico de longo prazo.

Diante disso, conclui-se que o planejamento inserido no setor elétrico no decorrer dos anos, sobretudo a partir do novo modelo adotado a partir do ano de 2004, se constitui como medida relevante que contribuiu para o desenvolvimento do segmento, e necessita ser aperfeiçoada de acordo com as necessidades e novas demandas que o setor elétrico apresenta e que tais medidas apresentem um feixe de continuidade na atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram analisados os principais eventos ocorridos no setor de energia elétrica brasileiro e a expansão do segmento ao longo do período, evidenciando os principais desafios para o crescimento continuado do setor elétrico nacional.

O estudo cumpriu com o objetivo geral estabelecido de analisar o processo de reestruturação e a expansão do setor elétrico brasileiro entre os anos de 1995 a 2014, identificando, a partir das relações estabelecidas entre os principais eventos do período, que as estratégias adotadas no país para assegurar a expansão continuada do setor elétrico, em certa medida, têm sido eficientes na série temporal analisada.

No que tange às mudanças no setor elétrico a partir do ano de 1995, com a adoção do modelo Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RE-SEB), constatou-se a incapacidade de investimento estrutural por parte do setor público no início da década de 1990, esse fato culminou na abertura do setor para atuação privada possibilitando por essa via expansão do setor elétrico. Ademais, a desverticalização das empresas promoveu maior dinamismo ao segmento, nessa fase o planejamento ainda era feito de maneira indicativa pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Nesse período foram criados a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que promoveram a regulação do setor diante da atuação privada, de modo a se balancear os interesses dos agentes e consumidores pelo serviço de energia elétrica. Além disso, fato importante foi também a criação do Mercado Atacado de Energia (MAE), que possibilitou a competição na comercialização com consumidores livres.

Constatou-se que as medidas implementadas possibilitaram competitividade no setor, contudo as dificuldades enfrentadas no início da década seguinte evidenciaram que o objetivo do projeto RE-SEB de melhor eficiência e qualidade do serviço não estava sendo integralmente alcançado. Novas melhorias foram observadas a partir do ano de 2004 com a lei 10.848, que determinou nova regulação e regras ao setor elétrico.

A partir desse novo modelo o conceito de planejamento de longo prazo foi incluído para o setor elétrico, a criação a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) se configurou como um avanço importante no que tange o planejamento, o órgão é responsável pelo planejamento energético nacional e avalia permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica

Conforme análise, constatou-se que entre as medidas do novo modelo as mudanças no ambiente de comercialização trouxeram maior eficiência para o segmento, pois a possibilidade de coexistência entre ambiente de contratação livre e regulada trouxe maior dinamismo a comercialização de energia, garantindo a administração dos preços, mas também permitindo a competitividade.

Em linhas gerais, foi observado que os principais desafios para o crescimento continuado do setor elétrico no Brasil perpassa questões regulatórias, que embora tenha se tornado sólida após 2004, constatou-se nos últimos anos a fragilidade de exposição da iniciativa privada a medidas provisórias estabelecidas pelo governo, elevando as incertezas.

Outro fato importante é a necessidade de diversificação da matriz de geração elétrica, uma vez que o Brasil ainda tem dependência da fonte hidráulica acima de 50% do total da oferta por fonte. As energias renováveis cumprem um importante papel nesse tocante e devem ser incentivadas novas tecnologias de aprimoramento para elevar a competitividade frente às demais fontes de energia mais convencionais no país.

Por fim, como averiguado no desenvolvimento desta pesquisa, a expansão do setor elétrico após 1995 apresentou comportamento crescente com spread entre oferta e consumo, durante quase todo o período, confortável. Exceções para o período de 2001 com a crise que adotou o racionamento de energia, e 2008 devido cenário econômico da mesma época.

Dessa forma, pode-se concluir que os modelos implantados no processo de reestruturação do setor elétrico nacional alcançaram resultados significativos e de avanço ao segmento elétrico. Todavia faz-se necessário continuidade do planejamento em longo prazo para minimizar as incertezas que ainda existem no setor e ampliar a expansão e segurança energética no país.

REFERÊNCIAS

1. ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. Missão e Visão. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/>. Acesso em: agosto, 2015.
2. BAJAY, Sergio Valdir. Uma revisão crítica do atual planejamento da expansão do setor elétrico brasileiro. Revista Brasileira de Energia, Vol. 9, No. 1. 2015.
3. BEN, Balanço Energético Nacional. Séries históricas completas. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/>. Acesso: novembro de 2015.
4. BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso: outubro de 2015.
5. CASTRO, Nivalde José de; BUENO, Daniel. Os Leilões de Energia Nova: Vetores de Crise ou de Ajuste entre Oferta e Demanda. Economia & Energia, Rio de Janeiro, ano XI, n.º 63, p. 29-44, Agosto-Setembro, 2007.
6. CASTRO, Nivaldo J.; BRANDÃO, Roberto. DANTAS, Guilherme; ROSENTHAL, Rubens. O Processo de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro e os Impactos da MP 579. Texto para Discussão do Setor Elétrico, Nº 51. Rio de Janeiro: 2013.
7. CCEE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Disponível em: <http://www.ccee.org.br>. Acesso: outubro de 2015.
8. CHIGANER, Luis; RIBEIRO, Acácio Magno; MELLO, João Carlos C.B. Soares de; BIONDI NETO, Luiz. A Reforma do Setor Elétrico Brasileiro Aspectos Institucionais. Disponível em: <http://www.nipeunicamp.org.br/agrener/anais/2002/0123.pdf>. Acesso em: 2015
9. CORREIA, Tiago B.; MELO, Elbia; COSTA, Agnes M., SILVA, Adriano J. Trajetória das Reformas Institucionais da Indústria Elétrica Brasileira e Novas Perspectivas de Mercado. Revista Economia. 2006.
10. COSTELLINI, Clara; HOLLANDA, Lavinia. Setor Elétrico: da MP 579 ao pacote financeiro. Informativo de Energia. FGV Energia, 2014.

11. EPE, Empresa de Pesquisa Energética. Institucional. Disponível em: < <http://www.epe.gov.br>>. Acesso em: outubro, 2015.
12. _____. MME, Ministério de Minas e Energia. Proposta para a Expansão da Geração Eólica no Brasil. NOTA TÉCNICA PRE 01/2009-r0. Brasília: 2009.
13. GOLDEMBERG, J.; MOREIRA, J. R. Política Energética no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v19, n.55, p.215-228, set-dez. 2005.
14. GOTTEMS, Leila B. D. Análise da política de atenção primária à saúde desenvolvida no Distrito Federal: a articulação entre o contexto político, os problemas, as alternativas e os atores na formação da política de saúde (1979 a 2009). 2010. 285 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília.
15. GUERRA, Lenin Cavalcanti Brito. O processo de formulação do programa universidade para todos: atores, coalizões e interesses. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
16. KESSLER, Marcos Rodolfo. A regulação econômica no setor elétrico brasileiro: teoria e evidências. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
17. KLERING, Roque Luiz; PORSSE, Melody de C. S.; GUADAGNINC, Luiz Alberto. Novos Caminhos da Administração Pública Brasileira. Análise - Revista Acadêmica da FACE. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 4-17, jan/jun, 2010.
18. MME, Ministério de Minas e Energia. Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Disponível em: < <http://www.mme.gov.br/>>. Acesso em: outubro, 2015).
19. OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980- 2010. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.
20. OLIVEIRA, José Antônio P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. Rev. Adm. Pública, vol.40, n.2, pp.273-287, 2006.
21. ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disponível em: <<http://www.ons.org.br/home>>. Acesso em: outubro, 2015.
22. RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012

23. SILVA, Bruno Gonçalves da. Evolução do setor elétrico brasileiro no contexto econômico nacional: uma análise histórica e econométrica de longo prazo. Dissertação (Mestrado em Ciências/Energia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

24. SROUR, Sandra. A reforma do estado e a crise no setor de energia elétrica: uma visão crítica do caso brasileiro. Dissertação (Administração Pública), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

25. TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Salvador: AATR; 200

26. TONI, Jackson de. A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas. VII Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2014.

COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO: O POLO INDUSTRIAL DE GOIANINHA E A UTILIZAÇÃO DE GÁS NATURAL

N. R. SILVA, L. C. B. GUERRA, J. M. FILGUEIRA

joao.filgueira@ifrn.edu.br

RESUMO

Atualmente, o comércio internacional e a energia são elementos bastante relevantes para o desenvolvimento econômico, político e social de um país. Esta importância se dá pelo fato de que juntos, a energia e o comércio internacional, são responsáveis pela redução das desigualdades sociais, garantindo assim uma melhor qualidade de vida para a população. Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar como a disponibilidade de energia proveniente do gás natural poderá desencadear o desenvolvimento socioeconômico do município de Goianinha por meio do comércio internacional que possivelmente será realizado pelo Polo Industrial de Goianinha. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, de caráter exploratório-descritiva, utilizando-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada fazendo uso de questionário, além de dados secundários obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e análise de campo. Dentre os principais resultados, pode-se destacar como benefícios esperados para população local como emprego, renda e melhorias nos diversos setores da sociedade, o que implica numa melhor qualidade de vida para os cidadãos que lá residem. Conclui-se assim que a instalação de um polo não irá beneficiar apenas os cidadãos de Goianinha, mas também de cidades vizinhas como Canguaretama, Arez e Espírito Santo gerando assim não só apenas desenvolvimento local, mas também desenvolvimento regional levando em consideração que todas essas cidades também fazem parte da região agreste.

Palavras-Chaves: Energia; Comércio Internacional; Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

Currently, international trade and energy are very relevant elements for the economic, political and country's social development. This importance is due to the fact that, together, energy and international trade, are responsible for reducing social inequalities, thus ensuring a better life quality for the population. In this sense, the general objective of this article is to analyze how the availability of natural gas energy can trigger the socioeconomic development of the city of Goianinha through international trade carried out by the Industrial Pole of Goianinha. The methodology used was qualitative, of an exploratory-descriptive nature, using as a data collection instrument the semi-structured interview using a questionnaire, as well as secondary data obtained through bibliographic research and field analysis. Among the main results, it is possible to highlight the expected benefits for the local population as employment, income and improvements in the various sectors of society, which implies a better quality of life for the citizens residing there. It is thus concluded that the installation of a pole will not only benefit the citizens of Goianinha, but also of neighboring cities like Canguaretama, Arez and Espírito Santo, thus generating not only local development but also regional development taking into consideration that all these cities also Are part of the wilderness.

Keywords: Energy; International Trade; Socioeconomic development.

INTRODUÇÃO

O setor energético sempre teve papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que a energia é um insumo indispensável para a produção de bens e serviços. Desta maneira a energia pode ser considerada como uma fonte chave para o crescimento econômico do país, sendo um elemento propulsor da industrialização e da urbanização (MOREIRA, 2005). Entretanto, estas atividades exigem uma grande demanda energética que deve ser devidamente planejada, a fim de evitar crises energéticas como a que ocorreu no Brasil entre 1 de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002 (TOLMASQUIM, 2012).

Outro fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico é o comércio internacional, visto que seu papel na economia vai muito além do simples processo de compra e venda de mercadorias provenientes do estrangeiro, podendo representar também um efeito multiplicador sobre as atividades do mercado interno.

Assim, pode-se dizer que o comércio internacional tem uma influência positiva no setor terciário da economia local por meio da criação da demanda por serviços (BARBOSA, 2007) e, por conta disso, incrementando os níveis de renda, educação e emprego da população. As exportações, portanto, seriam um indutor do crescimento econômico do país ou região, sobretudo em economias pequenas.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo geral analisar como a disponibilidade de energia proveniente do gás natural poderá desencadear o desenvolvimento socioeconômico por meio do comércio internacional que possivelmente será realizado pelo Polo Industrial de Goianinha. Os objetivos específicos estão relacionados a identificar o potencial energético disponível para o funcionamento do Polo, bem como verificar a importância do comércio internacional no mesmo, identificar a estratégia utilizada para a concepção do polo, além de verificar as expectativas dos diversos atores interessados no desempenho do recente polo e no desenvolvimento do município.

Na elaboração do referencial teórico foram utilizados autores que abordam temas referentes a comércio internacional, como Lima (2005), França (2012) e Barbosa (2007), energia e desenvolvimento social, conforme Moreira (2005) e Favarin (2009), no intuito de embasar o trabalho com informações seguras e atualizadas e assim contemplar os objetivos que o mesmo pretende alcançar.

Com relação a metodologia foi utilizada a pesquisa do tipo exploratória-descritiva onde procurou-se explorar e ao mesmo tempo descrever como a disponibilidade de energia proveniente do gás natural poderá desencadear o desenvolvimento socioeconômico por meio do comércio internacional que possivelmente será realizado pelo Polo Industrial de Goianinha quando o mesmo estiver em pleno funcionamento, quanto a natureza da pesquisa optou-se por fazer uso da pesquisa qualitativa onde será realizado um estudo de caso no Polo Industrial do município na tentativa de compreender como se dar o processo de oferta energética e como essa oferta influencia no desenvolvimento socioeconômico tendo como fator determinante o comércio internacional que será realizado pelo polo. Na técnica de coleta de dados adotou-se uma entrevista semiestruturada composta por vinte e oito questões a qual foi aplicada aos diversos atores interessados na implantação e no desenvolvimento do polo em questão assim como também nos benefícios que o mesmo após colocado em funcionamento possa trazer para a população local e também para populações vizinhas.

Para a técnica de tratamento dos dados foi adotada a análise de conteúdo onde procurou-se analisar os dados qualitativos obtidos através da aplicação da entrevista e com isso tentar responder de forma clara os objetivos que o trabalho se propôs alcançar.

Quanto a análise de resultados a sua primeira parte é composta por um tópico e dois subtemas que irão tratar da importância do comércio internacional e da energia para o funcionamento do polo e para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Goianinha respectivamente. O segundo tópico trará a percepção dos diversos atores entrevistados no que tange ao desenvolvimento econômico e social e como os mesmos contribuem para este desenvolvimento.

Nas conclusões buscou-se responder a todos objetivos específicos assim como ao objetivo geral através dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com os diversos atores interessados na implantação e funcionamento do Polo Industrial Avançado de Goianinha (PIAG), buscando com isso finalizar o trabalho e responder as expectativas que foram impostas por cada objetivo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A globalização é um processo irrefreável de internacionalização de demanda e oferta, e para que haja uma satisfação dos anseios econômicos e sociais da população, se faz necessário uma busca pelo desenvolvimento econômico justo e sustentável.

Desta maneira Guilhoto (2011) nos ensina que um país deve se desenvolver com base na equidade, e para isso, são imprescindíveis estudos específicos que identifiquem quais são os setores potenciais na economia de cada localidade e que fomentem o seu desenvolvimento.

Neste sentido Favarin (2009) afirma que o desenvolvimento local deve ser entendido como “polos de desenvolvimento”, combinando uma dimensão espacial, social e individual da localidade estudada. Trazendo assim, um novo paradigma para o desenvolvimento regional, qual seja, a necessidade da integração de diversos atores, tais como governos municipais, Organizações Não Governamentais e as redes de solidariedade. Para que juntos sejam capazes de prover logística e energia para o desenvolvimento de sua produção, com segurança e em condições competitivas e ambientalmente sustentáveis.

Uma técnica presente no estudo de relações regionais é a chamada Teoria de Insumo-Produto. Essa técnica mostra, conforme descreve Guilhoto (2011), que os setores estão interligados e que a demanda por um, influência nos demais, seja diretamente ou indiretamente, em decorrência das atividades relacionadas e que dão suporte, ou ainda de forma induzida naquelas atividades dos outros setores da economia, que são refletidas pelas variações nas rendas e poder aquisitivo dos agentes econômicos. Conforme Leontief (1983, apud GUILHOTO, 2011), a matriz insumo-produto demonstra a produção de cada setor da atividade econômica e detalha a respectiva demanda e o consumo intermediário, representando o circuito econômico.

Desta maneira, sobre a relação dos fatores de produção, Cano (1998) elenca que as quantidades de “fatores” e o tipo e a quantidade de matérias-primas podem variar para a utilização na produção de um determinado bem ou serviço. Cano (1998) também demonstra que os bens e os serviços de consumo e os bens de capital tem finalidade distintas, sendo diferenciada pela natureza dos produtos, tipologia do comprador e formas de comercialização e distribuição, entre outros.

É importante destacar as considerações de Hirschman (2008) de que algumas atividades, mais do que outras, apresentam grande potencial para proporcionar efeitos de repercussão em cadeia, de maneira a criar intensos estímulos para que novos investimentos sejam realizados em atividades, que mantém relação com aquelas atividades que já se encontram em andamento.

Outro fator importante para o estudo do desenvolvimento regional é o setor energético uma vez que tal setor possui aspecto essencial a ser considerado para um projeto de industrialização de um país, de acordo com Moreira (2005). Além disso, a energia está atrelada ao progresso econômico e social, pois a capacidade da produção energética de um país permite o seu desenvolvimento industrial.

Por essa razão Tolmasquim (2012) afirma que o Brasil é uma potência energética e ambiental mundial, pois o país é rico em produção das mais variadas fontes de energia com destaque as fontes renováveis como a hidráulica, eólica e a biomassa. A oferta de matéria-prima e a capacidade de produção em larga escala dá ao Brasil uma posição estratégica importante no cenário internacional ao mesmo tempo em que contribui para um desenvolvimento sustentável da região.

O desenvolvimento regional, de acordo com Lima (2005), proporciona novas formas de interação social, como por exemplo, os consórcios de exportação. Tal modalidade é observada nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que possuem interesse de adentrar no comércio internacional. Essas empresas se organizam de maneira a formar um elo entre empresas de um mesmo ramo, com o interesse comum de exportar e/ou se internacionalizar, com o exterior e os organismos de apoio, sejam eles governamentais ou não, onde essas empresas passam a compartilhar o know-how e experiências com os parceiros e com o mercado internacional (BARBOSA, 2007). Uma vez que a união entre empresas para explorar as competências coletivas tornou-se uma solução para os diversos problemas enfrentados por estas no atual ambiente organizacional.

Assim surgiu as organizações em rede, o que pode significar benefícios sociais, econômicos e, principalmente, transferência de conhecimentos e habilidades, sendo este um processo-chave para a inovação e aprendizagem organizacional. O consórcio de exportação segundo Pereira (2002, apud LIMA, 2005) é, portanto, a combinação de esforços exportadores de empresas que atuam em um mesmo ramo de atividades.

Porém, existem as classificações segundo o tipo de produto, finalidade e de acordo com as suas funções principais.

No consórcio de exportação como nos ensina Lima (2005), as empresas devem ter um nível de confiança alto entre si e intenso relacionamento. Juntas elas decidirão qual o objetivo do consórcio, e quais atividades deverão desenvolver. Outro aspecto considerado é o perfil dos sócios, que podem ser empresas complementares, fornecedores de matérias-primas, equipamentos e tecnologia, instituições de suporte às empresas, centros tecnológicos relacionados, instituições de representação de classe ou empresárias e, até mesmo, a administração pública do território e instituições públicas com interesse no desenvolvimento local que participam e financiam ações dos consórcios.

A diversificação regional das exportações no Brasil se torna possível devido a algumas vantagens competitivas que temos em face dos demais fornecedores mundiais. Alguns estados possuem produtos cuja penetração nos mercados mundiais apresenta maior facilidade e maior procura em relação aos demais países. Segundo Barbosa (2007), essa diversificação reduz a volatilidade das exportações, diminuindo os efeitos de crise de demanda localizados sobre a receita externa e afetando o crescimento econômico do país e de cada estado de maneira diferenciada.

O Rio Grande do Norte, segundo França (2012), apresenta como potenciais para exportações os produtos tais como a castanha de caju, o melão, os derivados de petróleo e gás. No setor de energia, até 2013 o Rio Grande do Norte tinha 21% dos poços exploratórios de petróleo em atividade na Região Nordeste, com a maior parte em terra. Apesar da queda na produção, provocada pela redução ou o esgotamento da capacidade dos poços, o uso de tecnologias de exploração de poços maduros tem dado sobrevida aos poços explorados. Por outro lado, observa-se um aumento do volume de petróleo refinado no Estado.

Barbosa (2007) ainda menciona que os crescimentos das exportações geram efeitos multiplicadores na economia, inclusive sobre os setores do mercado interno que não exportam. Estes efeitos são provenientes da criação da demanda por serviços, como transportes, comunicação, e financiamentos, assim como a demanda por insumos domésticos pela indústria, agricultura e setor terciário, ampliando o crescimento de emprego e renda por consequência da demanda final.

METODOLOGIA

O presente estudo buscou analisar como a disponibilidade de energia proveniente do gás natural poderá desencadear o desenvolvimento socioeconômico por meio do comércio internacional que possivelmente será realizado pelo Polo Industrial de Goianinha. Para isso foram adotadas as pesquisas do tipo exploratória-descritiva as quais tem como objetivo segundo Rodrigues (2007) proporcionar maior familiaridade com o tema e fazer uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (questionário e observação sistemática) respectivamente. Sendo assim, o presente trabalho pretende realizar um estudo ex-sante dos esperados impactos positivos que serão refletidos no município de Goianinha após a instalação e funcionamento do Polo Industrial Geraldo Rocha e Silva, uma vez que a instalação do mesmo trará, mais emprego e renda para população local e vizinha.

Quanto à natureza da pesquisa fez-se uso da pesquisa qualitativa onde será realizado um estudo de caso no Polo Industrial do município de Goianinha, na tentativa de compreender como se dar o processo de oferta energética e como isso influencia o desenvolvimento socioeconômico do município de Goianinha através do comércio internacional que possivelmente será realizado pelo polo. Compõe o Polo Industrial de Goianinha atualmente apenas a empresa Elizabeth que atua no ramo de pisos e revestimentos cerâmicos que serão os principais produtos a serem fabricados pela empresa, no entanto outras empresas como a Transportadora Fontanella também irão compor o quadro de empresas que o polo pretende abrigar.

No que se refere a técnica de coleta de dados será utilizado uma entrevista semiestruturada onde a mesma terá questões previamente definidas que serão respondidas pelos entrevistados, lembrando que se necessário poderão ser acrescentadas outras perguntas que sejam consideradas fundamentais para se responder de forma adequada as expectativas do referido trabalho, além da entrevista também serão realizados levantamentos bibliográficos em sites especializados para melhor desenvolver o trabalho. Foram entrevistados diversos atores interessados na instalação e funcionamento do Polo Industrial de Goianinha a entrevista procurou saber quais eram as expectativas dos mesmos e principalmente quais serão os benefícios que irão ser refletidos na sociedade após a instalação e operação do polo. Por fim, entre os entrevistados estão dois docentes do IFRN, Campus Natal Central, que ministram aulas no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior.

No que tange a técnica de tratamento de dados optou-se por utilizar a análise de conteúdo dos dados qualitativos que serviram de base para a realização desse trabalho onde a mesma será aplicada para se obter uma melhor interpretação e compreensão dos dados coletados, buscando com isso atingir com êxito as pretensões do trabalho.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Nesta seção, foram apresentados os resultados da entrevista realizada com o atual prefeito do município de Goianinha, Geraldo Rocha e Silva Junior; um dos deputados de oposição do município, Alexandre Veras; o gerente de unidade de produção da empresa Elizabeth no Rio Grande do Norte, o senhor Paulo Malafaia; um funcionário da empresa Petrobras, Marcel Damasceno, que aceitou responder o questionário aplicado; e com dois professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte do Campus Natal Central, cujos nomes não foram revelados por questões de privacidade. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2016.

O Comércio Internacional e a Energia como determinantes para o desenvolvimento socioeconômico

Comércio Internacional

Quando questionado a respeito da relação que se dá entre o comércio internacional e a energia para o desenvolvimento do polo o atual prefeito de Goianinha afirmou que: “a energia é o garantidor para assegurar novos investimentos na cidade” e com isso prospectar chances reais de haver comércio internacional, pois a energia é um importante insumo para a produção de qualquer produto que possivelmente será exportado levando em consideração, segundo um dos docentes entrevistados, a disponibilidade e a qualidade da mesma.

No entanto, a empresa Elizabeth a primeira a se instalar no polo esclareceu que: “a princípio cerca de 90% da produção será voltada para o mercado interno procurando assim atender a região norte e nordeste do país” o que faz com que o comércio internacional ocorra a longo prazo deixando claro que a empresa não está fechada a possíveis negociações pois segundo a mesma tudo dependerá de uma boa negociação entre as partes interessadas.

No que tange a disponibilidade de energia e o seu relevante papel no comércio internacional que será realizado pelo polo num futuro próximo a mesma é vista como um grande motivador para poder assegurar que mais empresas tenham interesse em se instalar no município e que através dessa instalação ocorra o comércio internacional. A empresa Elizabeth acrescenta que: “a energia no caso o gás natural, poderá impulsionar o crescimento da cidade uma vez que venha empresas que utilize o gás natural em seu processo e que opere ou tenham interesse em operar no comércio internacional”. De acordo com um dos docentes entrevistados do IFRN:

(...) a disponibilidade é fator decisivo, mas não exclusivo uma vez que deve se considerar fatores como preço competitivo, condições de pagamento, confiabilidade na entrega e etc., ou seja uma cesta de atratividade de qualquer insumo energético para a produção. (ENTREVISTA, 2016)

Quando se analisa a importância do comércio internacional para o polo industrial e para o desenvolvimento econômico e social do município de Goianinha observa-se que se o mesmo fosse previsto para ser realizado no curto prazo aumentaria a necessidade de mão de obra local e conseqüentemente emprego, renda, geração de tributos o que criaria uma movimentação financeira na cidade desenvolvendo assim a economia local e o lado social trazendo assim melhorias nas mais diversas áreas do município sem falar na maior visibilidade que Goianinha iria ter.

No que diz respeito ao segmento do comércio exterior que tem mais contribuído para a economia do Estado de acordo com um dos professores entrevistados destacam-se produtos provenientes da fruticultura como (melão, mamão, manga, banana, castanha e etc.), pescado, sal e como destacou o atual prefeito de Goianinha também o turismo que tem sido um dos nossos produtos mais promovidos internacionalmente. Dentre os produtos que possivelmente serão exportados pelo polo no longo prazo até agora estão os pisos e revestimentos cerâmicos que é o foco da unidade da empresa Elizabeth que já está operando no polo, além dela está previsto para integrarem o PIAG a empresa Produalvo Indústria e Comércio que trabalha com a produção de material de limpeza, a Gijutsu (produção de papel) e a Valdir Fontanella (empresa do ramo de logística) considerada a maior do país quando o assunto é cargas oficiais. No tocante aos destinos das exportações do polo segundo o gerente de unidade de produção da empresa Elizabeth no Rio Grande do Norte se a mesma fosse exportar seu produto estaria voltado para atender a América do Norte e América Latina, um dos professores entrevistados ainda acrescenta que os continentes africano e asiático seriam possíveis mercados promissores tudo vai depender do tipo de produto a ser exportado.

Quando questionados a respeito dos principais incentivos oferecidos as empresas para que as mesmas se interessassem em se instalar no polo, os incentivos foram de ordem fiscal através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado (PROADI) onde o governo estadual entrou com a possibilidade de redução de até 75% dos tributos incididos sobre o IPTU, o ICMS e o IPI, a doação do terreno, a instalação do próprio gás dentro do polo por meio da parceria estabelecida entre o governo, a prefeitura de Goianinha e a Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS) que reduz em até 50% o preço do gás que será utilizado pelas empresas, eletrificação, além disso pode-se citar também o acesso próximo a BR 101 o que faz com que a cidade conte Com uma logística perfeita para a chegada de matéria-prima e saída de produto, a telefonia móvel e o acesso à internet existentes devido a implantação dentro do polo de dois canais de fibra ótica e uma ERB (torre de celular) possibilitando uma comunicação de dados e voz de alta performance.

Um ponto negativo e criticado por um dos entrevistados é o fato de Goianinha não ter um plano governamental que oriente suas ações, mesmo que a cidade tenha uma secretaria de planejamento econômico e tenha crescido bastante nos últimos anos, isso ainda não é uma realidade como foi possível perceber no decorrer das entrevistas. A estratégia utilizada para a concepção do polo segundo o próprio prefeito e de um dos professores entrevistados foi a de crescimento econômico uma vez que a instalação de um polo movera a economia municipal gerando mais empregos e conseqüentemente mais renda o que irá implicar numa melhor qualidade de vida para os cidadãos.

Energia

Quando questionados se haveria alguma possibilidade de exportação de energia no caso (gás natural), foi perceptível que não haveria essa possibilidade uma vez que a energia é proveniente do sistema GASENE (Gasoduto do Nordeste) e não há reservas de gás suficientes na região para esse tipo de comercialização onde Goianinha segundo o prefeito entra apenas como consumidora da mesma onde o município estabeleceu uma cooperação com a Potigás para trazer gás para o município juntamente com o Governo do Estado. Um detalhe importante é que há no polo um City Gate que é por onde é distribuído o gás. Quando se trata da importância da energia para o desenvolvimento social, político e econômico de um município, de acordo com os professores entrevistados e com o prefeito de Goianinha a mesma é fator primário responsável por promover o desenvolvimento econômico, político e social. A empresa Elizabeth ainda completa dizendo que: “a energia é importante para geração de renda uma vez que aonde tem energia tem empresa e aonde tem empresa tem emprego o que gera renda”. Um dos professores entrevistados acrescenta ainda que: “a exportação de energia faz com que melhorem os indicadores socioeconômicos” como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por exemplo o qual avalia questões ligadas a longevidade, educação e renda.

Do ponto de vista ambiental segundo a Comgás (maior distribuidora de gás natural do Brasil):

o gás natural é um combustível limpo que gera baixíssima emissão de poluentes contribuindo assim para a redução do efeito estufa uma vez que a sua composição produz uma queima limpa e uniforme, com muito menos fuligem, particulados e outras substâncias que prejudicam o meio ambiente. (SITE COMGÁS, 2016)

Ainda segundo um dos entrevistados esse tipo de energia também evita o desmatamento de milhares de quilômetros quadrados do nosso território já que o mesmo pode substituir a lenha e o carvão vegetal, outro ponto positivo é que traz para o município a aquisição dos royalties aumentando o poder econômico do município e conseqüentemente o desenvolvimento econômico e social.

Com relação ao potencial energético disponível para o funcionamento do polo o mesmo não pode ser mensurado o que se sabe de acordo com um dos professores entrevistados é que há disponibilidade de gás no Gasoduto do Nordeste, passando ao longo da BR 101 e a energia elétrica disponibilizada no sistema interligado nacional.

Há também a possibilidade de autoprodução de energia eólica e solar. Quando se trata do consumo municipal de gás natural em 2015 existia um consumo de 40 mil metros cúbicos de gás natural por dia, e em 2016 esse consumo ficou em torno de 80 mil metros cúbicos por dia e a prospecção é de 120 mil metros cúbicos por dia a partir de 2017. Inclusive essa prospecção de 120 mil metros cúbicos por dia é a média de consumo que a empresa Elizabeth estima consumir em seu estágio de produção inicial.

Além do gás natural compõem também a conjuntura energética do estado o petróleo, a energia eólica, a energia solar onde segundo a empresa Elizabeth “se tiver um bom aproveitamento por parte do Estado e do setor privado, o Estado poderá vir a exportar energia para outros estados”, contudo a conjuntura local é semelhante a de outros estados do nordeste. O limitante como afirma um dos professores entrevistados são as linhas de transmissão. No que se refere a perspectiva futura com relação a distribuição e oferta de energia o que se espera é que haja uma ampliação da rede de distribuição e oferta porém dependerá da ampliação da demanda e de políticas públicas voltadas para o setor já que algumas fontes se encontram escassas.

No que trata do impacto do gás natural no portfólio de energia do Estado segundo o prefeito de Goianinha o gás é bastante forte uma vez que fortalece os mais diversos empreendimentos. Quando questionado se o gás natural permitirá o aumento do desenvolvimento almejado pela sociedade local o mesmo acredita que sim pois devido a garantia do gás isso será possível promovendo assim mais oportunidades de emprego e consequentemente melhoria na qualidade de vida da população.

Percepção e Contribuição dos Atores Entrevistados no que Tange ao Desenvolvimento Econômico e social

Os professores entrevistados observam o desenvolvimento local e o regional como algo imprescindível e contribui com o mesmo desenvolvendo pesquisas de ensino e extensão os mesmos ainda afirmam que o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) contribui com o mesmo através da oferta de vagas de Educação Científica e tecnológica no Rio Grande do Norte a partir da abrangência dos seus campi, com vista a promoção do desenvolvimento do país onde a mesma tem diversas parcerias no âmbito público e privado no intuito de fomentar as ações desenvolvimentistas no Estado. Parcerias com o governo do Estado na área da mineração, da pesca, da fruticultura e no reaproveitamento de rejeitos para geração de energia, como o Projeto Briquetes, desenvolvido no Campus Ipanguaçu. Deste modo, conclui-se que as universidades têm papel fundamental quando o assunto é desenvolvimento econômico e social pois o conhecimento e o avanço tecnológico têm nas mesmas um excelente espaço para sua expansão, porém o desenvolvimento depende de vários fatores, não somente da educação.

Para a empresa entrevistada: “o desenvolvimento local e o desenvolvimento regional tem um futuro promissor por isso a empresa resolveu se instalar no município a mesma contribuirá para esse desenvolvimento através da geração de emprego onde a princípio serão ofertados 200 empregos diretos e 500 indiretos, (não necessariamente só na cidade) isso com apenas uma linha de produção e 1000 empregos diretos e 1500 indiretos com seis linhas de produção”. A empresa contará com a parceria da transportadora Fontanella para melhor fomentar esse desenvolvimento onde a empresa do ramo de logística ficará responsável por escoar a produção da empresa em questão para os estados compradores de seus produtos. A empresa exerce assim papel fundamental na geração de emprego e renda o que impulsiona o desenvolvimento.

No que diz respeito ao ponto de vista do prefeito com relação ao desenvolvimento local e o regional o mesmo respondeu apenas sobre o desenvolvimento local onde afirmou que: “o ver com boas perspectivas pois Goianinha é hoje uma cidade bem avaliada considerada um polo para a região, sendo a cidade que mais cresce na região agreste”. A cidade tem contribuído para o desenvolvimento através do avanço da administração nos mais diversos segmentos da sociedade (educação, saúde, infraestrutura e na iniciativa privada), o prefeito ainda destacou que: “a cidade não cresceu mais devido à crise pela qual se encontra o país isso fez com que a mesma recebesse menos recursos”. A prefeitura desenvolve parcerias

com o governo do Estado e com o comércio local para com isso melhor fomentar esse desenvolvimento, o mesmo destaca ainda que: “o papel da prefeitura é trabalhar esse desenvolvimento buscando convencer os empresários que o município tem potencial de crescimento” o prefeito evidencia ainda o papel das micro e pequenas empresas que são as que mais empregam e fomentam a economia local.

Recentemente houve uma parceria entre a prefeitura municipal de Goianinha e o IFRN de Canguaretama no intuito de capacitar os funcionários que irão trabalhar nas fábricas que irão se instalar no polo industrial Geraldo Rocha e Silva, os contratados terão capacitação técnica específica nas áreas de eletrotécnica, mecânica entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante ao potencial energético não foi possível mensurá-lo uma vez que o mesmo não pertence a Goianinha, entrando a mesma apenas como uma consumidora da energia ofertada. O consumo municipal de acordo com um dos entrevistados é de que só em 2015 existia um consumo de 40 mil metros cúbicos de gás natural por dia, e em 2016 esse consumo ficou em torno de 80 mil metros cúbicos por dia e a prospecção é de 120 mil metros cúbicos por dia a partir de 2017. Inclusive essa prospecção de 120 mil metros cúbicos por dia é a média de consumo que a empresa Elizabeth estima consumir em seu estágio de produção inicial.

Com relação a importância do comércio internacional para o polo e para a população de Goianinha os entrevistados acreditam que o mesmo poderá trazer maior visibilidade e competitividade para o município assim como também recursos financeiros, uma vez que aonde se exporta conseqüentemente se injeta mais dinheiro na economia fazendo com que com isso gere maiores benefícios para população local como emprego, renda e melhorias nos diversos setores da sociedade como saúde e educação que são pontos-chaves para se ter uma melhor qualidade de vida.

No que diz respeito a estratégia utilizada para a concepção do polo, segundo o próprio prefeito e também um dos professores entrevistados a estratégia utilizada foi a de crescimento econômico uma vez que a instalação de um empreendimento dessa amplitude poderá trazer maior poder econômico para o município e conseqüentemente para a população que lá reside, lembrando que a instalação do polo não irá beneficiar apenas os cidadãos de Goianinha, mas também de cidades vizinhas como Canguaretama, Arez e Espirito Santo.

Quanto as expectativas com relação a instalação de um polo industrial os atores interessados acreditam que o principal benefício como já citado no decorrer do trabalho será a geração de emprego e renda o que melhorará significativamente a vida do cidadão local que irá atuar como funcionário de alguma das empresas que irá fazer parte do polo, pois atualmente o setor que mais contribui para a economia de Goianinha é o comércio composto pelas micro e pequenas empresas onde o mesmo tem evoluído muito nos últimos anos, no entanto o mesmo ainda não consegue suprir toda a demanda uma vez que a população cresce mais a cada ano.

Quando se trata de como a energia proveniente do gás natural poderá desencadear o desenvolvimento socioeconômico; o que se sabe é que tudo vai depender do tipo de produto produzido, uma vez que nem todos os produtos utilizam esse tipo de energia na sua fabricação. Por enquanto o que se pode afirmar é que a primeira empresa que lá está instalada fará uso do gás natural para a fabricação de seus produtos que são os pisos e revestimentos cerâmicos e que o seu consumo energético crescerá gradativamente, uma vez que a mesma pretende trabalhar com um total de 6 linhas de produção o que faz com que o seu consumo cresça cada vez mais.

Em relação a futuras pesquisas, pode-se indicar que sejam estudados temas referentes a importância das micro e pequenas empresas nesse desenvolvimento uma vez que o município e o seu entorno têm economias diretamente ligadas a pequenos comércios.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, Eduardo. Exportações Estaduais e Crescimento Econômico no Brasil - 1996-2005. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
2. CANO, Wilson. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.
3. COMGAS, Meio ambiente. <http://www.comgas.com.br/pt/gasNatural/meioAmbiente/Paginas/meio-ambiente.aspx>. Acessado em 28/11/2016 as 14:36.
4. FAVARIN, Roque Ademir. Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento recente na região do Contestado. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional -Universidade Regional de Blumenau -FURB, 2009.
5. FRANÇA, Maíra Melo de. Impacto da exportação no desenvolvimento econômico e social: uma análise nos municípios do Rio Grande do Norte. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Comércio Exterior) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2012.
6. GUILHOTO, Joaquim José Martins. Análise de Insumo-Produto: Teoria e Fundamentos. 2011. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/32566/>. Acessado em 27 de abril de 2016.
7. HIRSCHMAN, AO. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008 pp. 21-64. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acessado em 27 de abril de 2016.
8. LIMA, Geraldine Aparecida Neves, LIMA, Juvêncio Braga de. Consórcios de exportação: um processo de aprendizagem organizacional em PME's. Organização & Sociedade - v.12 - n.34 - Julho/Setembro – 2005.
9. MOREIRA, José Roberto; GOLDENBERG, José. Política Energética no Brasil. Estud. av. vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005.
10. MOTA, Maria Kaliane Freitas, BARBOSA, Renato Samuel, FILGUEIRA, João Maria. Desenvolvimento regional baseado na educação: uma análise insumo-produto no estado do Rio Grande do Norte – Brasil. Rev. Bras. De Gest. e Desenv. Regional • v. 11, n. 1, p. 206-223, jan-abr/2015, Taubaté, SP, Brasil.
11. <http://portalinformacaoenoticia.blogspot.com.br/2016/06/goianinha-rn-recebera-tres-novas.html>. Acessado em 20/10/2016 as 14:05.

12. RODRIGUES, Willian Costa. Metodologia científica. Material de aula, 2007. Disponível em: http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acessado em 28/04/2016.

13. TOLMASQUIM, Maurício Tiomno. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. Estud. av., vol.26 no.74 São Paulo Sept./Dec. 2012.

IMPORTÂNCIA DE INCUBADORAS DE EMPRESAS EM AMBIENTE ACADÊMICO: UM ESTUDO DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS DISCENTES

R. M. MICHELY, L. C. SILVA, R. L. S. GIUDI

renata.soares@ifrn.edu.br

RESUMO

O empreendedorismo está em constante crescimento no Brasil, o que contribui consideravelmente para o desenvolvimento do país. Dessa forma, instituições de ensino e órgãos governamentais promovem ações para o desenvolvimento do perfil empreendedor dos indivíduos, com o intuito de promover uma prática empreendedora na atualidade e induzir práticas futuras. O presente trabalho tem por objetivo analisar o perfil empreendedor dos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, campus São Gonçalo do Amarante, a fim de verificar se o campus necessita da implantação de uma incubadora de empresas. A pesquisa trata-se de um estudo de caso com abordagem quantitativa de caráter exploratório, realizado a partir de revisão da literatura. A pesquisa de campo será feita por meio de questionários estruturados, a fim de identificar o perfil empreendedor dos alunos dos cursos de Redes de computadores, Informática, Edificações e Logística do IFRN São Gonçalo do Amarante, nas modalidades de Ensino Médio Integrado, Subsequente e Graduação. A partir dos dados coletados, observou-se que a maior parte dos alunos apresentam o perfil empreendedor em desenvolvimento, o que salienta a importância da instalação da incubadora de empresas no campus IFRN/SGA.

Palavras-Chaves: Inovação Tecnológica, Empreendedorismo, Incubadora de empresas, Capacidade Empreendedora.

ABSTRACT

Entrepreneurship is constantly growing in Brazil, this contributes considerably to the development of the country. Thus, educational institutions and government agencies promote actions to develop the entrepreneurial profile of individuals, in order to promote an entrepreneurial practice in the present and to induce future practices. The objective of this study is to analyze the entrepreneurial profile of the students of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte, Campus São Gonçalo do Amarante, aiming to reinforce the need to implement a business incubator on campus. The research is a case study with a quantitative approach of exploratory character, carried out from a literature review. Field research will be done through structured questionnaires in order to identify the entrepreneurial profile of the students of the Computer Networking, Computing, Buildings and Logistics courses of IFRN São Gonçalo do Amarante, in the modalities of Integrated Secondary Education, Subsequent and Graduation. From the data collected, it was observed that most of the students present the entrepreneurial profile under development, which highlights the importance of the incubation of companies in the IFRN/SGA campus.

Keywords: Technology innovation, Entrepreneurship, Business Incubator, Entrepreneurial Capability.

INTRODUÇÃO

Com passar dos anos, o mercado vem se tornando mais competitivo e estratégico ao ponto de se inovar constantemente. Assim, o termo empreendedorismo vem ganhando destaque, sendo reconhecido como um dos principais fatores do desenvolvimento socioeconômico no mundo. O empreendedorismo facilita na criação, desenvolvimento e melhoria de produtos/serviços, pois necessita de uma série de atividades, tais como o reconhecimento de oportunidades, aprimoramento de conceitos de negócios, criatividade para inovar e otimização de recursos (WANG, 2016).

Atrelado ao movimento empreendedor, a inovação tem papel fundamental no estímulo dos indivíduos, uma vez que aprimora a capacidade de investir e incrementar práticas empreendedoras. Essas atividades inovadoras geram resultados satisfatórios para a região, em termo de desenvolvimento socioeconômico, assim gerando novos postos de trabalho, maior qualidade de vida e impulsionando o crescimento econômico da cidade.

Levando em consideração estes aspectos o empreendedorismo vem sendo explorado também nas instituições de ensino, principalmente nas de ensino superior que enxerga a necessidade de capacitar e motivar os discentes para iniciativas empreendedoras que gerem emprego e desenvolvimento econômico para sociedade.

No Brasil, existe uma alta taxa de mortalidade das empresas que estão iniciando no mercado. De acordo com o SEBRAE (2016), as microempresas apresentam maior taxa de mortalidade pelo grande número de empresas desse porte no mercado. Em comparação, já as empresas de pequeno porte, médias empresas e grandes empresas conseguem se manter no mercado por apresentarem estrutura definida e maior capital de investimento. Assim sendo, as incubadoras de empresas auxiliam promovendo auxílio administrativo e estrutural para as microempresas, construindo assim capacidade de desenvolver suas ideias a fim de estruturá-las para o mercado. A principal função da incubadora é criar o ambiente propício e facilitar os recursos necessários para fazer um negócio crescer rapidamente (FÉLIX; GUTIÉRREZ; BURBOA, 2013).

As incubadoras de empresas permitem aos empreendedores, desenvolver a inovação tecnológica, que auxiliará na solução dos problemas cotidianos da sociedade, como por exemplo, a criação de uma empresa de aplicativos urbanos. As incubadoras promovem o incentivo a inovação tornando-os estratégicos.

A identificação do potencial empreendedor dos discentes possibilita a facilidade do ensino deste tema, podendo dar uma dinâmica diferenciada aos diferentes graus de ensino, facilitando também a exploração dos potenciais e as ideias empreendedoras de cada indivíduo. Desta feita, o objetivo deste estudo é analisar o perfil empreendedor dos alunos da Instituição Federal do Rio Grande do Norte – Campus São Gonçalo do Amarante a fim de salientar a importância de se implantar uma incubadora no campus. Verificou-se também que não foram encontrados pesquisas que abordem este tipo de tema, dessa forma a realização da seguinte pesquisa foi executada de maneira que interligará os conceitos abordados pela literatura com as informações obtidas no IFRN São Gonçalo do Amarante.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Empreendedorismo como fator desenvolvedor da sociedade

“A palavra empreendedor (entrepreneur) é originada do francês e é utilizada para caracterizar uma pessoa que realiza coisas novas, ou seja, inova e faz acontecer” (AGUIAR; MARTINS, 2015). O empreendedorismo se destaca mostrando-se como um diferencial inovador, no qual o profissional deve apresentar capacidades de inovação, trazendo ideias para administrar as decisões que trarão sucesso para uma organização. Devece e Peris-Ortiz et al., (2016) respaldam que a chance de empreender está relacionada com novas oportunidades e inovação, como a junção de novos processos e tecnologias que incitam o interesse do empreendedor.

O empreendedor sujeito principal, caracteriza-se como pessoa fundamental, inovadora e que busca seus objetivos sem titubear, mesmo em cenários de crise. Persistência, intuição e desejos, são características importantes vistas no sujeito empreendedor. Corroborando Carland; Carland e Stewart (2015) afirmam que um empreendedor apresenta uma força inicial, enxerga oportunidades e desafios e leva esses desafios a diante.

Diante das situações econômicas novas formas de empregabilidade são fortemente encontradas, nesse sentindo surge o modelo de empregabilidade própria derivada de práticas empreendedoras, que permite o interesse pelo estudo do empreendedorismo como mais uma alternativa para geração de emprego e formação de uma classe empresarial local sólida com uma visão globalizada. Constatando, Staniewsk (2016) afirma que o empreendedorismo interessa as pessoas que querem construir sua própria renda de acordo com seu esforço próprio.

A partir da década de 1990, no Brasil, o tema empreendedorismo teve um amplo interesse nas práticas organizacionais, tendo em vista, que o crescimento de micro e pequenas empresas teve grande aumento pelo alto índice de desemprego ocorrido na época (DORNELAS, 2008). Corroborando, Aguiar e Martins (2015, p.14) afirmam que “três a cada dez brasileiros adultos entre 18 e 64 anos possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio. A taxa de empreendedorismo no país subiu de 23% para 34,5% em dez anos”.

O empreendedorismo tem se tornado um fator importante no desenvolvimento econômico e social no Brasil. O mercado, não somente brasileiro, mas mundial, tem se mostrado mais competitivo e com o passar dos anos mostra-se como fonte de inovações pertinentes a demanda, que se mostra mais atenta e exigente. Crecente-romero et al., (2016) reforça que quanto maior a diversidade da região e dos avanços da inovação, maior o número de empreendedores. Aliado as questões culturais e pessoais, o empreendedorismo no Brasil vem crescendo em maior ritmo ao longo dos anos.

Segundo dados mais recentes do relatório executivo da Global Entrepreneurship Monitor (2014), no Brasil, pouco mais de metade (55,5%) da população percebe boas oportunidades de negócios. Apenas os Estados Unidos (50,9%) e México (48,9%) têm taxas parecidas. O Brasil está entre os países com as percepções mais positivas sobre as oportunidades de empreendedorismo. O relatório executivo ainda mostra um forte aumento de novos empreendedores, apresentando 13,8% em 2014.

Como já foi dito, o Brasil possui um grande potencial em empreendedorismo, mas para que este potencial seja explorado da melhor forma é necessário que ocorra a união entre instituições educacionais, empresas e governo, isto se intitula tríplice hélice.

As instituições federais de ensino e universidades são disseminadoras de conhecimento. Através dessas organizações pesquisas são desenvolvidas, fomentando a necessidade local e nacional. A interação dessas instituições com outros meios públicos e privados, torna importante no que tange ao desenvolvimento de oportunidades e de conhecimento. Segundo Perucchi (2015) a interação das três

vertentes da tríplice hélice possibilita a condução do conhecimento para um ambiente produtivo de forma mais rápida e eficaz.

Francisco et al., (2015) afirma que a universidade se apresenta como um caminho no processo de desenvolvimento social e seu papel na economia do conhecimento é importante. Ou seja, as instituições de ensino constituem-se como meio principal no alicerce do desenvolvimento de novos saberes.

Aliada aos conceitos anteriores, a tríplice hélice promove a interação entre universidade, empresa e governo, utilizando-se de meios esses três participantes promovem interação e ganhos a cada um.

A Universidade, como promotora do conhecimento científico, fornece as bases para o desenvolvimento tecnológico que é utilizado pelas organizações empresariais, enquanto estas criam as bases de inovação que devem ser sustentadas pelas políticas públicas, materializando o papel do governo nesse aspecto (FRANCISCO et al., 2015, p.4).

Verlinde e Macharis (2016) constata que a tríplice hélice é uma referência de inovação que permite uma estrutura de múltiplas relações recíprocas entre todos os três participantes. “A configuração ideal da Hélice Tríplice é aquela em que as três esferas interagem e cada uma assume o papel das outras, sendo que as iniciativas surgem lateralmente bem como de baixo para cima e de cima para baixo” (PADULA; DA SILVA; JUNIOR, 2016, p.151).

INCUBADORA DE EMPRESAS: UM HABITAT DE INOVAÇÃO

É notório as constantes mudanças no mercado e nas organizações. Com o avanço das tecnologias os mercados estão mais competitivos e os clientes mais exigentes quanto as especificações dos produtos. A inovação tecnológica tem se mostrado presente nos dias atuais, por transparecer a necessidade atual das tecnologias.

A inovação quando se refere a empreendedorismo e incubadoras, é um conceito fundamental de trabalho. Os empreendedores e futuros gestores necessitam ter inovação em seus processos para manter-se no mercado. Já as incubadoras, salientam a importância da inovação nos gestores, para o provimento de empresas mais tecnológicas e que permaneçam no mercado. Segundo Santos (2016, p.31):

As grandes economias são baseadas no conhecimento. Esse fato se dá pela mudança tecnológica gerada pela inovação. A sua criação é desenvolvida pelo gerenciamento das capacidades, possibilitando a potencialização da capacidade. Para a economia baseada no conhecimento, a inovação é um ponto central.

No Brasil, a Lei 10.973/04 trata do incentivo a inovação e a pesquisa tecnológica. A lei regulamenta agências de fomento, incubadoras de empresas, inovação, núcleos de inovação tecnológica, polos tecnológicos, capital intelectual etc.

O movimento das incubadoras de empresas vem se destacando no cenário social e trabalhista nos últimos anos. A estrutura que a incubadora possibilita aos empreendedores, torna as ideias e inovações mais estruturadas e possíveis de acontecer pois sabe-se que a fase inicial, ou seja, o nascimento da ideia é onde deve-se maior cautela, devido a imaturidade de seu propósito ou falta de infraestrutura. De acordo com Andrade (2016, p.59):

Na década de 1980, no Brasil, as incubadoras começaram a ser criadas por meio de uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir da implantação do primeiro Programa de Parques Tecnológicos no País. Essa iniciativa desencadeou ações voltadas ao empreendedorismo inovador em território brasileiro.

Mas-Verdú et al. (2015) afirmam que as incubadoras produzem empresas bem-sucedidas que consequentemente saem do processo de incubação prontas para o mercado. Os autores ainda auxiliam a afirmação contestando que as incubadoras estimulam a inovação e o desenvolvimento regional.

As incubadoras de empresas, se tornam essenciais não apenas ao crescimento de uma empresa e da ideia empreendedora, mas se torna um caminho alternativo para o crescimento de geração de emprego e movimentação econômica do país. A incubadora permite amadurecer ideias empreendedoras e dar suporte a suas estratégias e estruturas, a fim de proporcionar o desenvolvimento da mesma e salientar a sua importância para a sociedade. Stokan, Thompson e Mahu (2015) alegam que as incubadoras promovem maior assistência a empresas jovens, possibilitando maior facilidade no crescimento empresarial.

O conhecimento das etapas da incubação é essencial para que o empreendedor possa entender como acontece seu funcionamento e preparar-se para possíveis processos seletivos de entrada. As etapas de uma incubadora de empresa dividem-se como mostra a Figura 1:



Figura 1: Etapas da incubadora de empresas.
 Fonte: Autor (2017).

As incubadoras apresentam três etapas de acompanhamento das empresas: 1) A pré- incubação: nasce a ideia inicial da empresa. É nessa fase onde a ideia inicial ainda precisa ser modelada a fim e de encontrar o objetivo claro da ideia de negócio; 2) Incubação: a empresa está se formando, capacitando os colaboradores e a ideia já está formalizada. Nessa fase a empresa já está participando de treinamentos e vivenciando sua ideia no dia a dia; 3) Graduação: a empresa não reside mais na incubadora e passa a instalar-se sozinha no mercado. Dessa forma, a empresa passa a viver por conta própria com todos os conhecimentos adquiridos durante os anos instalados na incubadora de empresas. Martelo, Claro e Vieira (2016) corroboram que as incubadoras possuem equipes experientes com foco nos resultados, participação nos modelos de negócios e indução ao desenvolvimento de pesquisas dos empreendimentos instalados.

É evidente que as incubadoras trazem diversos resultados nas instituições de ensino, diante do mercado crescente e tecnológico, as incubadoras desenvolvem nos discentes dos institutos e universidades benefícios como a qualificação correta dos futuros gestores beneficiando o desenvolvimento local e tecnológico. Segundo Pereira et al., (2015) outro fator importante adquirido pelas empresas incubadas, é que as incubadoras agem como instrumento de contato para que as empresas incubadas consigam captação de fomentos, auxiliando na captação de novos mercados.

Ribeiro (2016) alega que a incubadora auxilia nas falhas do mercado gerando empregabilidade, renda e impostos. Quanto a comunidade local promove a cultura empreendedora e autoestima dos moradores, consequentemente elevando a renda local. Corroborando, Wonglimpiyarat (2016) afirma que as incubadoras são mecanismos que impulsionam o desenvolvimento local e reduz as falhas de pequenas empresas iniciais.

É certo afirmar também que a incubadora permite fornecer aos empreendedores vantagens como: espaço físico adequado, onde as empresas incubadas podem usufruir de rede telefônica e de internet por preços acessíveis, qualificação e assessoria no planejamento de suas ideias de negócios, possibilidade de aumento da rede de networking e acompanhamento da incubadora com os projetos incubados. “Elas também procuram maximizar o potencial de agência empreendedora provendo as incubadas com serviços e suporte que complementam seus talentos e recursos, capacitando-as a expandir seu potencial” (PEREIRA et al., 2015, p.111).

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória, que conforme Kauark, Manhães, Medeiros (2010, p. 29) “objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses”. Assim sendo, o presente estudo constituiu-se de um estudo de caso, na qual fez-se uma pesquisa de campo, a fim de identificar o perfil empreendedor dos alunos do Instituto Federal, campus São Gonçalo do Amarante/RN.

Quanto ao procedimento técnico, a pesquisa se enquadra como estudo de caso que conforme Gil (2002) consiste no estudo profundo dos objetos, visando uma compreensão mais clara do assunto em questão. Corroborando, Yin (2001) ressalta ou destaca que o estudo de caso examina um contexto dentro da vida real, principalmente para explicitar o que não está muito claro na pesquisa. Dessa maneira apresenta-se, a seguir, as etapas da pesquisa conforme a Figura 2.

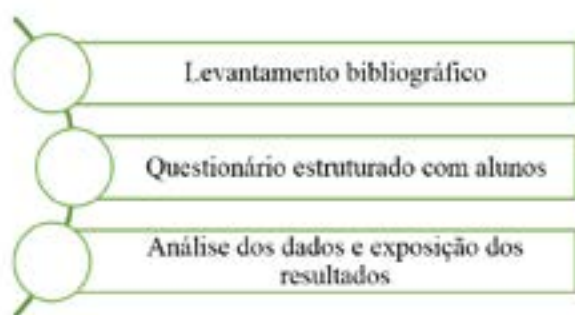


Figura 2: Etapas da pesquisa.
 Fonte: Autor (2017).

Observa-se da Figura 2 que o estudo se constitui em três etapas. Inicialmente, foi realizado o aprofundamento teórico com os conceitos mais atuais sobre os temas abordados nesta pesquisa, posteriormente os esforços foram centrados na utilização e adequação do questionário estruturado com os alunos, por fim, analisou-se os dados para a exposição dos resultados finais.

Como instrumento de pesquisa utilizou-se o questionário por entender que uma melhor compreensão dos objetivos da pesquisa seja alcançada Gil (2002). O questionário criado por Dornelas contém 30 questões com escalas de 1 (Insuficiente), 2 (Fraco), 3 (Regular), 4 (bom) e 5 (Excelente) e classifica 4 tipos de perfis empreendedores: (1) Perfil empreendedor nato-PE: já possui características empreendedoras; (2) Perfil empreendedor em desenvolvimento- PED: este perfil já possui características empreendedoras, mas precisa desenvolver melhor os pontos fracos; (3) Perfil empreendedor administrador-PA: possui características de um administrador tradicional, não apresentando atitudes empreendedoras e (4) Não empreendedor-NE: não apresenta nenhum comportamento empreendedor.

O questionário aplicado teve pequenas alterações quanto a linguagem das perguntas, uma vez que a maioria dos alunos que responderam os questionários poderiam ter dificuldades com palavras mais complexas, por isto, deixou-se o questionário mais simples, porém sem alterar suas perguntas e finalidade.

Dessa forma, o instrumento de pesquisa foi aplicado na totalidade das turmas dos cursos técnicos na modalidade integrado presentes no IFRN, Campus São Gonçalo do Amarante, que englobam: Logística, Edificações e Informática, nos turnos da manhã e da tarde, bem como foi aplicado nos cursos superiores de Logística e Redes de computadores, nos turnos manhã, tarde e noite. A princípio aplicou-se um teste piloto com três alunos de diferentes turmas a fim de perceber e analisar a existência de alguma dificuldade no entendimento dos questionários. Após essa etapa, realizou-se o levantamento de dados, tendo sido aplicados 568 questionários.

É importante salientar que do total de 568 questionários, 11 tiveram que ser descartados por alguns não terem sido respondidos corretamente ou não terem sido respondidos, o que totalizou em 557 questionários respondidos. O instituto tem um total de 953 alunos matriculados, referente ao período de 2016.2, informação esta retirada do relatório de alunos matriculados no dia 08/02/2017, disponível no sistema interno do campus.

Com as informações retiradas do sistema interno, pode se perceber o número de alunos total por modalidade. A modalidade integrado consta no sistema que existem 610 alunos matriculados, mas foram aplicados 375 questionários. Na modalidade subsequente o total de alunos constatado foram de 140 discentes, porém foram aplicados 81 questionários. Já na modalidade graduação, o total de alunos foram de 171 alunos matriculados, mas na aplicação dos questionários, apenas 101 discentes responderam. É notório que o valor total de alunos diverge do número que questionários aplicados, pois, quando aplicado alguns alunos faltaram ou não estavam frequentando regularmente as aulas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das análises dos resultados dos questionários aplicados, pode se fazer conclusões acerca dos aspectos analisados. Na primeira análise observou-se os resultados do perfil empreendedor de cada modalidade de curso. Percebe-se que foi constatado um único perfil comum a todas as turmas, como mostra a Figura 3:



Figura 3: Perfis empreendedores das modalidades de cursos.

Fonte: Pesquisa direta(2017).

A partir das análises dos perfis das modalidades de cursos, pode-se concluir que as modalidades do integrado, subsequente e graduação obtiveram o mesmo resultado de perfil, enquadrando-se no perfil empreendedor em desenvolvimento-PED, o que segundo Dornelas (2008) é um tipo de perfil que é tido como conhecedor do empreendedorismo, mas que ainda apresenta dificuldades em melhorar seus pontos fracos, para assim, tornar-se um empreendedor nato. Este resultado é oriundo do ensino do instituto que permite aos alunos a participação em pesquisas, extensões e projetos integradores que proporciona aos discentes o contato com práticas e pensamentos empreendedores, o que é ressaltado por Francisco et al., (2015) que afirma que a universidade se apresenta como um caminho no processo de desenvolvimento social e seu papel na economia do conhecimento é importante.

Outra análise realizada é a do perfil empreendedor dos cursos. Percebe-se com base nos dados que o perfil empreendedor em desenvolvimento- PED, como mostra a Figura 4:



Figura 4: Perfis empreendedores dos cursos.

Fonte: Pesquisa direta (2017).

A partir da análise dos dados, percebe-se que o perfil empreendedor em desenvolvimento teve maior destaque nos três cursos do campus. Nota-se que o curso de Informática teve uma maior porcentagem do perfil, o que pode estar relacionado ao desejo dos alunos de serem empreendedores do ramo da tecnologia, o que atualmente é visto como um ramo que cresce e se desenvolve constantemente. Os cursos de Logística, Edificações e Redes de computadores apresentaram porcentagens com poucas diferenças, o que infere-se que os discentes também possuem capacidade de empreender, visto que possuem, assim como o curso de informática, nas suas grades curriculares disciplinas e atividades que incitam a busca pelo conhecimento e interesses as práticas do empreendedorismo, o que contribui com o que Devece e Peris-Ortiz et al., (2016) afirmam que a chance de empreender está relacionada com novas oportunidades e inovação, como a junção de novos processos e tecnologias que incitam o interesse do empreendedor.

Em seguida, analisou-se o perfil empreendedor dos sexos feminino e masculino dos discentes do campus. A partir da Figura 5, analisou-se o perfil empreendedor feminino, onde teve como destaque o perfil empreendedor em desenvolvimento.

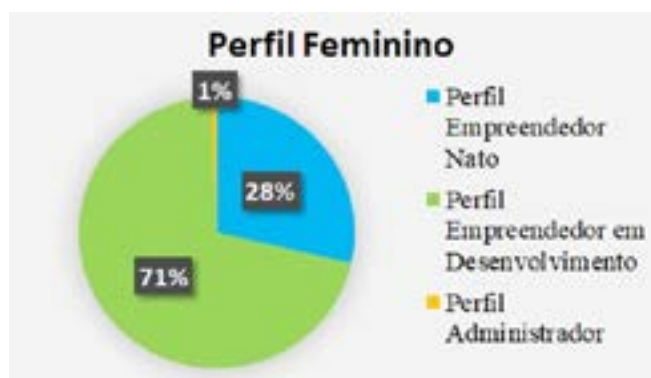


Figura 5: Perfil empreendedor feminino.

Fonte: Pesquisa direta (2017)

Da figura 5, percebe-se que o perfil empreendedor em desenvolvimento foi destaque com 71%. A partir do gráfico exposto, pode-se inferir que as mulheres tem buscado cada vez mais conhecimento sobre o empreendedorismo justificando, possivelmente, o alto número de mulheres com perfil empreendedor em desenvolvimento nessa pesquisa o que também resultou na porcentagem baixa no perfil empreendedor nato, ou seja, apesar de não crescerem com hábitos empreendedores, as mulheres estão buscando conhecimentos em empreendedorismo. É notório o crescimento da atuação das mulheres no empreendedorismo, visto que elas têm buscado uma maior independência financeira em um negócio próprio. Atualmente, é comum mulheres conquistarem sucesso como empreendedoras, como pode ser visto em meios de comunicação, a busca por igualdade de salário e o avanço da facilidade da tecnologia induz as mulheres a buscarem o empreendedorismo.

É necessário ressaltar que é importante conhecer melhor as práticas empreendedoras para contribuir com o aperfeiçoamento futuro do perfil empreendedor nato, o que pode ser configurado, através de palestras, mini cursos ou até testes de perfil empreendedor, que possibilitará um aperfeiçoamento das características empreendedoras e com o auxílio das incubadoras podem melhorar seu perfil e dificuldades, o que ressalta Martelo, Claro e Vieira (2016) as incubadoras possuem equipes experientes com foco nos resultados, participação nos modelos de negócios e indução ao desenvolvimento de pesquisas dos empreendimentos instalados, assim permitindo evolução e desenvolvimento também dos empreendedores.

Em consonância, a análise feita sobre o perfil empreendedor masculino, também foi constatado um maior percentual do perfil empreendedor em desenvolvimento, como explana a figura 6:

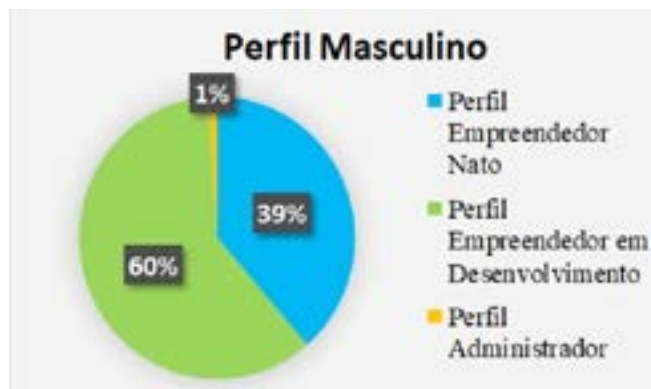


Figura 6: Perfil empreendedor masculino
 Fonte: Pesquisa direta (2017).

O perfil masculino apresentou resultados expressivos com o perfil empreendedor em desenvolvimento. É importante salientar, que o perfil masculino também apresenta resultados significativos que mostram a busca pelo empreendedorismo como fonte de renda, através de ideias de negócios. Estes resultados só alicerçam a importância do aprofundamento nos conhecimentos em empreendedorismo, para que os pontos fracos sejam melhorados para em seguida ir ao próximo passo que é ser um empreendedor nato. Em comparação com o sexo feminino, o masculino mostrou menor perfil empreendedor em desenvolvimento e maior perfil empreendedor nato o que ressalta que os homens já são estimulados a serem empreendedores desde cedo e as mulheres atualmente procuram aprender mais sobre as práticas empreendedoras.

A última análise observada, fez relações entre as escalas de idades e o perfil empreendedor de cada uma. Na Tabela 1 mostra as respectivas escalas, os perfis empreendedores e as porcentagens de cada, o que resultou em um destaque nas maiores notas, resultando no perfil da idade.

Idades	Perfil empreendedor nato (PE)	Perfil empreendedor em desenvolvimento (PED)	Perfil administrador (PA)	Não empreendedor (NE)
15 a 17	28,82%	70,37%	0,82%	0,00%
18 a 20	36,71%	61,84%	1,45%	0,00%
21 a 25	34,88%	65,12%	0,00%	0,00%
26 a 30	26,92%	73,08%	0,00%	0,00%
Acima de 30	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%

Tabela 1: Escalas de idades e perfil empreendedor

Percebe-se com os resultados do quadro 1 que as escalas de idade, com exceção da faixa etária acima de 30 que obteve 50% perfil empreendedor (PE), o perfil em desenvolvimento (PED) obteve maior destaque. É importante salientar que o perfil PED é tido como um bom perfil, pois, já é considerado um quase empreendedor o que segundo Dornelas (2008) se não fosse pela falta de equilíbrio dos pontos fracos, para unir-se aos pontos fortes que já possui, já seria classificado como empreendedor nato.

Analisando os resultados, as porcentagens que mais chamam atenção são as compreendidas entre a faixa etária de 26 a 30, que obtiveram resultado maior de 73,08% com o perfil PED, o que infere que

pelo fato de serem pessoas que já trabalham, são mais maduras e são chefes de família, são induzidas a procurar informações sobre empreendedorismo, para futuramente abrirem seus próprios negócios a fim de buscar a realização profissional e uma maior renda.

Outra faixa etária que chama atenção, é a de acima de 30 anos que obteve resultados iguais no PE e no PED, o que salienta que as pessoas mais maduras procuram empreender mas ao mesmo tempo precisam se aperfeiçoar e buscar conhecimentos pelo empreendedorismo, o que possibilitaria às pessoas do perfil PED uma capacidade empreendedora igual as do PE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, foi possível analisar vários aspectos importantes em relação ao perfil empreendedor dos discentes do instituto federal campus São Gonçalo do Amarante. Os estudos feitos nesta pesquisa, foram significativos, pois com o descobrimento desses perfis empreendedores, permite-se salientar a importância da incubadora de empresas no campus. Sabe-se que a incubadora de empresas possibilitará aos discentes, a oportunidade de desenvolverem suas características empreendedoras e com isso obterem sucesso como empreendedores.

Fundamentado nas análises feitas, os resultados obtidos mostraram que o maior perfil encontrado nos discentes foi o empreendedor em desenvolvimento, o que de certo modo, mostra que os discentes possuem perfil empreendedor, porém como ressaltado anteriormente, precisam aperfeiçoar os pontos fracos para passarem a ser empreendedores natos. Contudo, esse resultado possibilita que com a implantação da incubadora de empresas no campus São Gonçalo do Amarante, os discentes podem desfrutar dos inúmeros benefícios que esta traz para o empreendedor e seria de grande valia para estimular e apoiar os discentes a serem empreendedores de sucesso, por meio de todo amparo e capacitação.

É importante salientar, ainda, que a incubadora de empresas contribuiria com o crescimento econômico regional, o que é para o município, um fator importante, visto que com a implantação desse habitat de inovação e com os projetos dos discentes, possibilitará uma maior visibilidade tanto para as empresas incubadas, quanto para o instituto federal. Dessa maneira, a partir dos projetos inovadores aprovados, tanto a academia ganharia quanto o município, por meio de vantagens econômicas.

Conjuntamente, vale-se a ideia de futuras pesquisas que estudem mais características empreendedoras dos discentes, uma vez que percebeu-se que dentro das estruturas acadêmicas, existem muitos empreendedores escondidos, que com a ajuda das incubadoras, podem ser lapidados para serem futuros empreendedores de sucesso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Claudia Cristina et al. Análise do capital institucional na incubadora de empresas de base tecnológica: um estudo de caso no município de Itajubá–MG. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, v. 7, n. 1, 2016.

AGUIAR, Alessandra de Oliveira; MARTINS, Marina Soares Sabioni. *Empreendedorismo jovem na comunicação: um guia de criação e gestão de um negócio na área de comunicação organizacional*. 2015.

CARLAND, JoAnn C.; CARLAND, James W.; STEWART, Wayne H. Seeing what's not there: The enigma of entrepreneurship. *Journal of small business strategy*, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2015.

CRECENTE-ROMERO, Fernando; GIMÉNEZ-BALDAZO, Mónica; RIVERA-GALICIA, Luis F. Subjective perception of entrepreneurship. Differences among countries. *Journal of Business Research*, 2016.

DEVECE, Carlos; PERIS-ORTIZ, Marta; RUEDA-ARMENGOT, Carlos. Entrepreneurship during economic crisis: Success factors and paths to failure. *Journal of Business Research*, 2016.

DORNELAS, José Carlos de Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios: 3ª ed.* Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

FRANCISCO, THIAGO HENRIQUE ALMINO et al. A CONTRIBUIÇÃO DAS RELAÇÕES DA TRÍPLICE-HÉLICE NO FOMENTO AOS PROJETOS DE EXTENSÃO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA. 2015.

FÉLIX, Carlos Alonso Hernández; GUTIÉRREZ, MA Rosa del Carmen Caballero; BURBOA, MA Georgina Castro. *INCUBADORAS DE EMPRESAS*. 2013.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. *Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo*. Curitiba: Sebrae. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_rel%C3%B3rio%20executivo.pdf. Acesso em 25/11/2016, v. 9, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, v. 5, p. 61, 2002.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, v. 18, 2010.

Lei nº 10.973/04. Lei nº 10.973/04 de 2 de dezembro de 2004. Presidência da República. Casa civil, subchefia de assuntos jurídicos.

MAS-VERDÚ, Francisco; RIBEIRO-SORIANO, Domingo; ROIG-TIERNNO, Norat. Firm survival: The role of incubators and business characteristics. *Journal of Business Research*, v. 68, n. 4, p. 793-796, 2015.

PADULA, Camila Nathália; DA SILVA, Djalma Donizetti Clariano; JUNIOR, José Marques Pereira. A RELEVÂNCIA DOS ARRANJOS COLABORATIVOS NO FORMATO DE TRIPLICE HÉLICE QUE COLABORAM COM A INOVAÇÃO DAS MPE'S E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS ASPECTOS OPERACIONAIS, GESTÃO E SÓCIOECONÔMICO. *Revista FATEC Sebrae em debate: gestão, tecnologias e negócios*, v. 3, n. 4, p. 142, 2016.

PEREIRA, Jaiane Aparecida et al. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE ESTÍMULO A EMPRESAS INCUBADAS DE BASE TECNOLÓGICA: UM ESTUDO MULTICASO EM INCUBADORAS DO ESTADO DO PARANÁ. *Latin American Journal of Business Management*, v. 6, n. 3, 2015.

PERUCCHI, Valmira. Produção de conhecimento científico e tecnológico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma investigação sobre a sua natureza, divulgação e aplicação. 2015.

RIBEIRO, Ana Regina Bezerra et al. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O SUCESSO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA: UM ESTUDO MULTICASOS EM INCUBADORAS DE PERNAMBUCO. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, v. 9, n. 2, p. 208-233, 2016.

MARTELO, Marcelo Ricardo; CLARO, José Alberto Carvalho Dos Santos; VIEIRA, Almir Martins. Clima Organizacional No Contexto De Uma Incubadora: Estudo Com Três Empreendimentos Do Interior De São Paulo. *Revista FSA*, v. 13, n. 2, 2016.

SANTOS, Ana Paula Silva dos. Processo de gestão do conhecimento como fator-chave na estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica nas universidades. 2016.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sobrevivência das empresas no Brasil- 2016. [Online] Disponível da Internet via: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>. Arquivo capturado em 03/05/2017.

STANIEWSKI, Marcin W. The contribution of business experience and knowledge to successful entrepreneurship. *Journal of Business Research*, 2016.

STOKAN, Eric; THOMPSON, Lyke; MAHU, Robert J. Testing the Differential Effect of Business Incubators on Firm Growth. *Economic Development Quarterly*, p. 0891242415597065, 2015.

VERLINDE, Sara; MACHARIS, Cathy. Innovation in Urban Freight Transport: The Triple Helix Model. *Transportation Research Procedia*, v. 14, p. 1250-1259, 2016.

WANG, Yi-Shun et al. What drives students' cyber entrepreneurial intention: The moderating role of disciplinary difference. *Thinking Skills and Creativity*, v. 22, p. 22-35, 2016.

WONGLIMPIYARAT, Jarunee. The innovation incubator, university business incubator and technology transfer strategy: The case of Thailand. *Technology in Society*, v. 46, p. 18-27, 2016.

YIN, Robert K. Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos. Bookman editora, 2001.

COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DOCENTES E SERVIDORES DO IFRN-CAMPUS NOVA CRUZ

L. O. ALVES, E. M. AREAÚJO, F. L. N. B. MELO
felipeluizneves@hotmail.com

RESUMO

O comprometimento organizacional tem sido estudado por diversas metodologias nas últimas décadas, porém, a sua compreensão ainda se encontra em fase inicial (MELO et al., 2014; MEDEIROS, 2003), tornando-se uma temática que desperta o interesse de pesquisadores a abordarem as dimensões do comprometimento organizacional em diversas áreas. Diante da lacuna de estudos que avaliem o comprometimento organizacional em instituições de ensino, o presente estudo teve como objetivo avaliar o comprometimento organizacional dos servidores administrativos e docentes do IFRN Campus Nova Cruz. A pesquisa possui caráter quantitativo, exploratório e descritivo. O universo da pesquisa é composto de 110 servidores (66 docentes e 44 técnicos administrativos) com a participação de 46 docentes e 40 técnicos administrativos, que responderam um questionário baseado no instrumento EBACO, desenvolvido por Autor (ANO) totalizando, entre os dias 26 de junho a 07 de julho de 2017. Diante dos resultados obtidos, as Bases de comprometimento organizacional que apresentaram os maiores níveis de comprometimento foram Obrigação pelo Desempenho e Afetiva, e as que mostraram menor índices foram Escassez de Alternativas e Obrigação em Permanecer, para ambas as categorias. Em relação aos docentes, as Bases de comprometimento Obrigação pelo Desempenho apresentou um alto comprometimento com 93,5% dos respondentes e a Base Afetiva 65% dos docentes como nível acima da média. Em contrapartida, as Bases Obrigação em Permanecer e Escassez de Alternativas apresentaram os menores valores de comprometimento médio para os mesmos, com mais de 60% dos entrevistados apresentando baixo comprometimento. Com base nos resultados da pesquisa, encontrou-se que as Bases de comprometimento Obrigação pelo Desempenho com 100% dos entrevistados se encontram com alto comprometimento e a Afetiva, apresentou 80% com nível acima da média, sendo os maiores valores para a categoria de servidores Administrativos, em compensação as Bases Obrigação em Permanecer e Escassez de Alternativas apresentaram os menores valores de comprometimento médio para os mesmos com 50%.

Palavras-Chaves: Comprometimento Organizacional, Servidores, Docentes, IFRN, EBACO.

ABSTRACT

The organizational commitment has been studied by several methodologies in the last few decades, but its understanding is still at an early stage (MELO et al., 2014; MEDEIROS, 2003), becoming a topic that arouses the interest of researchers to Organizational dimensions in different fields. Faced with the lack of studies that evaluated organizational commitment in educational institutions, the present study aimed to evaluate the organizational commitment of the administrative staff and Faculty of IFRN Campus Nova Cruz. The research universe is composed of 110 servers, of which 66 are faculty members, and 44 administrative staff members. The sample was collected using the instrument EBACO, totalizing 46 teachers and 40 administrative staff members, from June 26 to July 7, 2017. The type of sampling used was non-probabilistic, for convenience. This study follows a quantitative paradigm, classified as exploratory and descriptive. In view of the results obtained, the Bases of organizational commitment that presented the highest levels of commitment were Performance and Affective Obligation, and the ones that showed lower rates were the Scarcity of Alternatives and Obligation to Stay, for both categories. Regarding the commitment of the teachers, such as Compulsory Bases for Compulsory Performance showed a high commitment with 93.5% of the respondents; also the Affective Base 65% of documents as enriched above the media. On the other hand, as Bases Obligation to Stay and Shortage of Alternatives presented the minors, according to more than 60% of respondents presenting low commitment. Based on the results of the survey, it was found that as Commitment Bases Performance Obligation with 100% of respondents. If you are high committed and Afetiva, you have 80% with above average leader, the highest values being for the category of Administrative Officers, in compensation as Bases Obligation to Stay and Shortage of Alternatives presented the minors, with less than 50%.

Keywords: Organizational commitment, Teachers, Servers, IFRN, EBACO.

INTRODUÇÃO

O comprometimento organizacional tem sido estudado por diversas metodologias nas últimas décadas, porém, a sua compreensão ainda se encontra em fase inicial (MELO et al., 2014; MEDEIROS, 2003), tornando-se uma temática que desperta o interesse de pesquisadores a abordarem as dimensões do comprometimento organizacional em diversas áreas.

O conceito de comprometimento, difundido por Bastos (1994), consiste na busca de identificar e compreender fatores pessoais e profissionais que determinam o comportamento humano no trabalho (FONTON et al., 2002; BASTOS, 1994). Sendo os estudos sobre comprometimento uma forma de classificar o grau de envolvimento e afeição dos indivíduos com as organizações em que atuam.

Em reflexo a crescente procura de pesquisadores sobre o comprometimento dos indivíduos com suas distintas organizações, Medeiros (2003) identificou a necessidade de elaborar um instrumento para a mensuração dessa temática, desenvolvendo assim a Escala de Base do Comprometimento Organizacional (EBACO). O modelo desenvolvido é uma extensão do modelo de Meyer e Allen (1991), acrescentando o instrumento de O'Reilly and Chatman (1986), sendo incluídos 30 indicadores afetivos, normativos, instrumentais e afiliativos (MELO et al., 2014).

A primeira aplicação do EBACO foi realizada em 2003 por Medeiros. Desde então, vem sendo utilizado amplamente no Brasil por pesquisadores em diversos estudos, entre eles se destacam a Avaliação do comprometimento e da cultura organizacional (SANT'ANNA et al., 2014), Comprometimento organizacional como uma variável estratégica da gestão de pessoas (ENVALL et al., 2014), Confiança do empregado na organização e comprometimento organizacional (CUNHA et al., 2014), a geração Y e o seu comprometimento organizacional em empresas de conhecimento intensivo (PULINO et al., 2014) e Validação da escala de bases de comprometimento organizacional na gestão pública (MELO et al., 2014).

Apesar dos estudos já existentes sobre o comprometimento organizacional, ainda se percebe uma lacuna da literatura de mensurar comprometimento de docentes e servidores da área da educação. Desse modo, buscou-se avaliar a validade do modelo EBACO, proposto por Medeiros (2003), no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) Campus Nova Cruz, conhecendo assim os níveis de comprometimento organizacional da instituição, além da sua importância para a obtenção do título de Técnica em Administração e conclusão do referido curso.

O IFRN atua na área do ensino ofertando educação profissional e tecnológica de qualidade, comprometida com a formação dos indivíduos. Atualmente, a instituição possui cerca de 28 mil alunos em seus 21 campi distribuídos por todas as regiões do Estado (IFRN, 2017). O IFRN Campus Nova Cruz localiza-se na Avenida José Rodrigues de Aquino Filho, N° 640, Alto de Santa Luzia. O campus atualmente dispõe de 116 servidores, que estão distribuídos da seguinte forma: 66 docentes, 06 estagiários, 44 técnicos administrativos, sendo este o universo da pesquisa.

Diante do exposto, o estudo tem por finalidade solucionar a seguinte questão de pesquisa: qual o nível de comprometimento organizacional dos docentes e servidores do IFRN/Campus Nova Cruz? Para atender à questão de pesquisa, o objetivo deste estudo é avaliar o comprometimento organizacional dos servidores e docentes do IFRN Campus Nova Cruz.

O Comprometimento Organizacional é uma das principais variáveis preditoras da performance de colaboradores em uma organização (Medeiros, 2003). Apesar de ser considerado um importante indicador, a literatura ainda é incipiente em mensurar comprometimento em organizações públicas. O EBACO foi validado por Melo et al., (2014) como um instrumento consistente e confiável, do ponto de vista metodológico, para estimar o nível de comprometimento organizacional em organizações públicas. Desse modo, tal instrumento foi adotado neste trabalho. Ademais, dada a relevância do Instituto Federal do Rio Grande do Norte na formação de cidadãos na Região Agreste e o impacto dos profissionais de educação como catalizadores de transformação social, se faz necessário avaliar o nível de comprometimento organizacional da referida instituição (FONTON, 2002).

O presente estudo contém além desta seção introdutória, uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado, a metodologia utilizada, a análise dos resultados e em seguida, as considerações finais.

REVISÃO DA LITERATURA

Comprometimento organizacional

O comprometimento organizacional nas últimas décadas tornou-se alvo de estudo de vários pesquisadores visando ajudar as organizações a encontrarem meios para tornar seus funcionários mais satisfeitos, engajados, envolvidos, e conseqüentemente, mais produtivos (REICHER; FONSECA, 2012).

Apesar de ter sido abordado consideravelmente no campo da gestão de pessoas, o Comprometimento Organizacional ainda não possui fronteiras epistemológicas e ontológicas bem delineadas (LEITE; ALBUQUERQUE, 2013). A corrente mais frequente na literatura é que o comprometimento está associado ao vínculo que o indivíduo estabelece com a organização e à medida que se envolve e compactua com os valores e as metas da instituição, como em Bastos (1994) e Bastos, Siqueira, Medeiros e Menezes (2008).

Segundo Reicher e Fonseca (2012), as definições de comprometimento implicam a noção de algo que amarra, une o indivíduo a alguma coisa, expressando a ideia de adesão, de forte envolvimento do indivíduo com aspectos diversos do contexto de trabalho, resumindo-se em um conjunto de sentimentos e ações em relação à sua instituição, também sendo citado por Paiva e Morais (2012), como uma das bases para a interatividade, pois reflete o envolvimento do sujeito com seu trabalho, pessoas e, num nível macro, com a própria organização.

Este sentimento de pertencer, de fazer parte da organização, é estudado pelo comprometimento, visando não só um melhor desempenho da instituição, mas tornar os funcionários mais produtivos e comprometidos com a profissão e o papel que devolvem dentro da organização. Como afirmam Sant'anna et al. (2014) e Luna e Baptista (2001), os estudos sobre comprometimento organizacional visam contribuir e auxiliar as organizações a compreenderem o envolvimento do ser humano no trabalho e a sua satisfação com a atividade desenvolvida. Ainda nesta perspectiva Rego (2002) e Traldi e Demo (2012) relatam que as pessoas mais comprometidas têm mais chances de permanecerem na organização e de se empenharem na execução do seu trabalho e dos objetivos organizacionais.

Dimensões do comprometimento

Os estudos sobre comprometimento organizacional apresentam diversas dimensões organizais. Dentre os modelos encontrados na literatura, o modelo EBACO adota sete dessas bases, que são classificadas da seguinte forma: Afetivo (Internalização de Valores e Objetivos), Instrumental (Poucas Alternativas); (Recompensas e Oportunidades); (Linha Consistente de Atividade); Normativo (Obrigação em Permanecer); (Obrigação pelo Desempenho); e Afiliativo (Sentimento de Fazer Parte). As sete dimensões apresentadas serão analisadas a seguir, revelando algumas características do comprometimento dos indivíduos.

A dimensão afetiva (Internalização de Valores e Objetivos) representa a natureza do processo de identificação do indivíduo com os objetivos e valores da organização e o desejo de permanecer na organização, de modo a contribuir para o alcance desses objetivos (MELO et al., 2014; BASTOS, 1993; TAMAYO, 2008). Esta base ancora-se nos sentimentos e na afeição que o indivíduo expressa pela instituição; segundo Reicher e Fonseca (2012) Meyer e Allen (1997) o comprometimento afetivo acontece quando os funcionários têm apego, afeto, estabelecendo vínculos emocionais com a instituição.

Para Traldi e Demo (2012) e Mowday, Porter e Steers (1982), o comprometimento afetivo pode ser definido pelas suas principais características: crença e aceitação dos objetivos e valores organizacionais; disposição para defender a instituição e o desejo de manter o vínculo com ela. Supondo-se uma entrega por parte do indivíduo para contribuir com o sucesso e bem-estar da organização.

Ao se tratar da base Instrumental, temos três enfoques principais, denominados por Sant'anna et al. (2014) e Bastos et al. (2008), como: a) Poucas alternativas: o indivíduo possui poucas alternativas de trabalho se deixar a organização; b) Recompensas e oportunidades: acredita-se que o esforço extra realizado em benefício da organização deve ser recompensado e de que a organização deve lhe dar mais oportunidades; e c) Linha Consistente de atividade: crença de que deve manter certas atitudes e cumprir as regras da organização com objetivo de se manter nela.

O comprometimento, a partir do enfoque instrumental, é visto em função das recompensas e custos associados ao trabalho, o indivíduo opta por permanecer na empresa enquanto perceber os benefícios recebidos em troca (BECKER, 1960; CANÇADO et al., 2007). Este enfoque aborda as consequências associadas à saída da instituição, levando em consideração também os custos para fazer parte da organização, o tempo já dedicado a ela e os benefícios e retornos conquistados.

Para Cunha et al. (2014) e Meyer e Allen (1997), a base instrumental se refere à consciência de custos que o indivíduo tem ao deixar de trabalhar na sua empresa, permanecendo assim, na organização por achar conveniente, diante da escassez de oportunidades no mercado de trabalho ou pelas recompensas obtidas.

O enfoque normativo segundo Paiva e Morais (2012), representa o compromisso e o dever que o indivíduo tem com a organização, de seguir as regras e normas em função de sua fidelidade, e ainda como se fosse obrigatório ou um dever ético com a instituição. Esta dimensão do comprometimento organizacional se classifica em duas formas: obrigação em permanecer e obrigação pelo desempenho.

A obrigação em permanecer consiste na crença de que o indivíduo tem uma obrigação em permanecer na instituição, sentindo-se culpado em deixá-la, tendo uma obrigação moral com as pessoas; já a obrigação pelo desempenho é a crença de que deve se esforçar em benefício da organização e que deve desempenhar as tarefas e atingir os objetivos organizacionais (SANT'ANNA et al., 2014; BASTOS et al., 2008).

Neste sentido, a dimensão normativa remete a obrigatoriedade, as pessoas permanecem nas instituições por se sentirem obrigadas, pelo sentimento de estar em dívida com ela ou pelo fato de sentir uma obrigação moral e ética com os indivíduos da organização.

Por fim, temos a base afiliativa, que consiste no sentimento de fazer parte da organização. Esta dimensão pouco abordada na literatura diz respeito à percepção do indivíduo de ser reconhecido como um membro da organização por seus colegas. Sendo esta tese reforçada por estudiosos como Melo et al. (2014), Medeiros e Enders (1999) e Medeiros (2005).

As bases citadas anteriormente abordam como o comprometimento organizacional pode ser classificado diante das relações que o indivíduo mantém com a organização, sendo esses os constructos teóricos que fundamentam o instrumento desta pesquisa, o EBACO, que será descrito na seção seguinte.

A próxima seção também irá apresentar os elementos metodológicos da pesquisa. Serão descritos a população e amostra, instrumento de coleta, forma de aplicação dos questionários e enquadramento do estudo.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o IFRN Campus Nova Cruz. O universo da pesquisa é formado pelos 110 servidores do campus (66 docentes e 44 técnicos administrativos), dos quais 46 docentes e 40 técnicos administrativos responderam os questionários – os demais 24 servidores faltantes não foram encontrados no Campus ou estavam de férias durante o período de realização da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada entre os dias 26 de junho a 07 de julho de 2017, através da utilização de um instrumento de Escala de Bases do Comprometimento Organizacional, formado por 36 questões, das quais 28 perguntas fechadas, oscilando de 01 a 06, de menor à maior concordância, e mais oito questões objetivas para avaliar variáveis como: idade, sexo, estado civil, grau de escolaridade, o vínculo empregatício e a área de atuação na organização, e o período que o indivíduo atua em sua função atual e na instituição. O modelo EBACO possui sete fatores de comprometimento organizacional: afetivo, obrigação em permanecer, obrigação pelo desempenho, afiliativo, falta de recompensas e oportunidades, linha consistente de atividades e escassez de alternativas. Cada base de comprometimento compõe quatro itens do questionário.

A interpretação dos dados foi feita com base no artigo de Medeiros (2003), a abordagem adotada na pesquisa foi quantitativa, através da análise das informações numéricas resultantes da investigação e modelos estatísticos para explicar os dados, como conjuntos de quadros e tabelas (SABINO, 1966; BAUER E GASKELL, 2003; LAKATOS E MARCONI, 2010).

No que diz respeito a sua classificação, esta pesquisa classifica-se como exploratória descritiva. Segundo Gil (2009), as pesquisas exploratórias têm como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral e aproximada acerca de determinado fato. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinado grupo como sua distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade (GIL, 2009).

Os dados coletados para a realização desta pesquisa foram colhidos de maneira sigilosa, garantindo confidencialidade aos respondentes, tais informações serão utilizadas exclusivamente para fins científicos.

Na seção seguinte será feita a análise e discursão dos resultados, bem como a comparação do nível de comprometimento entre os docentes e servidores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise do perfil dos servidores administrativos

Esta seção irá discorrer sobre o perfil dos 40 servidores técnicos administrativos participantes desta pesquisa. Serão apresentadas tabelas e gráficos sobre as principais variáveis coletadas no estudo, relativa às características pessoais e o nível de comprometimento dos entrevistados.

O Gráfico 1 apresenta dados sobre o sexo dos servidores técnico-administrativos do IFRN. Dos 40 servidores que responderam ao questionário 47,5% foram respondentes do sexo masculino, 47,5% do sexo feminino e 5% dos entrevistados desejaram não informar seu sexo.



Gráfico 1 - Sexo dos técnicos administrativos do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O segundo Gráfico desta seção mostra a faixa etária dos servidores, na qual 12,5% dos respondentes têm até 25 anos, 40% se encontram entre 26 e 30 anos, 30% têm de 31 a 35 anos e 17,5% mais de 35 anos.



Gráfico 2 - Faixa etária dos técnicos administrativos do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O estado civil dos servidores é representado pelo Gráfico 3, no qual se observa que 37,5% dos respondentes são solteiros, 60% casados e 2,5% são divorciados. Esse índice referente ao percentual de casados pode ser explicado pelo fato de mais de 80% dos técnicos terem mais de 26 anos.

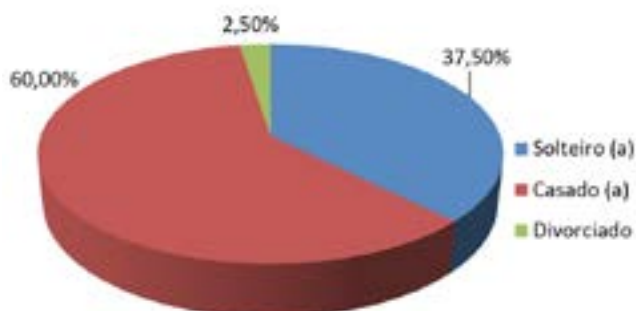


Gráfico 3 - Estado civil dos técnicos administrativos do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No Gráfico 4, está presente o grau de escolaridade participantes da pesquisa. Dos servidores que responderam o questionário 2,5% tem 2º grau completo, 10% superior incompleto, 30% superior completo, 10% pós-graduação incompleta e 47,5% pós-graduação completa, refletindo que as atividades do IFRN demandam um maior nível de qualificação.

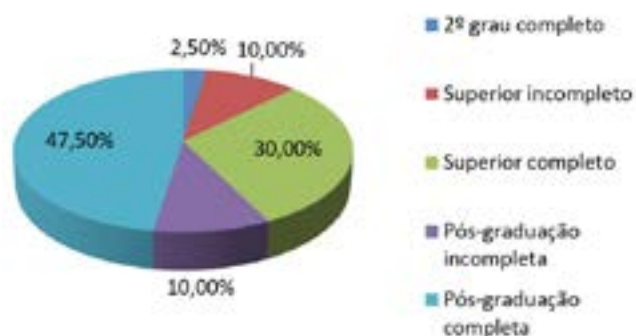


Gráfico 4 - Grau de escolaridade dos técnicos administrativos do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O Gráfico 5 detalha o tempo de trabalho dos técnicos na instituição. Sendo que 7,5% estão a menos de um ano na organização, 87,5% de 1 a 5 anos, 5% de 6 a 10 anos e a mais de 10 anos 0% devido ao fato de ser um instituto relativamente recente.

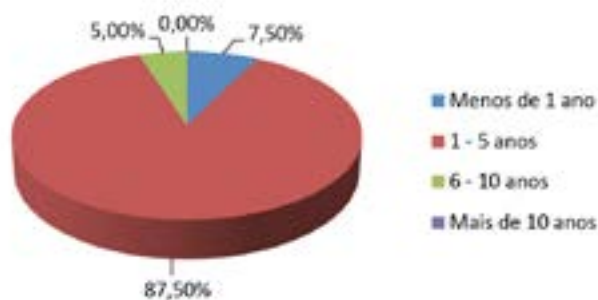


Gráfico 5 - Tempo de trabalho dos técnicos administrativos do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O tempo de cargo/ função dos servidores na organização está sendo representado pelo Gráfico 6. Os resultados demonstram que 20% estão a menos de 1 anos na instituição, 77,5% de 1 a 5 anos e 2,5% de 6 a 10 anos, revelando que mais de 70% dos servidores já estão a um período considerável no instituto.

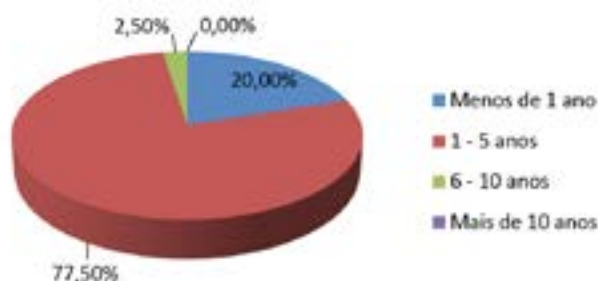


Gráfico 6 - Tempo de cargo/ função na organização dos técnicos administrativos do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O último Gráfico desta seção traz o vínculo empregatício dos servidores com a instituição. Observa-se que 100% dos técnicos administrativos são servidores efetivos devido à natureza da instituição e da forma de contratação via concurso público. Ressalta-se que até a presente data, não existe a figura do servidor técnico administrativo substituto ou contratado temporariamente, diferentemente do que ocorre com a categoria docente.

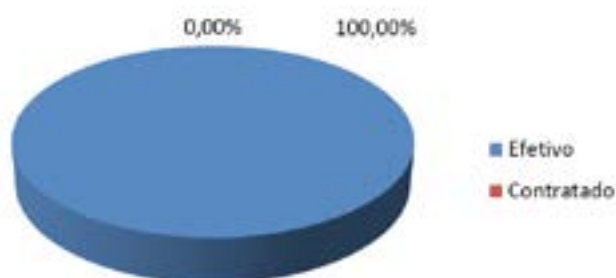


Gráfico 7 - Vínculo empregatício dos técnicos administrativos do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela a seguir discorrerá sobre os dados referentes aos níveis de comprometimento dos servidores e suas respectivas bases. A base Obrigação pelo Desempenho foi a que apresentou o nível mais alto de comprometimento com 100% dos respondentes, a qual remete que é necessário fazer um esforço em benefício da organização, cumprir as obrigações e atingir os objetivos organizacionais. Assim como no estudo realizado por Pulino (2014) a base de comprometimento organizacional em apresentou alto comprometimento foi a Obrigação pelo desempenho.

A base Afetiva apresentou 80% dos técnicos com comprometimento acima da média, e 20% com alto comprometimento, a dimensão em questão é caracterizada pela internalização de valores e a identificação do indivíduo com os objetivos da organização.

O sentimento de culpa se deixar a instituição é uma característica da dimensão Obrigação em Permanecer, a qual teve como baixo comprometimento 50%, comprometimento abaixo da média 35% e comprometimento acima da média 15%, sendo que este segundo Medeiros (2003) deveria ser acima da média.

A dimensão Escassez de Alternativas está com 50% do total dos servidores baixo comprometimento, 30% abaixo da média, 15% acima da média e 5% com alto comprometimento, esses resultados inferem que 80% do total tem perspectiva de que há poucas opções de trabalho se deixar a organização.

A base Afiliativa apresentou baixo comprometimento com 45% dos respondentes, 37% comprometimento abaixo da média, 15% acima da média e 2% alto comprometimento, demonstrando que os técnicos têm um fraco sentimento de pertencer à instituição.

A dimensão Falta de Recompensas e Oportunidades expôs um baixo comprometimento com 22%, abaixo da média 65% e acima da média com 12%, mostrando que os servidores não se sentem devidamente recompensados e há poucas oportunidades para crescer profissionalmente na instituição.

E por fim, a Linha Consistente de Atividades demonstrou baixo comprometimento representando 15% dos técnicos, comprometimento abaixo da média 47%, acima da média 35% e alto comprometimento 2%, na qual esta base enfatiza que se deve cumprir as regras para permanecer na instituição, visando os gastos que teria se a deixar.

Bases		Baixo comprometimento	Comprometimento abaixo da média	Comprometimento acima da média	Alto comprometimento	Total
Base: Afetiva	fi			32	8	40
	ni%			80%	20%	100%
Base: Obrigação em Permanecer	fi	20	14	6		40
	ni%	50%	35%	15%		100%
Base: Obrigação pelo Desempenho	fi				40	40
	ni%				100%	100%
Base: Afiliativa	fi	18	15	6	1	40
	ni%	45%	37%	15%	2%	100%
Base: Falta de Recompensas e Oportunidades	fi	9	26	5		40
	ni%	22%	65%	12%		100%
Base: Linha Consistente de Atividade	fi	6	19	14	1	40
	ni%	15%	47%	35%	2%	100%
Base: Escassez de Alternativas	fi	20	12	6	2	40
	ni%	50%	30%	15%	5%	100%

Tabela 1 - Resumo de distribuição de Frequências de Comprometimento Organizacional dos Técnicos Administrativos no IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As Tabelas seguintes discorrerão sobre as estatísticas descritivas de cada base, bem como algumas variáveis. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas referentes à Base Afetiva dos servidores administrativos do IFRN Campus Nova Cruz.

Base Afetiva

Média	15,28
Erro padrão	0,24
Modo	15,4
Desvio padrão	1,56
Variância	2,46
Intervalo	6,16
Mínimo	12,32
Máximo	18,48
Contagem	40

Tabela 2 - Estatísticas descritivas da Base Afetiva dos servidores Administrativos.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na Base Afetiva a média de comprometimento foi de 15,28. Este resultado é considerado acima da média na escala EBACO, indicando um grau de relacionamento afetivo entre os servidores administrativos e a instituição. Com relação ao erro padrão, seu valor foi de 0,24. Os desvios-padrão e variância apresentaram valores considerados baixos, sendo o desvio padrão de 1,56 e variância da amostra 2,46, indicando homogeneidade nas respostas dos servidores. Por fim, o intervalo foi de 6,16, sendo o mínimo de 12,32 e o máximo de 18,48.

A Tabela 3 apresenta os dados relativos à Base Obrigação em Permanecer dos servidores do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Obrigação em Permanecer

Média	10,83
Erro padrão	0,65
Modo	12,07
Desvio padrão	4,14
Variância	17,16
Intervalo	16,2
Mínimo	3,24
Máximo	19,44
Contagem	40

Tabela 3 - Estatística descritiva da Base Obrigação em Permanecer dos Servidores. Tabela 3 - Estatística descritiva da Base Obrigação em Permanecer dos Servidores.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Base Obrigação em Permanecer apresentou comprometimento abaixo da média, com a média de 10,83. O modo de 12,07, os desvios-padrão e a variância obtiveram níveis muito altos, demonstrando respostas bastantes heterogêneas. O intervalo foi de 16,2, com o mínimo de 3,24 e o máximo de 19,44.

A Tabela 4 contém os dados relativos à Base Obrigação pelo Desempenho dos servidores do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Obrigação pelo Desempenho	
Média	16,95
Erro padrão	0,18
Modo	17,82
Desvio padrão	1,16
Variância	1,35
Intervalo	3,62
Mínimo	14,2
Máximo	17,82
Contagem	40

Tabela 4 - Estatística descritiva da Base Obrigação pelo Desempenho dos Servidores.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Dimensão Obrigação pelo Desempenho que teve o mais alto índice de comprometimento com média de 16,95. O erro padrão de 0,18, o desvio-padrão 1,16 e a variância 1,35 sendo considerados relativamente baixos mostrando homogeneidade nas respostas, o intervalo com 3,62 também foi baixo, com o mínimo de 14,2 e o máximo de 17,82.

A Tabela 5 contém os dados referentes à Base Afiliativa dos servidores do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Afiliativa	
Média	14,44
Erro padrão	0,36
Modo	17,2
Desvio padrão	2,30
Variância	5,32
Intervalo	8,22
Mínimo	9,66
Máximo	17,88
Contagem	40

Tabela 5 - Estatística descritiva da Base Afiliativa dos servidores Administradores.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Base Afiliativa teve média de 14,44, representando baixo comprometimento. Sendo o desvio padrão de 2,30, e a variância de 5,32, considerados relativamente altos, o erro padrão de 0,36, o modo 17,2 e o intervalo 8,22 com o mínimo de 9,66 e o máximo de 17,88.

A Tabela 6 apresenta os dados relativos à Base Falta de Recompensas e Oportunidades dos servidores do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Falta de Recompensas e Oportunidades	
Média	6,13
Erro padrão	0,32
Modo	10,16
Desvio padrão	2,07
Variância	4,28
Intervalo	8,49
Mínimo	2,99
Máximo	11,48
Contagem	40

Tabela 6 - Estatística descritiva da Base Falta de Recompensas e Oportunidades dos servidores.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Apresentando comprometimento abaixo da média a Base Falta de Recompensas e Oportunidades obteve média de 6,13, com erro padrão de 0,32 e o modo 10,16. A variância 4,28 e o desvio padrão 2,07, demonstrando que as respostas não são homogêneas. O intervalo de 8,49, sendo o mínimo de 2,99 e o máximo de 11,48.

A Tabela 7 mostra o índice referente à Base Linha Consistente de Atividades dos servidores do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Linha de Consistente de Atividades	
Média	11,39
Erro padrão	0,34
Modo	14,36
Desvio padrão	2,18
Variância	4,75
Intervalo	9,27
Mínimo	6,51
Máximo	15,78
Contagem	40

Tabela 7- Estatística descritiva da Base Linha Consistente de atividades dos servidores.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os índices da Base Linha Consistente de Atividades foram os seguintes: média de 11,39 representando comprometimento acima da média, erro padrão de 0,34 e o modo 14,36. O desvio padrão, a variância e o intervalo considerados altos, sendo o mínimo do intervalo 6,51 e o máximo 15,78.

A Tabela 8 faz inferência aos índices referente à Base Escassez de alternativas dos servidores do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Escassez de Alternativas

Média	11,17
Erro padrão	0,62
Modo	7,73
Desvio padrão	3,97
Variância	15,81
Intervalo	14,9
Mínimo	2,98
Máximo	17,88
Contagem	40

Tabela 8- Estatística descritiva da Base Escassez de Alternativas dos servidores.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A última Base a ser analisada nesta seção é a Escassez de Alternativas, tendo sua média de 11,17 é classificada como de baixo comprometimento, com erro padrão de 0,62, o desvio padrão é de 3,97 e a variância com índice altíssimo de 15,81 pelo fato das respostas não serem homogêneas. O mínimo do intervalo foi de 2,98 e o máximo de 17,88, sendo o intervalo de 14,9.

De modo geral, percebe-se que o nível de comprometimento organizacional dos servidores administrativos foi elevado. Destacam-se as bases Obrigação pelo Desempenho, com 100% dos entrevistados se encontram com alto comprometimento e a Afetiva, apresentou 80% com nível acima da média, sendo os maiores valores para a categoria de servidores Administrativos, em compensação as Bases Obrigação em Permanecer e Escassez de Alternativas apresentaram os menores valores de comprometimento médio para os mesmos com 50%. Resultados semelhantes foram encontrados por Pulino, Kubo e Oliva (2014) e Cunha, Silva, Moura, Horbe, Bule e Vargas (2014).

A próxima seção fará uma análise no perfil dos docentes e no nível de comprometimento organizacional encontrado e suas respectivas bases, assim como foi feito com a categoria dos servidores.

Análise do perfil dos docentes

No desenvolver desta seção serão apresentados o perfil e os resultados dos questionários aplicados aos 46 docentes que fizeram parte da amostra da presente pesquisa. Serão apresentados gráficos e tabelas referentes a características pessoais dos entrevistados e outras variáveis abordadas no estudo.

O Gráfico 8 contém dados referente ao sexo dos docentes. O gênero masculino é composto por 60,9% dos docentes, feminino 34,8% e 4,3% desejaram não se identificar, diferentemente do perfil dos servidores, o gênero masculino é marjoritário na presente categoria.

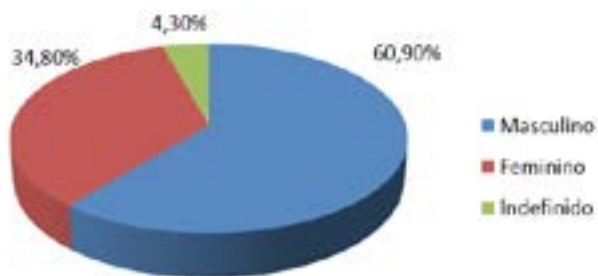


Gráfico 8 - Sexo dos docentes do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os dados alusivos a faixa etária dos docentes está presente no Gráfico 9, sendo 19,6% de 26 a 30 anos, 50% de 31 a 35 anos e 30,43% maiores de 35 a nos de idade, tais resultados pedem ser compreendidos a partir do momento que os docentes necessitam de uma especialização maior para exercer suas funções o que acarreta em uma faixa etária maior.

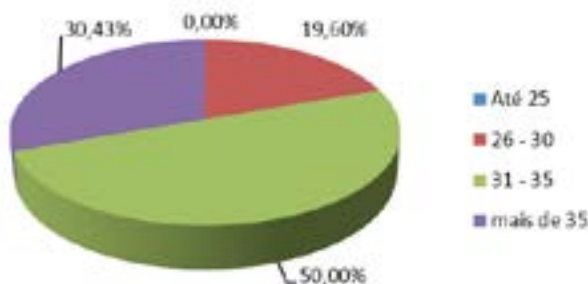


Gráfico 9 - Faixa etária dos docentes do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O estado civil é representado pelo Gráfico 10, no qual 34,8% dos respondentes são solteiros, 56,5% casados e 8,7% são divorciados, esses dados podem ser explicados pela faixa etária dos participantes, que é composta por mais de 70% dos docentes maiores de 31 anos.

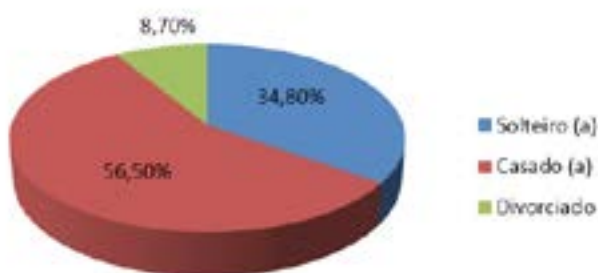


Gráfico 10- Estado civil dos docentes do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No Gráfico 11, é possível analisar o grau de escolaridade dos docentes, que se distribuíram da seguinte forma: 4,3% com o ensino superior completo, 2,2% com pós-graduação incompleta e 93,5% com a pós-graduação completa.

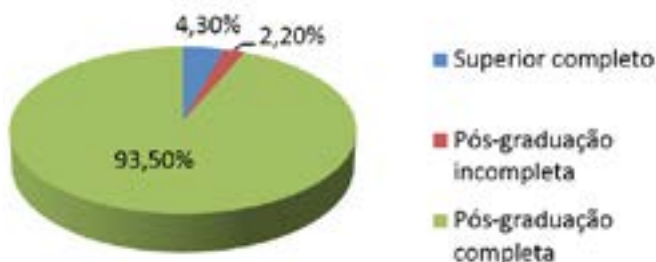


Gráfico 11- Grau de escolaridade dos docentes do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No Gráfico 12, estão presentes os dados sobre o vínculo empregatício dos docentes com o IFRN, destacando-se que 80,4% são efetivos e 19,6% contratados, tendo em vista que é possível a contratação de docentes substitutos.

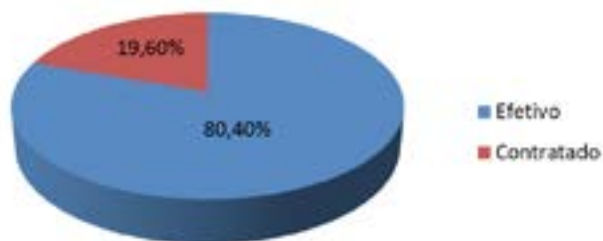


Gráfico 12- Vínculo empregatício dos docentes do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O tempo de trabalho dos docentes está exposto no Gráfico 13. Os resultados referentes a esse perfil se distribuíram em, 15,2% trabalham a menos de 1 ano, 58,7% entre 1 e 5 anos, 23,9% de 6 a 10 anos e 2,2% a mais de 10 anos, sendo visível que mais da metade dos entrevistados já trabalham entre 1 e 5 anos.

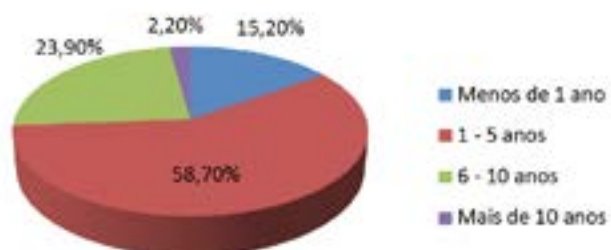


Gráfico 13- Tempo de trabalho dos docentes do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em relação ao tempo que o docente ocupa na função/cargo este dados são apresentado no Gráfico 14 a seguir, sendo que 13% deles estão a menos de 1 ano no cargo, 43,5% de 1 a 5 anos, 28,3% de 6 a 10 anos, 2,2% de 11 a 15 anos, 8,7% entre 16 e 20 anos e 4,3% estão a mais de 20 anos na mesma função.

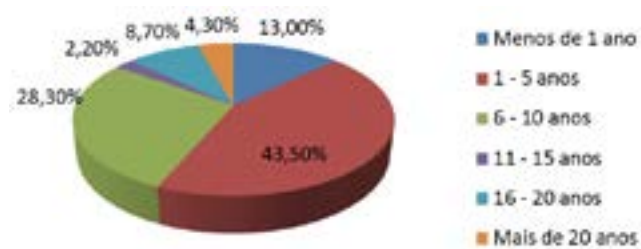


Gráfico 14- Tempo de cargo/função na organização dos docentes do IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela a seguir descreve o nível de comprometimento organizacional dos docentes segundo os dados coletados na pesquisa. A Base Obrigação pelo Desempenho foi a que obteve o nível mais alto de comprometimento com 93% e acima da média com 7%, demonstrando que essa categoria assim como a dos servidores está dentre os padrões desejados de comprometimento.

A dimensão Afetiva em 65% dos resultados apresentou comprometimento acima da média, 20% alto comprometimento e 15% comprometimento abaixo da média, mostrando que os docentes se identificam com a filosofia da instituição.

Quanto à Base Obrigação em Permanecer os índices foram baixos, sendo 61% com baixo comprometimento, 20% abaixo da média e 20% acima da média, inferindo que estes não sentem nenhuma obrigação moral para com a instituição ou seus colegas de trabalho.

A Base Afiliativa se distribui da seguinte maneira: 57% com baixo comprometimento, 28% abaixo da média, 9% acima da média e 7% com alto comprometimento, apresentando resultado semelhante à categoria dos servidores.

Na dimensão Escassez de Alternativas se obteve os resultados de 67% baixo comprometimento, 24% comprometimento abaixo da média e 9% acima de média, na qual a maioria compreende que existe escassez de alternativas de trabalho caso deixe o instituto.

No que se refere à Falta de Recompensas e Oportunidades o estudo revela que 37% dos docentes estão com baixo comprometimento e 63% abaixo da média, apresentando níveis ainda mais baixos que os dos técnicos administrativos.

A Linha Consistente de Atividades se apresentou, sendo 22% dos docentes com baixo comprometimento, 37% abaixo da média, 37% acima da média e 4% com comprometimento alto, condizendo com a realidade dos percebida pelos servidores.

Bases		Baixo <u>Comprometimen</u> <u>To</u>	<u>Comprometime</u> <u>nto abaixo da</u> <u>média</u>	<u>Comprometime</u> <u>nto acima da</u> <u>média</u>	Alto <u>comprometimen</u> <u>to</u>	Total
Base: Afetiva	<u>fi</u>		7	30	9	46
	<u>ni%</u>		15%	65%	20%	100%
Base: Obrigação em Permanecer	<u>fi</u>	28	9	9		46
	<u>ni%</u>	61%	20%	20%		100%
Base: Obrigação pelo Desempenho	<u>fi</u>			3	43	46
	<u>ni%</u>			7%	93%	100%
Base: Afiliativa	<u>fi</u>	26	13	4	3	46
	<u>ni%</u>	57%	28%	9%	7%	100%
Base: Falta de Recompensas e Oportunidades	<u>fi</u>	17	29			46
	<u>ni%</u>	37%	63%			100%
Base: Linha Consistente de Atividade	<u>fi</u>	10	17	17	2	46
	<u>ni%</u>	22%	37%	37%	4%	100%
Base: Escassez de Alternativas	<u>fi</u>	31	11	4		46
	<u>ni%</u>	67%	24%	9%		100%

Tabela 9 - Resumo de distribuição de Frequências de Comprometimento Organizacional dos Docentes no IFRN Campus Nova Cruz, 2017.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As tabelas a seguir, descreveram a estatística descritiva de cada base quem compõe o EBACO, apresentando algumas características como média, modo, desvio padrão entre outros.

A Tabela 10 irá apresenta dados referentes à Base Afetiva dos Docentes do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Afetiva

Média	13,94
Erro padrão	0,42
Modo	17,74
Desvio padrão	2,87
Variância	8,27
Intervalo	11,58
Mínimo	6,9
Máximo	18,48
Contagem	46

Tabela 10 - Estatística descritiva da Base Afetiva dos docentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Base Afetiva obteve média de 13,94, classificada como acima da média, em contrapartida o desvio padrão foi de 2,87 e a variância de 8,27 foram altos, demonstrando respostas bastante diferentes, o erro padrão foi de 0,42 e o intervalo de 11,58, sendo o mínimo de 6,9 e o máximo de 18,48.

A Tabela 11 contém dados referentes à Base Obrigação em Permanecer dos Docentes do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Obrigação em Permanecer

Média	10,00
Erro padrão	0,74
Modo	3,24
Desvio padrão	5,04
Variância	25,47
Intervalo	15,42
Mínimo	3,24
Máximo	18,66
Contagem	46

Tabela 11 - Estatística descritiva da Base Obrigação em Permanecer dos docentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A dimensão Obrigação em Permanecer apresentou média de 10, erro padrão de 0,744, modo 3,24, desvio padrão 5,04, variância da amostra 25,47, intervalo 15,42, mínimo de 3,24 e o máximo de 18,66.

A Tabela 12 se refere aos dados da Base Obrigação pelo Desempenho dos Docentes do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Obrigação pelo Desempenho

Média	15,99
Erro padrão	0,27
Modo	17,82
Desvio padrão	1,84
Variância	3,41
Intervalo	6,59
Mínimo	11,23
Máximo	17,82
Contagem	46

Tabela 12 - Estatística descritiva da Base Obrigação pelo Desempenho dos docentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Dimensão Obrigação pelo Desempenho apresentou média de 15,99 com alto nível de comprometimento, seu erro padrão foi de 0,27 e o modo de 17,82. O desvio padrão baixo com 1,84, a variância alta de 3,41. O intervalo de 6,59 considerado baixo, com o mínimo de 11,23 e o máximo de 17,82.

A Tabela 13 contém os dados estatísticos da Base Afiliativa dos Docentes do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Afiliativa

Média	13,79
Erro padrão	0,41
Modo	14,9
Desvio padrão	2,79
Variância	7,79
Intervalo	13,42
Mínimo	4,46
Máximo	17,88
Contagem	46

Tabela 13 - Estatística descritiva da Base Afiliativa dos docentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Quanto à Base Afiliativa, sua média foi de 13,79, representando baixo comprometimento. O erro padrão de 0,41 e o modo 14,9. O desvio padrão e a variância desta base foram altos com 2,79 e 7,79 respectivamente, o intervalo de 13,42, sendo no mínimo 4,46 e no máximo 17,88.

A Tabela 14 se refere aos dados estatísticos da Base Falta de Recompensas e Oportunidades dos Docentes do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Falta de Recompensas e Oportunidades

Média	4,93
Erro padrão	0,24
Modo	2,54
Desvio padrão	1,65
Variância	2,72
Intervalo	5,75
Mínimo	2,54
Máximo	8,29
Contagem	46

Tabela 14 - Estatística descritiva da Base Falta de Recompensas e Oportunidades dos docentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela referente à Falta de Recompensas e Oportunidades mostra que essa Base apresentou média 4,93 classificada abaixo da média, com erro padrão de 0,24 e modo de 2,54. O desvio padrão 1,65, a variância 2,72 e o intervalo 5,75 considerado baixo com o mínimo de 2,54 e o máximo de 8,29.

A Tabela 15 apresenta os dados estatístico da Base linha Consistente de Atividades dos Docentes do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Linha de Consistente de Atividades

Média	11,13
Erro padrão	0,40
Modo	10,52
Desvio padrão	2,76
Variância	7,61
Intervalo	11,14
Mínimo	4,64
Máximo	15,78
Contagem	46

Tabela 15 - Estatística descritiva da Base Linha Consistente de Atividades dos docentes

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Base Linha Consistente de Atividades obteve média de 11,13 que esta abaixo da média, sendo o erro padrão de 0,40 e o modo 10,52. O desvio padrão 2,76 e a variância de 7,61, o que demonstra heterogeneidade nas respostas. O intervalo foi de 11,14 com o mínimo de 4,64 e o máximo de 15,78.

A Tabela 16 apresenta os dados da Base Escassez de Alternativas dos Docentes do IFRN Campus Nova Cruz no ano de 2017.

Base Escassez de Alternativas	
Média	9,62
Erro padrão	0,51
Modo	5,34
Desvio padrão	3,50
Variância	12,31
Intervalo	12,7
Mínimo	2,98
Máximo	15,68
Contagem	46

Tabela 16 - Estatística descritiva da Base Escassez de Alternativas dos docentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A última Tabela desta seção a ser descrita e que apresentou o nível mais baixo de comprometimento da categoria a Base Escassez de Alternativas que alcançou média de 9,62. O desvio padrão e a variância altos, o erro padrão de 0,51e o modo 5,34. O intervalo alto com 12,7, sendo o mínimo de 2,98 e máximo de 15,68.

Em síntese, em relação ao comprometimento organizacional dos docentes, as Bases de comprometimento Obrigação pelo Desempenho apresentou um alto comprometimento com 93,5% dos respondentes e a Base Afetiva 65% dos docentes como nível acima da média. Em contrapartida, as Bases Obrigação em Permanecer e Escassez de Alternativas apresentaram os menores valores de comprometimento médio para os mesmos, com mais de 60% dos entrevistados apresentando baixo comprometimento. Resultados estes semelhantes aos de Envall, Teixeira, Envall e Dalongaro (2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo de curso teve como objetivo avaliar o nível de comprometimento organizacional dos servidores administrativos e docentes do IFRN Campus Nova Cruz à luz da Escala de Bases de Comprometimento Organizacional (EBACO). Diante do exposto, destaca-se que o objetivo foi alcançado.

Com base nos resultados da pesquisa, encontrou-se que as Bases de comprometimento Obrigação pelo Desempenho com 100% dos entrevistados se encontram com alto comprometimento e a Afetiva, apresentou 80% com nível acima da média, sendo os maiores valores para a categoria de servidores Administrativos, em compensação as Bases Obrigação em Permanecer e Escassez de Alternativas apresentaram os menores valores de comprometimento médio para os mesmos com 50%. Tais resultados podem ser explicados pela natureza do plano de cargos e pouca mobilidade de funções dentro da instituição, possibilitando uma sensação de estagnação e conformismo com a carreira percebida pelos servidores.

Já em relação ao comprometimento organizacional dos docentes, as Bases de comprometimento Obrigação pelo Desempenho apresentou um alto comprometimento com 93,5% dos respondentes e a Base Afetiva 65% dos docentes como nível acima da média. Em contrapartida, as Bases Obrigação

em Permanecer e Escassez de Alternativas apresentaram os menores valores de comprometimento médio para os mesmos, com mais de 60% dos entrevistados apresentando baixo comprometimento. Tais resultados podem ser explicados pela natureza do plano de carreiras no funcionalismo público, que limita a atuação dos servidores.

Ao comparar as categorias pode-se perceber que ambas têm as Bases Obrigação pelo Desempenho e Afetiva com altos níveis de comprometimento, porém os servidores são visivelmente mais comprometidos que os docentes.

Como limitações da pesquisa, destaca-se o caráter instrumental do modelo EBACO, que permite uma abordagem geral da situação do comprometimento organizacional da organização, não gerando um aprofundamento em questões subjacentes ao comprometimento. Como estudos futuros, sugere-se aplicar o modelo EBACO em outros campi do IFRN para comparar os resultados e identificar se se trata de uma realidade local ou de toda a instituição.

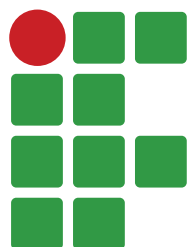
Sugere-se do ponto de vista prático, a realização de ações que fomentem o comprometimento organizacional entre as categorias, especificamente ações voltadas às Bases Obrigação em Permanecer e Escassez de Alternativas, promovendo ações que permitam mobilidade de tarefas/cargos dentro da instituição.

REFERÊNCIAS

1. BASTOS, Antonio VB. Comprometimento no trabalho: a estrutura dos vínculos do trabalhador com a organização, a carreira e o sindicato. Comprometimento no trabalho: a estrutura dos vínculos do trabalhador com a organização, a carreira e o sindicato, 1994.
2. CANÇADO, Vera L.; GENELHU, Patrícia; DE MORAES, Lúcio Flávio Renault. Comprometimento com a profissão: um estudo em uma universidade no estado de Minas Gerais. Revista Eletrônica de Administração, v. 13, n. 1, p. 24-48, 2007.
3. CUNHA, Daniele Estivalet et al. confiança do empregado na organização e comprometimento organizacional: Em busca da relação em os construtos. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014.
4. ENVALL, M. F. O. et al. Comprometimento organizacional como uma variável estratégica da gestão de pessoas: Um estudo em uma empresa gaúcha. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014.
5. FANTON, Mariana Grapeggia et al. Comprometimento organizacional e qualidade do ensino: o caso da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel-PR. 2002.
6. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisas social. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
7. INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Documento de apresentação 2017<<http://portal.ifrn.edu.br/institucional>> acessado em 31 de maio de 2017, às 08:35.

8. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 5. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
9. LEITE, Nildes Raimunda Pitombo; ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão. Como gerir pessoas voltadas para o comprometimento em uma estrutura organizacional remota no alto sertão?. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2013.
10. MEDEIROS, Carlos Alberto Freire. (2003). Comprometimento Organizacional: o estado da arte da pesquisa no Brasil. Revista de Administração Contemporânea, 7(4), 187–209.
11. MELO, F. L. N. B. et al. Validação da escala de bases de comprometimento organizacional na gestão pública: Um estudo de caso no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014.
12. PAIVA, Kely Cesar Martins; MORAIS, Marta Maria Santos. Comprometimento Organizacional: um estudo com docentes do CEFET-MG. Revista Gestão & Tecnologia, v. 12, n. 1, p. 74-101, 2012.
13. PULINO, Sandra Aparecida Pagliaci; KUBO, E. K. M.; OLIVA, E. C. A geração Y e o seu comprometimento organizacional em empresas de conhecimento intensivo. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014.
14. REICHER, Ricardo; FONSECA, V. S. Comprometimento organizacional e comunicação interna como ferramenta estratégica: um estudo de caso. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, Set, 2012.
15. SANT'ANNA, D. A. et al. Avaliação do comprometimento e da cultura organizacional: Evidências do comprometimento de uma força de vendas autônoma em uma empresa do setor de condutores elétricos. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014.
16. TRALDI, Maria Teodora Farias; DEMO, Gisela. Comprometimento, bem-estar e satisfação dos professores de administração de uma universidade federal. Revista Eletrônica de Administração, v. 18, n. 2, p. 290-316, 2012.





**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte